



REVISTA
ELETRÔNICA

FAACZ
FACULDADES INTEGRADAS DE ARACRUZ

edutec

EDUCAÇÃO & TECNOLOGIA

ISSN 1808-3811

Vol.5-n.1-mar./nov.-2017

ORGANIZADORES

Adriana Recla

João Paulo Calixto da Silva

EXPEDIENTE

REVISTA EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA DAS FACULDADES INTEGRADAS DEARACRUZ

ISSN1808-3811

Conselho Editorial

Adriana Recla
Alessandro Bitti Loureiro
João Paulo Calixto da Silva
Marcos Roberto Teixeira Halasz
Mercedes Silvério Gomez

Pareceristas

Andrea Curtiss Alvarenga - FAACZ
Cláudia Lúcia Landgraf P. Valério – IFMT Campus
Cuiabá/Octayde Jorge da Silva
Cristiane da Silva Ferreira – PUC-SP
Cynthia Marconsini Loureiro dos Santos - UVV
Felipe Barcelos de Aquino Ney - UFRJ
Flávia Pereira Puget – IFES/Aracruz
Ivana Souza Marques – FAACZ
Izaque Vieira Ribeiro – FAACZ
Jussélio Rodrigues Ribeiro – FAACZ
Marcos Teixeira Halasz – FAACZ
Michelly Ramos de Angelo - UVV
Paulo Afonso Zamperlini - UCPEJV
Rita de Cássia Mitleg Kulning
Uara Sarmenghi Cabral - FAACZ
Viviane de Souza Reis - FAACZ

FACULDADES INTEGRADAS DEARACRUZ

Mantenedora: Fundação São JoãoBatista

Presidente da Fundação São JoãoBatista

Celi Maria Guisso Cabral

Diretora das Faculdades Integradas deAracruz

Adriana Recla

Vice-Diretora das Faculdades Integradas de Aracruz

Celi Maria Guisso Cabral

Organizadores

Adriana Recla
João Paulo Calixto da Silva

Editoração

Alessandro Bitti
Ariel Cerri

Endereço

Rua Prof. Berilo Basílio dos Santos,180
Centro – Aracruz –ES
CEP: 29.194-910
Site: www.faacz.com.br
E-mail: conselhoeditorial@fsjb.edu.br
Fone: (27) 3302-8000 / Fax: (27)3302-8001

Revista Educação e Tecnologia. vol. 1, n.1, mar./nov. 2005. Aracruz(ES):
Faculdades Integradas de Aracruz, 2005. [on-line].

Anual.

ISSN1808-3811

1. Educação - Periódicos. 2. Tecnologia - Periódicos. I. Faculdades Integradas de
Aracruz (FAACZ-ES)

CDD: 370

SUMÁRIO

- 1. A FORMAÇÃO DO EDUCADOR AMBIENTAL E A NECESSIDADE DE UMA AÇÃO REFLEXIVA E CRÍTICA NA UNIVERSIDADE.....01**
Arismar Manéia; Tiago Nunes dos Santos

- 2. A IGREJINHA DO ROCHEDO, EM IBIRAÇÚ (ES): ARQUITETURA, FÉ E GEOMORFOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA PAISAGEM SIGULAR.....14**
Fabiano Vieira Dias; Carolina Bianchi; Márcio Costa Schwenck; Tatiany Barth Simão

- 3. A IGREJINHA DO ROCHEDO: UMA SINGELA ARQUITETURA EXPRESSA NA PAISAGEM.....34**
Fabiano Vieira Dias; Carolina Bianchi

- 4. DIFICULDADES DE MOBILIDADE URBANA ENFRENTADAS PELOS TRABALHADORES DE ARACRUZ NO TRAJETO LABORAL.....54**
Alef Costa Ramos; Edivan Guidote Ribeiro; Rosemeri Souza Ribeiro

- 5. FATORES QUE INFLUENCIAM NA ESCOLHA DOS CONSUMIDORES DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS.....75**
Iara Rocha Coleta; Henrique Nascimento Maraustoni Pereira; Robson Moro Aioffi

- 6. GERENCIAMENTO DE PROJETOS, UMA FERRAMENTA ESTRATÉGICA: ESTUDO DE CASO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....94**
Irys Borlini Sirtuli; Letícia Ricatto Bragatto; Rachel Borlini Sirtuli; Robson Moro Aioffi

**7. O ANTIGO SEMINÁRIO DOS PADRES COMBONIANOS, IBIRAÇÚ
(ES) ARQUITETURA E FÉ NO DOMÍNIO DA
PAISAGEM.....114**

Fabiano Vieira Dias; Tatiany Barth Simão

**8. O ENSINO DA LEITURA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL: ESTRATÉGIAS PARA A COMPREENSÃO
LEITORA.....135**

Adriana Recla; Dayane Kelly da Silva Azevedo; Jienny Kelly Scofield
Terci

**9. OS DESAFIOS DA TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O
ENSINO FUNDAMENTAL.....155**

Alane dos Santos Correia; Diana Cezar Stábnov Stov; Maria de Jesus
Massarioli Coutinho; Moara Bossatto Foresti; Fabianne Firmino de
Oliveira da Silva

A FORMAÇÃO DO EDUCADOR AMBIENTAL E A NECESSIDADE DE UMA AÇÃO REFLEXIVA E CRÍTICA NA UNIVERSIDADE

¹Arismar Manéia.

²Tiago Nunes dos Santos

RESUMO

A Educação Ambiental é um debate oportuno para a sociedade atual, pois busca estabelecer laços afetivos e resultados concretos, sendo uma maneira preventiva de enfrentar os problemas ambientais da comunidade e combater o caos que a sociedade está vivendo neste século. Assim, este trabalho objetiva discutir, em diálogo com estudiosos do tema, a necessidade de ações crítico-reflexivas durante a formação do educador ambiental. Como resultado, concluiu-se que a EA oferece sustentabilidade e melhores condições de vida e que a Universidade é indispensável no processo, mas que tem que ser crítica e transformadora buscando aproximação com os problemas socioambientais. Além disso, o educador ambiental precisa ter a capacidade de reunir pessoas em diálogo, estar apto a ensinar e ser articulador e organizador da sociedade nas ações voltadas para as questões socioambientais, com visão complexa do ambiente que garanta a transformação de valores e práticas sociais dos educandos.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Educador ambiental. Ensino Superior.

ABSTRACT

¹ Graduado em Ciências Sociais-Universidades de Santos. Graduado em Filosofia e Pós-graduado em Filosofia-UCB. Mestrado em Educação Pelo ISPEJV-Havana (revalidado). Mestrado em Tecnologia Ambiental. Doutor em Ciências da Educação-UNIDA/UFRJ. Professor das Faculdades Integradas de Aracruz – FAACZ. e-mail: arismarmaneia12@hotmail.com.

² Graduando em Engenharia Química-UVV. e-mail: thiago_nunes_182@hotmail.com

Environmental education is a timely debate to present-day society, because it seeks to establish emotional ties and concrete results, being a preventive way to face the environmental problems of the community and fight the chaos that society is living in this century. Thus, this work aims to discuss, in dialogue with the theme authors, the need for critical-reflexive actions during the formation of the environmental educator. As a result, it was concluded that environmental education offers sustainability and better living conditions, that the University is essential in the process, but you have to be critical and transformative seeking rapprochement with the environmental problems. In addition, the environmental educator needs to have the ability to gather people in dialogue, be able to teach and be articulator and organizer of the society in the actions directed to the social and environmental issues, with complex vision of the environment ensuring the transformation of values and social practices of students.

Keywords: Environmental Education. Environmental educator. University.

INTRODUÇÃO

A preservação ambiental é uma das preocupações contemporâneas que afligem a humanidade. Questões como aquecimento global, queimadas e derretimento de geleiras têm levado o Brasil e a comunidade internacional a se debruçarem à busca de reflexões que ao menos minimizem os efeitos das ações humanas contra o meio ambiente.

Assim, é fundamental que haja uma preocupação com a formação em educação ambiental (EA) e que esta seja inserida como parte integrante da educação. Até por que, independentemente das especificidades de cada abordagem sobre o tema, as discussões têm convergido para a necessidade de implantação de políticas públicas de EA em esfera mundial.

Um dos locais mais propícios à formação ambiental é, sem dúvida, a Universidade, por abranger conhecimento e diálogo, a qual pode ser um catalisador que propicie uma maior e melhor conscientização a respeito da preservação do meio ambiente. Para que o educador ambiental venha a ser um mediador entre aluno e EA a sua

formação, na Universidade, é mister uma ação reflexiva e crítica, a qual envolve sustentabilidade, interdisciplinaridade e a complexidade ambiental.

Isto posto, o artigo tem como objetivo discutir, em diálogo com estudiosos do tema, a necessidade de ações crítico-reflexivas durante a formação do educador ambiental, assumindo que é preciso uma transformação comportamental do indivíduo, da comunidade e do mundo, sem perder de vista que as temáticas ambientais, em especial as políticas públicas de EA, têm grande força na sociedade quando tratadas com seriedade e compromisso.

1 MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A preservação do meio ambiente é uma das mais sérias e urgentes problemáticas que afetam a humanidade. Neste contexto, a Educação Ambiental (EA) se apresenta como um debate muito pertinente para a sociedade contemporânea, e a atividade educativa focada na EA passa a ser uma ação responsável, que se propõe a estabelecer laços afetivos e resultados concretos em longo prazo na comunidade.

EA é uma maneira preventiva de enfrentar os problemas ambientais da comunidade e combater o caos que a sociedade está vivendo neste século, envolvendo desde as questões urbanas até as rurais e buscando uma melhor qualidade de vida para toda a humanidade.

É necessária, porém, uma transformação comportamental do indivíduo, da comunidade e do mundo, sem perder de vista que as temáticas ambientais, em especial as políticas públicas da EA, possuem grande força na sociedade quando tratadas com seriedade e compromisso.

Assim, a formação de professores como dinamizadores de um ambiente educativo tem de incluir a perspectiva socioambiental para fomentar uma pedagogia de movimento no campo ambiental e incorporar novos membros com visão crítica para a realidade. Uma formação crítica que provoque uma superação das fragilidades da EA, como apregoa Taglieber (2007, p. 68):

A necessidade do conhecimento sobre a educação ambiental e seus problemas foram atitudes que marcaram as transformações das práticas pedagógicas na comunidade

escolar, cujo foco se realiza na integração entre as temáticas ambientais e a formação de professores.

Deve ser uma formação contínua e responsável pelo serviço comprometido com o meio ambiente e a EA um componente permanente na estrutura educacional com perspectivas positivas de uma educação voltada para o meio ambiente. A postura do educador é muito importante para que o aluno tenha prazer em buscar a solução dos problemas e é fundamental que o mesmo seja consciente para colaborar na formação crítica e reflexiva do educando. Reigota (2001, p. 201) argumenta que:

A educação ambiental deve ser entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza.

EA é uma ação educativa e deve estar articulada à formação e sensibilidade ambientais, sendo uma fonte de mediação na esfera educacional na construção de novos valores e na preservação de futuras gerações. O professor é mediador entre a EA e o aluno, que tem sua contribuição, como assegura Freire (1996, p. 30): “[...] A experiência do aluno deve ser discutida e aproveitada [...] o conhecimento sobre poluição, rios, bem-estar e lixões em seus bairros e assuntos urbanos”.

Uma característica da EA é que ela pode promover o debate como cidadão e os alunos podem investigar a respeito da relação homem x natureza e civilização, desde a pré-história até nossos dias, associando a evolução humana aos aspectos econômicos, sociais, à Revolução Industrial, às guerras mundiais, à destruição do meio ambiente e suas consequências acumuladas até os dias de hoje e prepará-los para o futuro.

Para realizar um trabalho de EA com resultados positivos, no entanto, o profissional deve estar sempre motivado, pois a motivação tem muita influência na busca de conhecimentos que determinem as mudanças necessárias na atitude do professor.

2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

No Brasil a EA dá um salto a partir da década de 1980 do século passado e se consolida de forma significativa nos anos 1990, tendo como ponto de partida a Conferência da ONU para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável (CNUMAD), em 1992.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), EA é um tema transversal de critério fundamental para a concepção da cidadania, capaz de tornar o indivíduo ciente do seu papel integrador, dependente e transformador do ambiente, devendo ser tratado em todos os anos em disciplinas do Ensino Fundamental.

Somente em 1993 se passou a falar numa legislação específica de EA, quando foi apresentado o Projeto de Lei nº 3.792/93, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), aprovada em 1999 e regulamentada em 2002.

A PNEA e seu decreto de regulamentação têm contribuído para acelerar o processo de institucionalização da EA no Brasil, cujo marco inicial foi a Lei nº 6.938/81, que, ao instituir a Política Nacional de Meio Ambiente, determinou a inclusão da EA em todos os níveis de ensino.

A PNEA é clara quanto à abordagem sobre EA em todos os níveis de ensino e em todas as modalidades, levando o professor a uma nova forma de conduzir o processo pedagógico que propicie a construção de uma nova cultura na qual os educandos possam se sentir “ambiente”, ou seja, desenvolver o sentimento de pertencimento relacionado ao ambiente natural.

Mas já a partir dos anos 1980 do século passado surgiram políticas públicas mais efetivas quanto à EA. Foi quando, conforme o Ministério da Educação (BRASIL, 1998, p. 1), o Brasil estabeleceu bases legais para uma educação que mostrasse interesse pela defesa do meio ambiente, o que é corroborado por Carvalho (2002, p. 147):

[...] na segunda metade dos anos 80 o debate ambiental ganha visibilidade e adentra o cenário político. A entrada das questões e atores ambientais na arena política se materializa em articulações como a Coordenadoria Interestadual Ecologista para a Constituinte e a fundação do Partido Verde no Brasil.

Houve grande avanço com a Constituição Federal de 1988 (CF), cujo texto estabeleceu o meio ambiente como bem público e instituiu que, para o cumprimento

dos preceitos constitucionais, as leis federais, os decretos, as constituições estaduais e as leis municipais devem determinar a obrigatoriedade da EA. A Carta Magna indica explicitamente, no inciso VI do capítulo 225, que é necessário “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988).

Em observância à CF e aos acordos realizados na Conferência do Rio, a Coordenação-Geral de Educação Ambiental (COEA), em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Cultura e Ministério da Ciência e Tecnologia, formulou o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), que se tornou uma das bases de discussão da Política Nacional de Educação Ambiental. Um dos objetivos descritos no PRONEA destaca ser o papel da EA:

[...] criar espaços de debate das realidades locais para o desenvolvimento de mecanismos de articulação social, fortalecendo as práticas comunitárias sustentáveis e garantindo a participação da população nos processos decisórios sobre a gestão dos recursos ambientais (BRASIL, 2005).

O PRONEA representou um avanço no que diz respeito ao conceito de meio ambiente e à concepção de EA, que passou a ser compreendida como uma ação para além da conservação da natureza e articulada com vários segmentos sociais.

Em 1999 o Inciso IV da Constituição Federal foi regulamentado e sancionada a Lei nº 9.795/99, a qual dispôs sobre a EA, instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, que, em seu artigo primeiro, afirma:

[...] entende-se por educação ambiental os processos pelo meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Além disso, o Art. 2º determina que [...] a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal (BRASIL, 2004, p. 34).

Outra ferramenta importante em relação à EA é a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental a serem observadas pelos sistemas de Ensino e suas instituições de Educação Básica e de Educação Superior, orientando a implementação do determinado pela Constituição Federal e pela Lei nº 9.795, de 1999, a qual dispõe sobre a EA e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

3 EDUCADOR AMBIENTAL E AÇÕES CRÍTICO-REFLEXIVAS NA UNIVERSIDADE

Uma pesquisa de Morales (2007) buscou analisar o processo de formação do profissional educador ambiental ante os aspectos teórico-metodológicos trabalhados no curso de especialização em Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Para Morales (2007), a EA está em sintonia com o modelo emergente que envolve sustentabilidade, interdisciplinaridade e a complexidade ambiental, e que tem como objetivo formar sujeitos políticos com capacidade de ação crítica na sociedade com base na transformação social e ação reflexiva.

Na visão desta autora, a Universidade, por tratar-se de um lócus de investigação, representa um núcleo importante na formação em EA, sobretudo quanto à (re)organização e diálogo dos saberes buscando uma aproximação com os problemas socioambientais que afetam a sociedade.

A pós-graduação, vista como centro onde se produz conhecimento mais aberto à incorporação interdisciplinar da dimensão ambiental, se configura um dos principais meios de se chegar à EA, especialmente pelas especializações oferecidas (MORALES, 2007).

Bittar (2007) acredita que a EA deve prover mecanismos para que a sociedade amplie as discussões e concretize ações em relação às questões ambientais. Por meio de pesquisa junto a professores e alunos dos últimos anos dos cursos de Ciências Biológicas e Geografia de duas Instituições de Ensino Superior (IES) do estado do Mato Grosso do Sul, procurou identificar as concepções de meio ambiente trabalhadas nesses cursos, suas implicações na formação docente e as possíveis relações com a prática em EA dos futuros professores.

Os resultados do trabalho de Bittar indicaram que as questões ambientais estão, de certa forma, incorporadas ao currículo dos citados cursos, porém mostraram também uma fragilidade relativa aos subsídios teóricos e práticos que de fato favoreçam a formação de professores para trabalhar a EA na escola básica, assumindo teórica e praticamente o seu caráter crítico e transformador.

Em *Discursos de educação ambiental na formação de educadores (as) ambientais: uma abordagem a partir da análise crítica do discurso*, Santos (2010) buscou compreender de que modo os discursos presentes em um curso de formação de educadores ambientais (CFEA) se torna constitutivo dos discursos de EA dos participantes do curso, caracterizando sentidos de EA e de formação de educador (a) ambiental.

Os resultados permitiram a caracterização de sentidos da EA como estratégia para desenvolvimento de valores e fator para melhoria das condições de vida de comunidades, para solução de conflitos e para sustentabilidade, que pode ser trabalhada na escola ou na comunidade a partir de projetos ou disciplinas, considerando-se a visão holística de meio ambiente.

Para os participantes da pesquisa, o(a) educador (a) ambiental deve ter a capacidade de reunir pessoas, de propiciar diálogo, ensinar, articular e organizar a sociedade para ações socioambientais. Ademais, a ação do(a) educador(a) foi mais percebida como fruto da atuação profissional com um caráter político e formação permanente do que formação acadêmica, o que também considera que sua formação independe de especialidade.

O trabalho de Lima (2012) aborda a EA, o papel do educador ambiental na sociedade e as dificuldades enfrentadas para a elaboração e execução de projetos de EA nas escolas. Também, realça a importância dos atores sociais e sua articulação, de maneira a exercer um tipo de interferência no meio ambiente e na qualidade de vida das pessoas.

Para este autor, a EA é um processo que requer novos saberes para apreender processos sociais cada vez mais complexos e que estimula os atores sociais a problematizarem e pensarem sobre o meio ambiente, tendo uma visão crítica. A escola, argumenta Lima (2012), é uma das principais formadoras do ser humano, tem um papel articulador dos conhecimentos nas diversas disciplinas, porém, para interferir no processo de aprendizagem e nas percepções dos alunos em relação às

representações sobre a relação entre indivíduos e meio ambiente, é necessário que os conteúdos sejam ressignificados.

Aos educadores ambientais cabe refletir e superar a visão fragmentada da realidade por meio da construção e reconstrução do conhecimento sobre a EA. Mas, para apreender a problemática ambiental, é necessária uma visão complexa do ambiente, em que existem as relações naturais, sociais e culturais. Assim sendo, o papel do educador é essencial para a transformação de valores e práticas sociais e é importante ampliar seu envolvimento por meio de iniciativas que aumentem o nível de preocupação dos educadores com o meio ambiente.

Rodrigues *et al.* (2013) discutiram a respeito da formação de educadores ambientais sob o viés crítico, compreendendo-a como um mecanismo de superação do modelo de sociedade vigente. Para os autores, a gravidade dos problemas socioambientais naturalizam discursos e práticas conservadores, por dentro e por fora do contexto escolar, o que resulta em políticas de formação de educadores sem aprofundamento crítico, limitando-se a experiências romantizadas, tecnicistas e comportamentais.

Porém estas mesmas autoras compreendem que é possível infiltrar, por entre as brechas existentes, uma EA crítica, emancipatória e transformadora que questione e lute por qualidade de vida e justiça socioambiental. Com base em textos de autores da área, o trabalho tem como objetivo refletir sobre a formação do educador ambiental crítico e sobre a incorporação dessa dimensão na Universidade. Concluem que, embora seja um importante espaço social para reflexão, formação e difusão de novos conhecimentos acerca da educação, a Universidade insere a dimensão ambiental de modo reduzido nas licenciaturas.

Morales (2009) nos traz outro trabalho, cujo objetivo é tecer discussões acerca da instituição universitária no sentido de debater sua função e refletir sobre seu papel na formação em EA, direcionado principalmente aos cursos de especialização, com o intuito de analisá-los e compreendê-los.

Como conclusão, com base em um mapeamento dos cursos de especialização em EA no contexto brasileiro, Morales (2009) percebeu que há um número significativo de profissionais de diversas áreas de conhecimento que buscam a oportunidade de aprofundar e consolidar sua prática profissional, bem como de uma discussão mais ampla entre sociedade e natureza.

4 DISCUSSÃO

A EA trata-se de um debate necessário e oportuno à sociedade atual, o que a faz ser uma ação responsável com a proposta ímpar de estabelecer laços afetivos e resultados concretos em longo prazo na comunidade, prevenindo os problemas ambientais inerentes a esta.

Isto requer uma formação de professores que os torne dinamizadores de um ambiente educativo, incluindo a perspectiva socioambiental que suscite novos membros com formação e visão crítica da realidade, que leve à superação das fragilidades da EA.

Assim, a maneira como o educador se coloca em relação ao tema é muito importante para que o aluno sinta prazer em buscar a solução dos problemas, sendo aquele um mediador entre a EA e o aluno.

Por meio de estudos de diversos autores, analisou-se neste artigo que, para vir a ser este mediador entre aluno e EA, a formação do educador ambiental necessita de uma ação reflexiva e crítica na Universidade.

Em Morales (2007) esta ação reflexiva engloba sustentabilidade, interdisciplinaridade e a complexidade ambiental, sendo a Universidade um núcleo importante na formação em EA, que deve buscar uma aproximação com os problemas socioambientais.

Morales (2009) constatou que nos cursos de especialização em EA existe um número expressivo de profissionais de diversas áreas que buscam a oportunidade de aprofundar e consolidar sua prática profissional e a discussão mais ampla entre sociedade e natureza.

Santos (2010) percebeu a EA servindo de estratégia para desenvolver valores, melhorar as condições de vida, solucionar conflitos e para dar sustentabilidade, sendo possível ser trabalhada na escola. O educador ambiental deve ser capaz de reunir pessoas, ensejando o diálogo e ensinando, articulando e organizando a sociedade para ações socioambientais.

Bittar (2007) colheu resultados mais críticos, pois, embora as questões ambientais estivessem incorporadas ao currículo dos cursos, percebeu-se uma fragilidade dos subsídios tanto teóricos quanto práticos que dizem respeito à formação de professores para trabalhar a EA.

Em Lima (2012), a escola assoma como uma das principais formadoras do ser humano, graças a seu papel articulador dos conhecimentos nas diversas disciplinas. Mas, para que atue no processo de aprendizagem e nas percepções dos alunos relativamente ao meio ambiente, necessário se faz ressignificar os conteúdos. Complementa que educadores ambientais precisam de uma visão complexa do ambiente, envolvendo fatores naturais, sociais e culturais, para que se possa garantir a transformação de valores e práticas sociais.

Rodrigues *et al.* (2013) alargam as fronteiras, pois veem a formação de educadores ambientais como um mecanismo que substitua o modelo de sociedade atual, cujas políticas de formação de educadores, segundo os autores, não têm aprofundamento crítico. A Universidade, argumentam, insere a dimensão ambiental de modo reduzido nas licenciaturas e, como solução, propõem uma EA crítica, emancipatória e transformadora que reflita qualidade de vida e justiça socioambiental.

CONCLUSÃO

Este artigo buscou abordar a formação do educador ambiental e sua necessidade de agir reflexiva e criticamente no contexto da Universidade. Percebeu-se que a formação de professores deve, de fato, incluir uma perspectiva socioambiental que resulte em novos profissionais embasados de visão crítica da realidade objetivando vencer as fragilidades da EA.

Do que foi visto nesta pesquisa, a EA se configura como estratégia para desenvolver valores, oferecer sustentabilidade e melhores condições de vida, tendo na Universidade um indispensável suporte, mais especificamente quanto à formação em EA, que necessita ser crítica, emancipatória e transformadora e que, concomitantemente, busque aproximação com os problemas socioambientais.

Quanto ao educador ambiental, deve ser alguém com a capacidade de reunir pessoas em diálogo, que esteja apto a ensinar e ser articulador e organizador da sociedade nas ações voltadas para as questões socioambientais. São cidadãos providos de uma visão complexa do ambiente que garanta a transformação de valores e práticas sociais dos educandos.

Sob este viés, é importante que a formação de educadores ambientais esteja calcada numa proposta que leve em consideração um caráter ao mesmo tempo reflexivo e crítico no sentido de uma prática socioambiental bem alicerçada em estudos teóricos na Universidade, para que, efetivamente, haja ações que busquem, por meio da EA, uma reformulação das práticas relativas à preservação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

BITTAR, Michelle. **As questões ambientais e a formação de professores nos cursos de ciências biológicas e geografia em duas universidades de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 2007. 138 p Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

_____. **Ministério do Meio Ambiente**. Programa Nacional de Educação Ambiental: documento em consulta nacional. 2. ed. Brasília: MMA, 2004.

_____. **ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental**. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. 3. Ed. Brasília: MMA, DF, 2005.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2002

FREIRE, Paulo. Professores construcionistas: a formação em serviço. **Atas do III Congresso Ibero-Americano de Informática Educativa**. Barranquilla, Colômbia. 1996.

LIMA, Francisco Daniel Mota. **Monografias ambientais**, nº 7, p. 1717 – 1722, MAR-JUN, 2012.

MANÉIA, Arismar. **Educação para o meio ambiente**: políticas de educação ambiental na formação de professores do ensino fundamental da rede municipal de Aracruz-ES, Brasil. Asunción: UNIDA, 2015.

MORALES, Angélica Góis Müller **A formação do profissional educador ambiental**: reflexões, possibilidades e constatações no curso de especialização da UFPR. Curitiba, 2007.

_____. A formação dos profissionais educadores ambientais e a universidade: trajetórias dos cursos de especialização no contexto brasileiro. **Educar**, Curitiba, n. 34, p. 185-199, 2009. Editora UFPR.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

RODRIGUES, Jéssica do Nascimento; OLIVEIRA, Aline Lima; QUEIROZ, Edileuza Dias. **Universidade e formação de educadores ambientais críticos**. **Educação: Teoria e Prática**. Rio Claro, Vol. 23, n.42, p. 90-105, Jan-Abr. 2013.

SANTOS, Laísa Maria Freire dos. **Discursos de educação ambiental na formação de educadores (as) ambientais**: uma abordagem a partir da Análise Crítica do Discurso. Rio de Janeiro: UFRJ/NUTES, 2010.

TAGLIEBER, J.E. **Educação ambiental**: fundamentos, práticas e desafios. Itajaí: UNIVALI, 2007.

A IGREJINHA DO ROCHEDO, EM IBIRAÇU (ES): ARQUITETURA, FÉ E GEOMORFOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA PAISAGEM SINGULAR¹

Fabiano Vieira Dias*

Marcio Costa Schwenck**

Tatiany Barth Simão***

Carolina Bianchi****

RESUMO

Esse artigo, parte de pesquisa em desenvolvimento, apresenta estudo histórico, arquitetônico e paisagístico sobre a Igreja de Santo Antônio, popularmente conhecida como “Igrejinha do Rochedo”, construída sobre um rochedo (matacão) às margens da BR 101, no distrito de Pendanga em Ibiracú (ES). O complexo arquitetônico-geológico-paisagístico formado pela igreja e o rochedo constrói uma imagem inusitada para a paisagem de estrada formada por cenários que se alternam entre o rural e o urbano, no trecho da rodovia BR 101 a qual pertence a Igreja de Santo Antônio do Rochedo. Com sua privilegiada implantação elevada em relação à rodovia, a Igreja de Santo Antônio se caracteriza como um elemento de domínio da paisagem circundante. Sua história recente e sua implantação fazem parte da própria história de Ibiracú, cidade do norte do Estado do Espírito Santo. A singularidade desse complexo narra, por fim, uma história de fé, superação e morte simbolizados na edificação cravada na rocha.

Palavras-chave: Arquitetura, Fé, Geomorfologia, Paisagem, Ibiracú

¹ Esse artigo faz parte de pesquisa desenvolvida através das Faculdades Integradas de Aracruz (Faacz), entre os anos de 2016-2017, intitulada "O sagrado, a fé e o domínio da paisagem: Os exemplos da Igreja de Santo Antônio do Rochedo e o Seminário Comboniano de Ibiracú (ES)", disponível no site de pesquisas do professor Fabiano Dias. Ver em especial: <<http://fabianovdias.wixsite.com/gnau/pesquisas>>.

* Professor e Arquiteto-Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU UFES, Curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades Integradas de Aracruz, orientador dessa pesquisa, fvieira@fsjb.edu.br

** Geógrafo formado pela UFES, em 1997, mc.schwenck@gmail.com

*** Arquiteta-urbanista formada pelo do Curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades Integradas de Aracruz, no ano de 2017, tatybarth@yahoo.com.br

**** Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades Integradas de Aracruz, carolbianchi-@hotmail.com

Abstract

This article, part of research in development, presents a historical, architectural and landscape study about the Church of Santo Antônio, popularly known as "Church of the Rock", built on a rock (boulder) on the banks of BR 101, in the district Of Pendanga in Ibiraçu (ES). The architectural-geological-landscaped complex formed by the church and the rock constructs an unusual image for the landscape of road formed by scenarios that alternate between the rural and the urban, in the stretch of highway BR 101 that belongs to Igrejinha do Rochedo. With its privileged high elevation in relation to the highway, Igrejinha is characterized as an element of domination of the surrounding landscape. Its recent history and its implantation are part of the history of Ibiraçu, a city in the north of Espírito Santo State. The singularity of this complex narrates, at last, a history of faith, surpassing and death symbolized in the building embedded in the rock.

Keywords: *Architecture, Faith, Geomorphology, Landscape, Ibiraçu*

INTRODUÇÃO

A paisagem tem a característica de ser uma construção cultural, criada pelas mãos humanas que, atribuída de significado (s), permanece no tempo e na história como marca de um momento singular. É um registro que ultrapassa sua existência física e alcança o simbolismo de um ato ocorrido, de um tempo vivido, de uma história contada ou de um momento eternizado. A paisagem, diferente da Natureza, é um ato deliberado, intencionalmente estético, direcionado pelo olhar de quem a constrói para quem se deseja apreciar. É o recorte estético de um todo, natural ou urbano, que define um momento na história.

Implantada sobre um grande rochedo, às margens da BR 101 Norte em Ibiraçu (ES), a Igrejinha de Santo Antônio passa, na rápida visada do veículo em movimento, uma sensação de espanto, que vai se transformando em indagação pela ousadia de como foi construído aquele pequeno edifício sobre uma pedra e, o para quê ou para quem! Do espanto, passando pela indagação, chega-se a curiosidade da pesquisa e a constatação, pela história local, do caráter de fé atribuída a este empreendimento inusitado. Para muitos, porém, que trafegam pela rodovia diariamente

(invariavelmente dentro de algum veículo motorizado) é uma história desconhecida, reservando-se somente à imagem da edificação religiosa encravada na pedra.

Dessa imagem que tem em sua origem as edificações religiosas cristãs ao longo da história, onde a pedra remete à solidez e ao estático, têm-se a estrada, a rodovia federal BR 101, em seus dois sentidos, que subverte totalmente esse simbolismo, pois pelas velocidades dos veículos que trafegam por ela, o olhar e por fim, a percepção dessa igrejinha nunca será estática, sempre em movimento, sempre alterando-se, sempre um algo novo, sempre um novo olhar, uma nova percepção e uma nova paisagem, rápida e fugaz, acelerada como o são as imagens de um vídeo.

O rochedo, parte da geologia montanhosa local, leva o olhar às alturas, tanto para quem o visualiza pela janela do veículo em movimento, como para quem sobe pelo acesso de terra batida que serpenteia o relevo, até a entrada do campo santo sobre o rochedo, formado pelos elementos da igrejinha, seu cruzeiro e a cerca que delimita o espaço. Esse acesso, exclusivo e privativo, é uma outra forma de percebê-la: em peregrinação, sobe-se pelo caminho tortuoso de terra batida que se inicia às margens da rodovia, adentrando a propriedade privada da qual pertence a Igrejinha.

Aqui, campo e montanha, elementos primordiais do conceito de paisagem desde o séc. XV (ROGER, 1999, p. 2-6), se misturam ao urbano nessa forma contemporânea de construção da paisagem: a velocidade, marcada pela presença da BR 101, estrada que liga milhares de pessoas entre cidades do litoral e do interior brasileiro, e pelos veículos que trafegam entre seus dois sentidos, em contraponto à subida íngreme, lenta e pausada para poucos.

A construção clássica da paisagem retratada nas artes principalmente pictóricas tinha o olhar pela janela, “essa *veduta* interior ao quadro, mas que abre ao exterior” (ROGER, 1999, p. 4) a forma de cristalizar a paisagem em pintura, democratizando o olhar de seu criador a todos os admiradores de sua arte. No contemporâneo, a janela dos veículos em movimento, mais telas de vídeos do que *vedutas*, criam *frames*, imagens diferentes do mesmo objeto ou olhar, múltiplos, séries, sequências que dificultam a fixação ou admiração da paisagem que passa na velocidade de um piscar de olhos. A fotografia faz hoje, por outro lado, o papel de reter um momento singular, de estabelecer uma imagem, ou imagens, de estudo e análise do que se caracteriza por paisagem.

A Igrejinha construída de forma laica e vernácula, objeto icônico tanto da fé cristã, como da própria história recente da cidade de Ibiráçu, é a medida da construção de uma paisagem pelas mãos e olhar estético humano: faz parte de uma paisagem alterada, antes um vale recoberto de vegetações nativas, parte de um todo da Natureza, transformado em pastagem/campo/rodovia, um local de funções primordiais da existência humana (alimentação, circulação etc.) que ganha com a presença dessa singular edificação religiosa, inserida sobre esse marcante elemento geográfico e geomorfológico, um novo aspecto do simbolismo da fé cristã.

Sua inserção nesse meio natural-urbano, formado por morros, campos de pastagem e a BR 101, caracteriza uma paisagem tipicamente de estrada, dentre tantos e variados conceitos que definem o termo paisagem², que tem por efeito de origem, função e das velocidades empreendidas, a possibilidade de unir campo e cidade, urbano e natureza, no tempo e no espaço.

A pesquisa sobre essa edificação religiosa se faz por sua existência singular em relação à paisagem que a mesma constrói, dando-lhe dupla caracterização: de um lado, o promontório formado pelo rochedo, onde foi edificada a Igrejinha, marca fisicamente sua singularidade perante o “mar de morros” (PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRÁÇU, 2016, p. ?) que circunda essa edificação, dentro de uma geografia específica da região; e por outro lado, o simbolismo da fé cristã expressa por sua construção em lugar tão inesperado e por sua função de fé, de promessa por cura de doença, de uma vida findada, local de peregrinação etc, como se verá no capítulo 1 desse artigo.

A paisagem que se conforma é também de dupla escala compositiva: primeiro, como se verá no capítulo 2, uma escala urbana por fazer parte de uma paisagem de estrada, a BR 101, aos moldes de como apresenta Domingues, ao definir que esta paisagem formada pela “Rua da Estrada” – essa estrada que corta e faz parte de cidades ao longo de seu percurso – é de identidade “flutuante” (DOMINGUES, 2009, p. 13), onde é ora urbano, ora rural não como em uma relação entre um *versus* o outro, mas, como explica Domingues, em uma paisagem transgênica onde se

² Para conhecer o vasto campo de estudos sobre a paisagem, inserida em disciplinas diversas, recomenda-se a leitura do livro de Rafael Winter Ribeiro, onde o autor trabalha o variado significado do termo em disciplinas distintas. Ver em especial: RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2007

“assimila e reprocessa elementos que antes pertenciam a um e outro rurais ou urbanos” (DOMINGUES, 2009, p. 13).

E ainda, em segundo lugar, a paisagem em análise é também de uma escala geográfica, ou seja, onde o relevo local, parte de estruturas morfológicas maiores e muito antigas, constrói um pano de fundo ao complexo arquitetônico-geológico-paisagístico formado pela Igrejinha e o rochedo, como se verá no capítulo 3.

Ambas caracterizações atribuem a este lugar singular, composto pela edificação, sua implantação sobre um rochedo e seu entorno geográfico e geomorfológico expressivos, um forte caráter simbólico único, pois une em uma mesma edificação o contexto sagrado da religião Católica e o importante contexto geográfico e geomorfológico dessa região do Estado do Espírito Santo. Essa dupla qualidade, caracteriza a edificação como uma arquitetura singular, dentro da história urbana da cidade de Ibirapu.

1. FÉ, ARQUITETURA E PAISAGEM NA IGREJINHA DO ROCHEDO

A Igrejinha ou capela de Santo Antônio, mais conhecida como Igrejinha da Pedra ou Igrejinha do Rochedo, começou a ser construída no final de 1997, sendo inaugurada em 05 de junho de 1998 (CUZZUOL, 2015, p. 5). Está localizada às margens da BR 101 em posição de destaque, contrastando com a paisagem por sua implantação singular sobre um grande rochedo (matacão), que se projeta sobre o relevo em declive do local (**Figura 1**).

Figura 1 – A Igrejinha e sua implantação sobre o rochedo.



Fonte: Acervo pessoal de Fabiano Dias, 2017

O rochedo e a singela igrejinha pertencem à propriedade rural da família Modenesi, localizada no trecho entre o distrito de Pendanga e o centro urbano da cidade de Ibirapu, cidade do norte do Espírito Santo. A construção da Igrejinha do Rochedo

está inserida em uma paisagem de morros, campos de pastagem e a BR 101, tendo o centro da cidade de Ibirapu ao fundo, distante cerca de 2,70 Km da Igrejinha, e sua elevação em relação ao nível do mar é de aproximadamente 104 metros de altura³.

Mesmo em posição elevada em seu promontório de pedra e facilmente avistada da BR 101, o relevo a sua volta que desenha os contornos da rodovia, impede que a Igrejinha seja avistada da cidade de Ibirapu, sendo, portanto, uma visão exclusiva, mesmo que rápida e quase fugaz, de quem trafega pela estrada. Mas, ao mesmo tempo, essa singela construção assume importância singular dentro do aspecto religioso histórico e atual da cidade de Ibirapu⁴.

A Igrejinha do Rochedo foi edificada como uma promessa de cura para o jovem Diógenes Antônio Vescovi Modenesi. De arquitetura caracteristicamente vernácula⁵, a pequena igreja, ou capela, é dedicada a Santo Antônio, santo ao qual Diógenes era devoto.

A história da Capela de Santo Antônio começa em 1995, quando o filho do Sr. Artelino Modenesi e da Sra. Santa Vescovi, Diógenes Antônio Vescovi Modenesi (na época, com 34 anos) foi diagnosticado com câncer linfático. Rapaz de forte origem familiar católica, apoiou-se em sua fé e decidiu, através de promessa, que se fosse curado construiria uma pequena capela dedicada à Santo Antônio, seu santo devoto, nas terras da família. Tratado do câncer por dois anos com quimioterapia, e já curado, em 1997 deu início à construção de sua promessa, com ajuda dos familiares (CUZZUOL, 2015, p. 4).

O local escolhido pelo próprio Diógenes para implantação da obra seria outro, a princípio, mas analisando a logística e praticidade de levar e lidar com os materiais, a opção escolhida foi o rochedo às margens da BR 101. Desde o princípio o intuito de Diógenes era implantar a igrejinha em um lugar bem alto, onde pudesse ser contemplada por várias pessoas (CUZZUOL, 2015, p. 5).

³ Essa medida foi constatada tendo-se como base o programa Google Earth® da Google®, dentro de seus limites de precisão.

⁴ Ibirapu é uma cidade de forte tradição católica e possui em seu roteiro anual de eventos religiosos a peregrinação pelo “Caminho da Sabedoria”, que percorre as vinte e uma capelas existentes pelo interior do município, além da Igreja Matriz, do Santuário Diocesano e o Mosteiro Zen do Morro da Vargem. A Igrejinha do Rochedo, até o momento, não faz parte do roteiro de peregrinação do Caminho da Sabedoria.

⁵ Como parte da pesquisa desenvolvida, foi levantada toda a arquitetura da Igrejinha, bem como sua implantação sobre o rochedo. Os desenhos arquitetônicos relativos aos levantamentos estão apresentados em outro artigo, intitulado “A Igrejinha do Rochedo: uma singela arquitetura expressa na paisagem”, como parte da pesquisa desenvolvida.

A implantação de templos religiosos em colinas e lugares altos faz parte da história religiosa da cidade de Ibirapu e de seu povo (**Figura 2**), bem como na tradição histórica católica, ao ser empregada muitas vezes por forte influência cultural que vêm desde a antiguidade, onde “[...] Os cortejos religiosos, subindo sinuosamente aquelas elevações, tinham a experiência da terra e do céu” (MUMFORD, 1965, p.112). Unia-se sob o mesmo lugar, portanto, dois fortes simbolismos: primeiro, o da presença marcante e preponderante das construções religiosas edificadas em partes elevadas das cidades (ou de seus entornos) como forma de marcar a presença e poder da Igreja Católica sobre o sítio, a vida e os espírito dos locais e, segundo, o próprio subir à igreja, por caminhos tortuosos e íngremes, faz parte do ritual de penitência para o expurgo dos pecados de cada um.

Figura 2 – Na sequência, os antigos prédios do Santuário Diocesano e do Seminário dos Padres Combonianos, e a Igreja Matriz de São Marco como exemplos de edificações católicas construídas em áreas elevadas da cidade de Ibirapu⁶.



Fonte: Acervo pessoal de Fabiano Dias e Tatiany Barth Simão, 2017

Independente do uso, talvez, inconsciente de bases históricas da tradição edilícia católica, a escolha do local levou a uma paisagem inusitada para os que trafegam pela BR 101, em direção a Ibirapu ou saindo da cidade. E quando se quer que edificações sejam notadas, como explica Domingues (no caso de residências, mas

⁶ O antigo Seminário Comboniano de Ibirapu é parte da pesquisa em andamento e sua relação na construção da paisagem da cidade é analisada em outro artigo intitulado “O antigo Seminário dos Padres Combonianos, Ibirapu (ES): ordem e fé no domínio da paisagem”.

valendo para as demais), “nada como construí-las junto à estrada” (DOMINGUES, 2009, p. 40).

Porém, antes mesmo que a igrejinha fosse terminada e que os médicos pudessem liberar Diógenes completamente do tratamento, em 07 de março de 1998 ele morreu por afogamento na praia de Barra do Sahy em Aracruz, cidade vizinha de Ibirapu, onde morava. Apesar da fatalidade, a família concluiu a igrejinha, inaugurando-a em 05 de junho de 1998, data em que Diógenes completaria 37 anos, e sua primeira missa foi celebrada em 07 de setembro de 2010 (CUZZUOL, 2015, p. 2).

O entorno da Igrejinha é composto por campos de pastagens à frente dos morros que circundam a região como pano de fundo, formando um grande vale por onde serpenteia a BR 101 em direção a cidade de Ibirapu. Esses campos de pastagens são formados por relevos com declives acentuados, e entre esses campos, destaca-se um rochedo isolado – um matacão proeminente em relação a esse relevo e à BR 101, emoldurado por um grande paredão rochoso por detrás da Igrejinha, com altura aproximada de 398 metros acima do nível do mar⁷ (**Figura 3**).

Figura 3 – Imagens panorâmicas da subida até a Igrejinha do Rochedo (indicada), que mostram os relevos e pastos que a circundam, além da BR 101.



Fonte: Acervo pessoal de Fabiano Dias, 2017

A geomorfologia local, ou seja, os aspectos geológicos formais do relevo, com sua origem e formação por milênios, como será visto no capítulo 3, é também parte

⁷ Idem nota 7

preponderante no entendimento e construção da paisagem singular formada pela Igreja e sua implantação.

2. UMA PAISAGEM DE “ESTRADA”

As estradas, eixos de conexão entre cidades não são invenções humanas contemporâneas. Estão na história do desenvolvimento humano desde a Antiguidade, vide a expansão do Império Romano, por exemplo, que tinham em suas estradas (algumas existentes até os dias de hoje) como elementos físicos que conectavam Roma, sede do Império, com as cidades conquistadas. O que muda a partir de meados do séc. XX é a velocidade que assume a estrada, tanto na sua construção, como na sua dispersão pelo território e, principalmente, na possibilidade das altas velocidades que ela permite através dos veículos motorizados.

Por consequência, possibilita enormes alterações no modo do fazer urbano, na construção e ampliação do espaço urbano das cidades contemporâneas. As cidades se espraiam pelo território, ao ponto de se tocarem e diluírem pela estrada as diferenças entre campo e cidade, onde “tudo se mistura: casas, cafés, restaurantes, lojas, serviços, fábricas” (DOMINGUES, 2009, p. 15). Nesse lugar onde, também, “tudo se pendura” como uma corda, segundo Domingues (2009, p. 15), a paisagem que se forma é outra, diferente de uma ligada à Natureza e outra ligada ao urbano. É um misto de algo que não se transforma, necessariamente, pelo tempo histórico, mas, pelo tempo da velocidade.

Uma paisagem sem pregnância, sem fixação do olhar... feita de *frames* variados por quilômetros por hora pela *veduta* da janela do veículo... A Igreja do Rochedo faz parte de uma paisagem que, invariavelmente, é percebida ou construída pela velocidade dos veículos em movimento pela BR 101.

O trecho da BR 101 no Espírito Santo que liga as cidades de Serra, vizinha a Vitória - capital do Estado, e a cidade de Ibirapu, ao norte, se desenvolve por uma série de paisagens que mesclam o urbano e a natural alterado pelas mãos dos homens (ver **Figura 5**). Em meio a pastos para criação de gado, redes de alta tensão, construções espaçadas ou aglomeradas, uma paisagem se destaca nesta natureza modificada pelo homem: a inusitada presença dessa pequena construção religiosa sobre uma pedra (**Figura 4**), o grande matacão que assumiu, no senso comum, o nome de "rochedo".

Figura 4 - Vista da Igrejinha do Rochedo no trajeto da BR 101, em Pendanga, distrito de Ibirajú



Fonte: Acervo pessoal de Fabiano Dias, 2017

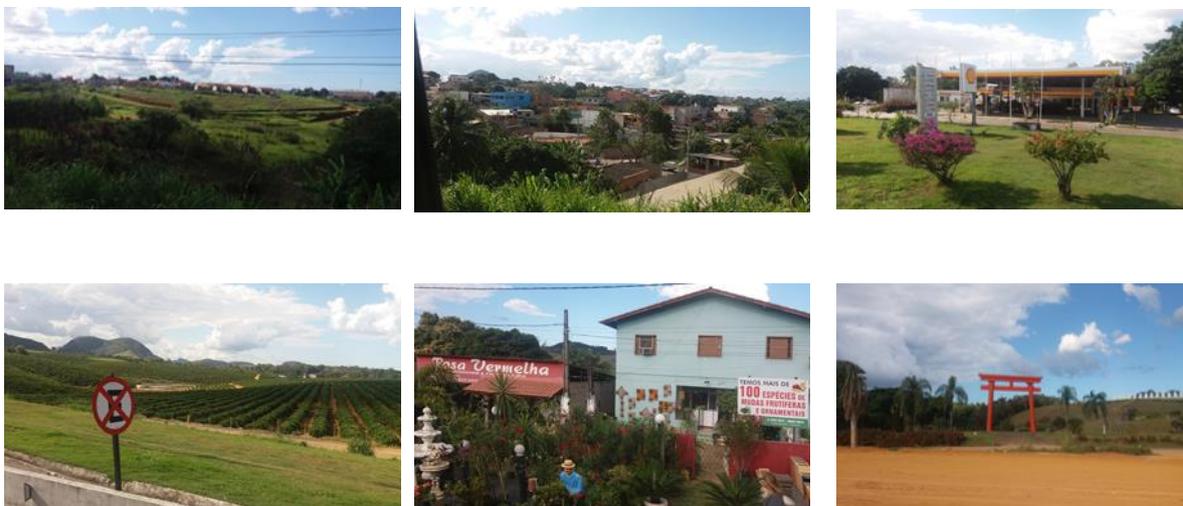
Dentre a conformação de paisagens contemporâneas formadas pela velocidade da estrada, esse complexo arquitetônico-paisagístico-geológico (ver Capítulo 3) é um monumento por “invocar do passado”, segundo Domingues (2009, p. 159), origens e identidades de uma narrativa de lugar, uma “aura, um encantamento do lugar, uma leitura do tempo e do espaço”, segundo o autor, que ainda conclui: “Anda tudo tão depressa na Rua da Estrada que só quando os drive-in forem monumentos é que pararemos para pensar” (DOMINGUES, 2009, p. 159).

Em meio ao presente que passa constantemente pelo vidro da janela em (alta) velocidade, a Igrejinha sobre o rochedo pode ser caracterizada como uma “excepcionalidade arquitetônica”, segundo Domingues, pois funciona como uma dissonância “no barulho de fundo” da estrada (DOMINGUES, 2009, p. 159). Ela quebra os intervalos de cheios e vazios que se alternam em variações ao longo da estrada (ver **Figura 5**). É um estranhamento nesse “barulho” do qual fala Domingues, um estranhamento que leva a inquietude pela surpresa à primeira vista e pela indagação, que se transforma rapidamente em admiração (se você despender um tempo para percebê-la na rápida passagem pela estrada...).

A paisagem que se descortina pela estrada, ao longo de pouco mais de 66 Km, mescla a ambivalência entre o rural e o urbano em *frames* de um filme: de uma janela de um ônibus em movimento (**Figura 5**), percorrendo as cidades do trecho – Serra (onde começa a BR 101), Fundão e por fim, Ibirajú - a paisagem nunca é

estática, está sempre em movimento pelo meio físico. Não impregna em sua totalidade na retina, pois as sucessões de imagens entre o urbano e o rural quase se repetem em variantes tipológicas.

Figura 5 – Imagens do trecho da BR 101 entre o município da Serra e o de Ibiracu⁸.



Fonte: PAISAGEM CULTURAL..., 2017

Mas nesse ponto, em meio a uma série de relevos que se destacam na paisagem surge um pequeno matacão, quase à beira da rodovia que se pronuncia não por sua geomorfologia, mas pela inesperada implantação de um edifício sobre o mesmo. A forma desse relevo que aparenta estar em eterna instabilidade traz outra característica desse conjunto arquitetônico-geológico-paisagístico (ver capítulo 3): a contradição em uma paisagem formada pela necessária estabilidade de uma edificação sobre sua base, instável pelo tempo geológico e natural.

Dessa forma, a paisagem formada pelo conjunto desperta no passante, motorizado (já que a rodovia não abre espaço para pedestres) uma surpresa inesperada pela situação da sequência das imagens que se descortinam ao olhar, pela aproximação daquela pequena igreja apoiada, quase que displicentemente, sobre uma rocha que sempre aponta em direção à rodovia (**Figura 6**; ver também **Figura 4**).

⁸ O conjunto de imagens fotografadas das paisagens do trecho entre o município da Serra até o município de Ibiracu, via BR 101, pode ser apreciada no site Paisagens Culturais, no seguinte endereço eletrônico: <<http://fabianovdias.wixsite.com/paisagensculturais/br101-serra-ibiracu>>

Figura 6 – Imagens sequenciais da Igrejinha do Rochedo, feitas de dentro de um veículo em movimento, no trecho Serra à Ibirapu.



Fonte: Acervo pessoal de Fabiano Dias, 2017

A imagem da Igrejinha cruzando-se a BR 101 e percebida pelas janelas dos automóveis em velocidade, ao longo do dia ou da noite (**Figura 7**), quando seu contorno some dentro do breu da escuridão, marcam olhares diferenciados sobre essa paisagem singular. Essas percepções se completam com as imagens aéreas, voos de drones ou similares que captam um outro olhar sobre o prédio e seu espaço religioso: um campo santo definido pela cerca, a edificação e seu cruzeiro, e sua relação com o entorno geológico do rochedo, encravado no solo ou despontando deste, em direção ao céu/BR 101 (vide **Figura 3**).

Figura 7 - Nas imagens, formas de perceber a Igrejinha ao anoitecer, com suas luzes brancas (tripartirdes) do cruzeiro e a vermelha da edificação, marcando a posição do prédio religioso sobre o breu da noite



Fonte: Acervo de Karol Battisti (primeira imagem), 2017; acervo pessoal Andressa Rosalém (segunda imagem), 2017

Na paisagem da Igrejinha do Rochedo não só a capela e nem apenas os morros formariam por si só a paisagem que chama atenção e desperta a curiosidade das pessoas como a conhecemos hoje. Ali o conjunto arquitetônico-geológico-paisagístico cria uma singular narrativa dessa paisagem, ora desafiadora pela posição da igrejinha sobre o rochedo, ora intrigante, alvo de perguntas e porquês de

sua existência exatamente nesse lugar em específico. Ela conta uma história de fé, superação e fim simbolizados na edificação cravada na rocha.

Não será, porém, essa paisagem de estrada algo a substituir a clássica imagem da paisagem enquanto recorte, o instantâneo de um momento histórico ligado à memória quase que congelado no tempo. O que se instaura pela velocidade da estrada é um outro modo de perceber a paisagem, segundo Roger (2008, p. 7), como foram todas as outras formas que a arte e a técnica traduziram em estética. O que nos diferencia hoje, são os vários e excessivos meios visuais de percepção (fora os ligados aos outros sentidos do corpo)⁹. E o que nos cabe, como exercício, mesmo em velocidade, é parar para indagar por um momento, e por consequência, perceber.

3. UM COMPLEXO ARQUITETÔNICO-GEOLÓGICO-PAISAGÍSTICO.

A primeira percepção que se pode ter na análise de uma paisagem é o conjunto heterogêneo das formas concretas do relevo que a compõem. O relevo é algo mensurável quanto das formas que se apresentam, no entanto, a fisiografia do relevo ou modelado que se mostra, é observado pelo pesquisador através das diferenciações locais e regionais da silhueta de sua superfície, formas essas não aleatórias como podem parecer aos não especializados. Tais formas, por mais estáticas que pareçam, mostram-se dinâmicas e se manifestam no tempo e espaço de modo diferenciado, oriundo das trocas de energias provenientes das múltiplas interferências dos demais componentes do estrato geográfico, em seus três estados físicos (ar, água e terra), desde as morfoestruturas geradas pelos processos geológicos, esculpidos pelos agentes da baixa atmosfera (troposfera e parte da estratosfera), até o conhecimento das morfoesculturas.

O reconhecimento das formas existentes na superfície do “Estrato Geográfico” (GRIGORIEV, 1968 apud ROSS, 1996, p. 10) é parte importante em qualquer análise da paisagem, visto que compreende a estreita faixa onde é possível viver biologicamente, ou de maneira mais restrita, apropriar-se socialmente dos recursos necessários para a manutenção do homem como ser social, além do ente biológico primitivo (ROSS, 1996, p. 10). Logo, é imperativo que a participação do homem no

⁹ Roger cita como exemplo: “Paisagens sonoras (as *soundscaapes* de Murray Schafer), olfativas (as *smellscpaes* de Nathalie Poiret), cinestésicas, coenestésicas, para não evocar as paisagens virtuais” (ROGER, 2008, p. 7).

ambiente, através das modificações inseridas pelos *inputs* dessa intervenção antropogênica, afeta o dinamismo outrora natural.

Inserida nessa diversidade fisiográfica da paisagem estudada, a capela de Santo Antônio, mais conhecida como Igreja da Pedra ou Igreja do Rochedo, figura em posição de destaque na paisagem, contrastando com as formas do relevo natural do entorno e por sua implantação singular sobre um grande rochedo (matacão) que aflora numa encosta convexa, moldada pelas estruturas geológicas sotopostas e os processos responsáveis pelo modelado observado.

3.1 IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES GEOMORFOLÓGICAS

A Igreja do Rochedo encontra-se inserida como parte integrante de um complexo arquitetônico-geológico-paisagístico maior, gerado pela sua localização na transição entre unidade de relevo que, partindo de uma visão macro, identificam-se como Morfoestruturas típicas de Depósitos Sedimentares, em sua vertente Leste e a Faixa de Dobramentos Remobilizados a Oeste. De acordo com o IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves (2012, p. 8), a morfoestrutura dos depósitos sedimentares é composta localmente pelas litologias do Grupo Barreiras e depósitos quaternários mais recentes nos fundos dos vales e inúmeros anfiteatros observados. As faixas caracterizam-se pelas evidências de movimentos crustais, com marcas de falhamentos, deslocamentos de blocos e falhamentos transversos, impondo inquestionável controle estruturas sobre a diversidade topográfica atual.

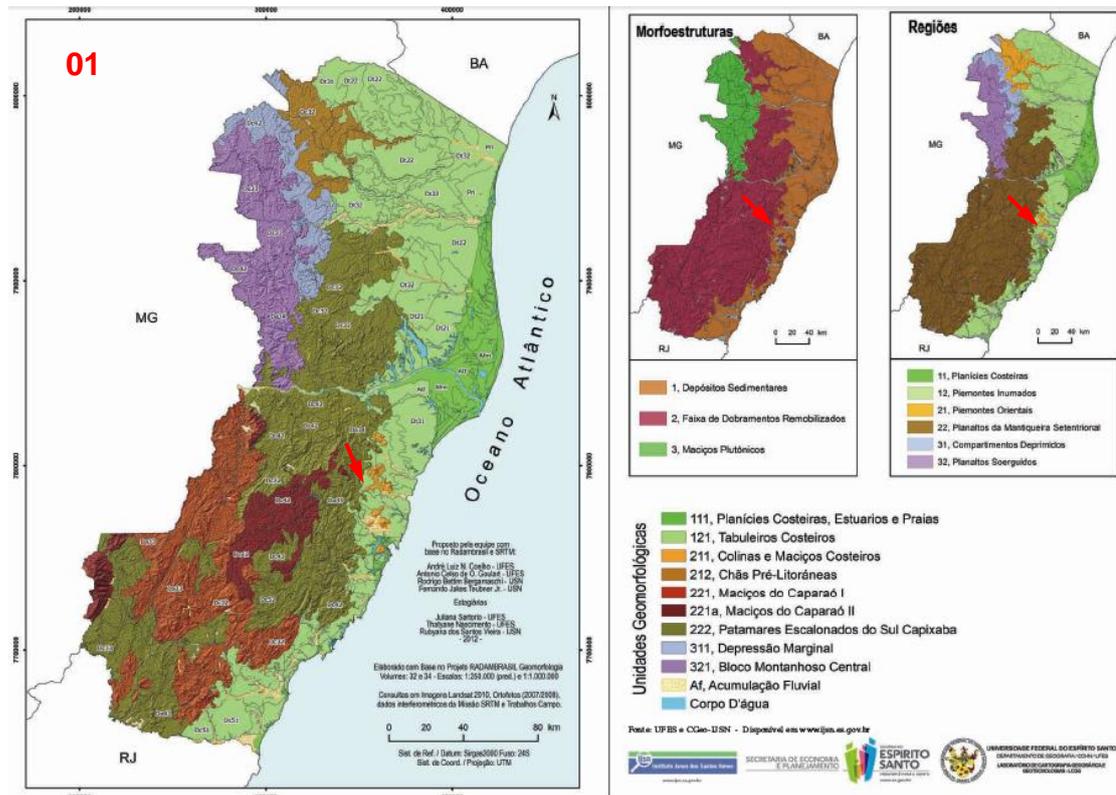
Aumentando a escala de análise das formas de relevo ainda localizadas numa faixa transicional, classificam-se suas Regiões Geomorfológicas de influência, sendo a Leste os Piemontes Inumados e a Oeste, os Planaltos da Mantiqueira Setentrional. Os Piemontes constituem-se de sedimentos cenozoicos do Grupo Barreiras, porém depositados sobre o embasamento fortemente alterado, dificultando a diferenciação entre dos dois litótipos, apresentando “espessura variada e disposição subhorizontal, com mergulho para leste, em direção ao Oceano Atlântico” (IJSN, 2012, p. 8).

Numa análise de maior detalhe, a identificação das Unidades Geomorfológicas permite identificar características tais como relevo de dissecação, denudação ou acumulação, informações de grande importância para o entendimento das potencialidades e limitações da paisagem, dentro da escala de análise das Unidades Geomorfológicas.

A Igreja do Rochedo encontra-se numa situação transicional, também dentro do enfoque de unidades de formas de relevo, podendo facilmente o observador, a partir do cruzeiro da própria edificação, voltado para Leste, identificar as feições características da Unidade Tabuleiros Costeiros, distribuindo-se desde o sopé das elevações cristalinas do “Rochedo” até as Planícies Quaternárias, e a Oeste as formas inerentes a Unidade Geomorfológica Patamares Escalonados do Sul Capixaba (**Figura 8**),

[...] ressaltando níveis de dissecação escalonados formando patamares, delimitados por frentes escarpadas adaptadas a falhas voltadas para noroeste e com caimento topográfico para sudeste, sugerindo blocos basculados em decorrência de impulsos epirogenéticos relacionados com a atuação dos ciclos geotectônicos (IJSN, 2012, p. 10).

Figura 8 – (01) Mapa Geomorfológico do Estado do Espírito Santo – mostrando as Morfoestruturas, Regiões Geomorfológicas e as Unidades Geomorfológicas. As setas mostram a localização da Igreja do Rochedo em relação das Morfoestruturas, Regiões e Unidades Geomorfológicas do Estado do Espírito Santo. A localização da edificação (indicada) encontra-se em zona de transição, corroborando a intrínseca relação entre os parâmetros estruturais e esculturais do relevo/(02) Mapa das Unidades Geomorfológicas.





Fonte: (01) INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2014. Editado para esse trabalho por Marcio Costa Schwenck / (02) Imagem do Google Earth©, com sobreposição do Mapeamento geomorfológico do estado do Espírito Santo. Instituto Jones dos Santos Neves, Vitória, ES, 2012. 19f.: il. (Nota técnica, 28). Editado para esse trabalho por Marcio Costa Schwenck.

O modelado onde se localiza a edificação mostra-se com dissecação¹⁰, numa escala de análise de maior detalhe, encontra-se comandada por estruturas geológicas em microescala, um campo de *boulders*¹¹ semienterrados, estando a igreja sobreposta a um grande matacão.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DAS FEIÇÕES DO RELEVO

O “Rochedo” da Igrejinha, notável *boulder* que é a fundação sólida na qual foi construída a singela obra arquitetônica, tem origem geológica do granito foliado a gnáissico, a cerca de 591 milhões de anos (CPRM, 2014 CARTA GEOLÓGICA Folha SE-24-Y-D-IV ARACRUZ). No entanto, a transição é condição intrínseca à Igrejinha do Rochedo, e o sistema de vertentes convexas sobre o qual ela se localiza é a forma topográfica proveniente da gradação abrupta daquele granito

¹⁰ Modelados de dissecação são os que ocorrem de forma mais generalizada na paisagem brasileira, sendo caracterizados como dissecados homogêneos, dissecados estruturais e dissecados em ravinas. Os dois primeiros são definidos pela forma dos topos e pelo aprofundamento e densidade da drenagem. Nos relevos dissecados, há uma ação do escoamento superficial semi-concentrado e concentrado demonstrada por remoção do horizonte A, com exposição do horizonte B e formação de canaletas e sulcos profundos; nas planícies fluviais ocorre o escoamento concentrado com desbarrancamento e/ou desmoronamento, e nas planícies marinhas domina a ação das ondas e marés. Há predomínio da morfogênese sobre a pedogênese. São áreas que se caracterizam como meios instáveis.

¹¹ No contexto geológico o termo *boulders* refere-se à um bloco rochoso ou matacão.

foliado a gnáissico para gnaïsse bandado aflorante mais antigo, com idade de 631 milhões de anos (CPRM, 2014 CARTA GEOLÓGICA Folha SE-24-Y-D-IV ARACRUZ)¹² (ver Figura 9).

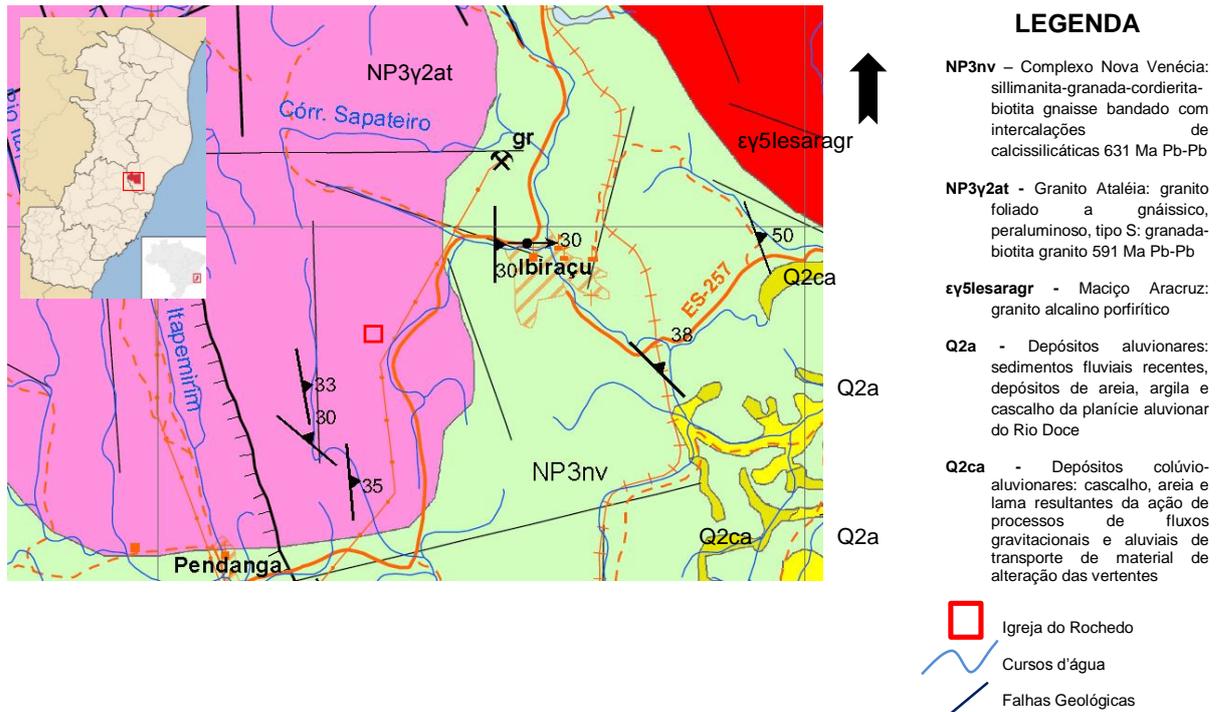
As microestruturas geológicas observadas com maior representatividade nos controles das feições observadas na topografia da área são os sistemas de juntas e diaclases e a foliação da rocha. Algumas medições das foliações foram realizadas na escarpa que sobreia o campo de *boulders*, com mergulho medido com valores variando entre 30 e 35 graus (CPRM, 2014), mostrando concordância estrutural NW-SE, e “foliação milonítica norte-sul, relacionada às zonas de cisalhamento direcionais, com destaque para a Zona de Cisalhamento Transcorrente Vitória-Ecoporanga” (CPRM, 2014, p. 103).

As formas de relevo geradas sobre terrenos de alto grau metamórfico são complexas no que tange os perfis das vertentes resultantes. Na área em estudo podemos constatar que as vertentes são convexas com pequenos vales de drenagens intermitentes que separam os sistemas observados, sugerindo um dinamismo durante eventos pluviométricos intensos. A cobertura vegetal composta por pastagens promove certa estabilidade às vertentes, no entanto, visualmente, tal equilíbrio é substituído por superfícies *intergrades* (ou altamente instáveis) com a aproximação da escarpa a montante da igreja, independente da cobertura vegetal, ora pastagem, ora fragmentos naturais em diversos estágios sucessionais de regeneração natural¹³.

¹² O *boulder* sobre o qual está edificada a igreja do rochedo tem gênese Neoproterozóica, com estruturas provenientes de Magmatismo Sin-Colisional, com litótipos característicos da Suíte Ataléia, compostos por granito foliado a gnáissico, peraluminoso, tipo S: granada-biotita granito, com idade Pb-Pb de 591 Ma (CPRM, 2014 CARTA GEOLÓGICA Folha SE-24-Y-D-IV ARACRUZ). No entanto, a transição é condição intrínseca à Igreja do Rochedo, e o sistema de vertentes convexas sobre o qual ela se localiza é a forma topográfica proveniente da gradação abrupta de litótipos sin-colisionais para a Sequência Metassedimentar denominada Complexo Nova Venécia, com rochas aflorantes compostas por sillimanita-granada-cordierita-biotita gnaïsse bandado com intercalações de calcissilicáticas de idade Pb-Pb 631 Ma (CPRM, 2014 CARTA GEOLÓGICA Folha SE-24-Y-D-IV ARACRUZ).

¹³ A definição de estágios sucessionais para o desenvolvimento da cobertura vegetal de uma área outrora utilizada e posteriormente abandonada, surgiu da necessidade de se definir vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica.

Figura 9 - Mapa geológico regional



Fonte: COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM. CARTA GEOLÓGICA Folha SE-24-Y-D-IV ARACRUZ. CPRM/ UFES, 2014 (fragmento). Editado para esse trabalho por Marcio Costa Schwenck

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É da tradição da fé cristã, principalmente no catolicismo, a busca de lugares elevados, mais próximos ao céu, para a construção de suas igrejas, capelas, mosteiros e lugares santos. O elevado é, ao mesmo tempo, lugar simbólico da penitência como da presença da fé sobre aquele lugar marcado pela edificação religiosa. Indiscutivelmente, essa escolha, quando feita, define uma paisagem que, mesmo comum entre os católicos e suas construções, é singular pela relação entre arquitetura edificada e o entorno geográfico e seu contexto geológico. Os complexos arquitetônicos-geológicos-paisagísticos formados são tão diferentes entre si, sem perder a similaridade, como podem ser diferentes as formações geológicas moldadas pela passagem do tempo e suas arquiteturas implantadas nesse contexto, também moldadas pelo tempo histórico.

A Igrejinha do Rochedo, implantada sobre um grande *boulder* ou matacão, é para a geologia um lugar de instabilidade, mas, é para a arquitetura e seus simbolismos um lugar de estabilidade pela própria história das construções religiosas em pedra. Aí

reside uma contradição entre arquitetura e geologia. Mas é essa contradição que dá a esse conjunto ou complexo, como aqui definido, sua singularidade e marca: o espanto, a indagação do primeiro olhar ou dos que desconhecem sua história definem esse lugar. Porque uma igreja nesse lugar? Como conseguiram?

Esse singelo monumento construído como promessa de cura e que agora é símbolo de alguém que lutou pela vida, através de sua fé, é uma paisagem singular ao unir em um único e pequeno edifício, implantado sobre a rocha, arquitetura e geografia, através da fundamental caracterização geológica do lugar, para a construção dessa paisagem. Aqui, o conceito de paisagem assume sua “ambiguidade”, como explica Gregotti (1994, p. 62), na multiplicidade de conceitos que a mesma carrega. O prédio da Igrejinha do Rochedo tem, por fim, o papel unificador em torno de um único e singular lugar.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem imensamente as contribuições feitas, através de fotografias e apoio logístico à pesquisa e a este artigo, pelas alunas Andressa Rosalém e Karoline (Karol) Battisti, ambas discentes do Curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades Integradas de Aracruz. E a família Modenesi, pela liberação do acesso à Igrejinha dentro de sua propriedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM. CARTA GEOLÓGICA Folha SE-24-Y-D-IV ARACRUZ. CPRM/ UFES, 2014.

_____. Folha São Gabriel da Palha e Linhares. Orivaldo Ferreira Baltazar, Márcia Zucchetti, Sérgio Azevedo M. de Oliveira, Jaime Scandolara, Luiz Carlos da Silva – Belo Horizonte: CPRM-BH, 2010. 144p., 02 mapas geológicos, 1:100.000 (Série Programa Geologia do Brasil-PGB).

CUZZUOL, Murilo. Memórias que vem do alto da Igrejinha da Pedra, em Ibiracu. **Gazeta On Line**, Vitória, 21 jun. 2015. Disponível em: < <http://www.gazetaonline.com.br/conteudo/2015/06/noticias/cidades/3900424-memorias-que-vem-do-alto-da-igrejinha-da-pedra-em-ibiracu.html>>. Acessado em: 15 abr. 2017

DOMINGUES, Álvaro. **A Rua da Estrada- O problema é fazê-los parar!** Porto: Dafne Editora, 2009.

GRANDES NARRATIVAS DA ARQUITETURA E DO URBANISMO. Projetos de pesquisa. Disponível em:< <http://fabianovdias.wixsite.com/gnau>>.

GREGOTTI, Vittorio. **Território da Arquitetura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Mapeamento geomorfológico do estado do Espírito Santo**. Vitória, ES, 2012. 19f.: il. (Nota técnica, 28).

JIMÉNEZ-RUEDA, J. R.; NUNES, E.; MATTOS, J. T. **Caracterização Fisiográfica e Morfoestrutural da folha São José de Mipibu-RN**. Geociências, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 481- 491, 1993.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1965.

PAISAGENS CULTURAIS. LUGARES, CIDADES, PESSOAS E NATUREZA. **BR 101 - Trecho Serra x Ibiracu (ES)**. Disponível em: <<http://fabianovdias.wixsite.com/paisagensculturais/br101-serra-ibiracu>>. Acessado em: 25 jul. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU. **Geografia**. Disponível em < <http://www.ibiracu.es.gov.br/pagina/ler/1001/geografia>>. Acessado em: 19 nov. 2016.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2007.

ROGER, Alain. **Nascimento da paisagem no Ocidente**. I Colóquio Internacional de História da Arte. São Paulo: Comitê Brasileiro de História da Arte, 1999 (Tradução do francês para o português: Vladimir Bartalini, para uso exclusivo na disciplina AUP 5834 - Paisagem no Desenho do Cotidiano Urbano, do Curso de Pós-Graduação da FAU-USP, 1º semestre de 2008).

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Geomorfologia: ambiente e planejamento**. 3ª ed. – São Paulo: Contexto, 1996.

TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: FIBGE/ Supren, 1977.

A IGREJINHA DO ROCHEDO: UMA SINGELA ARQUITETURA EXPRESSA NA PAISAGEM¹

Fabiano Vieira Dias*

Carolina Bianchi**

RESUMO

Nesse artigo propõe-se a análise da paisagem do conjunto arquitetônico sobre a Igreja de Santo Antônio implantada sobre um grande rochedo às margens da BR 101 norte em Ibirapu (ES) e o levantamento de desenhos arquitetônicos. O conjunto paisagístico e arquitetônico constrói uma paisagem singular caracterizada pela simplicidade da edificação e o local onde foi edificada, que contrasta com a geografia de seu entorno. Sua história de construção faz parte de uma vida de fé e devoção com a promessa de cura. Localizada em terreno particular pertencente à família Modenesi, a singela Igreja faz parte da história da cidade. Sua tipologia característica é de uma arquitetura vernácula, construída com as limitações dos materiais e condições climáticas e topográficas.

Palavras-chave: Arquitetura, Paisagem, Ibirapu

Abstract

In this article proposes the analysis of the landscape of the architectural complex on the Church of Santo Antônio implanted on a large rock on the banks of the north BR 101 in Ibirapu (ES) and the survey of architectural drawings. The landscaped and architectural complex builds a unique landscape characterized by the simplicity of the building and the place where it was built, which contrasts with the geography of its surroundings. The building history is part of a life of faith and devotion with the promise of healing. Located on private land belonging to the Modenesi family, the simple little church is part of the local history. Its characteristic the typology of vernacular architecture, built with the limitations of materials, climatic conditions and topography.

Keywords: Architecture, Landscape, Ibirapu

¹ Esse artigo é parte integrante da pesquisa pelas Faculdades Integradas de Aracruz (Faacz), entre os anos de 2016-2017, intitulada "O sagrado, a fé e o domínio da paisagem: Os exemplos da Igreja de Santo Antônio e o Seminário Comboniano de Ibirapu (ES)".

* Professor e Arquiteto-Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU UFES, Curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades Integradas de Aracruz, fvieira@fsjb.edu.br

** Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades Integradas de Aracruz, carolbianchi-@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Segundo Cosgrove, “Paisagem é percepção” (COSGROVE *in* CORREA et al, 1998, p. 42), pois tem o poder de instigar sentimentos no observador, de forma particular através da experiência vivenciada no ambiente. A paisagem enquanto percepção está intrinsicamente ligada à forma como o homem olha a natureza, origem do conceito de paisagem. Desse olhar, invariavelmente estético, fragmenta-se a natureza em partes, define-se limites e enquadramentos que marcam o lugar com experiências singulares de cada indivíduo, registros de um momento vivido em cada observador. Esse conceito levado ao espaço da cidade, essa segunda natureza, como defende Piano (1998, p. 60) transforma a paisagem em urbana, parte de uma memória, de uma história vivida naquele local.

Apoiada sobre um grande rochedo, localizado às margens da BR 101 Norte em Ibirapu, a singela capela de Santo Antônio se relaciona com seu entorno natural-modificado pelo homem dando singularidade e significado à paisagem formada pelo complexo arquitetônico-geológico-paisagístico². Contrariando a rapidez dos veículos que trafegam pela BR, que limitam a percepção da Igrejinha à velocidade, o caminho de subida à esta pequena capela requer, além de esforços físicos, um olhar mais lento e contemplativo, tanto da relação da Igrejinha com seu rochedo como de ambos e a geografia que os rodeia, formada de morros, pastos e a BR 101.

A implantação de capelas, igrejas, seminários e outros prédios religiosos em lugares elevados e topos de colinas é tradicional na religião Católica, e a cidade Ibirapu apresenta em suas igrejas forte influência dessa característica em exemplares pela cidade: a Igreja Matriz está localizada em um ponto alto da cidade, logo em sua entrada, além do antigo Seminário dos padres Combonianos (hoje, sede do Instituto Espírito Santo de Inovação Social da Diocese de Colatina), localizado em um platô elevado no centro da cidade, e do antigo prédio do Santuário Diocesano (bem como o prédio do atual Santuário vizinho ao prédio original), localizado em área elevada mais afastada do centro urbano de Ibirapu.

² Esse termo foi cunhado para designar a relação da Igrejinha do Rochedo exatamente com o “rochedo” (um matacão) onde ela se apoia. Essa relação, singular, está apresentada no artigo intitulado “A Igrejinha do Rochedo, em Ibirapu (ES): arquitetura, fé e geomorfologia na construção de uma paisagem singular”, como parte da pesquisa desenvolvida.

Tipicamente uma edificação de cunho vernacular, a arquitetura da Igrejinha do Rochedo é uma arquitetura sem arquitetos, que se difere de uma arquitetura erudita por não ter sido criada a partir de um projeto com desenhos técnicos, e sim, a partir de uma vontade de quem a construiu. Sua singularidade reside nessa atitude ousada, se assim pode-se dizer, de construir uma edificação que por definição, deve ser estável, sobre uma pedra que aparenta tudo, menos a estabilidade. A paisagem aí formada é obra dessa dualidade entre o estável (a arquitetura e, por que não, também a fé!) e o instável (pelo menos aparente) desse “rochedo” em relação ao relevo inclinado de onde este aflora.

Portanto, um dos objetivos definidos na pesquisa e apresentados nesse artigo foi o levantamento arquitetônico da Igrejinha do Rochedo como meio de registro técnico dessa arquitetura singular, não querendo transformá-la com isso, em uma arquitetura erudita, mas, utilizar esse processo como instrumento de entendimento da forma construtiva desse singelo prédio e de sua relação com o lugar de implantação. Por consequência, a metodologia do projeto arquitetônico para esse caso é também um meio de registrar a relação da Igrejinha na construção da paisagem que a mesma ajudou a moldar.

1. UM RELATO SOBRE A IGREJINHA: EXPERIMENTANDO A PAISAGEM

Ao se trafegar pela BR 101 Norte, num trecho localizado na saída do centro urbano da cidade de Ibirajú em direção ao município de Fundão, em meio a geografia montanhosa que rodeia a estrada, nota-se a presença de uma pequena edificação em formato de capela, apoiada sobre uma grande pedra que aponta para a rodovia BR 101 (**Figura 1**). Conhecida como Igrejinha do Rochedo, a singela edificação pertencente à propriedade particular da Família Modenesi, de Ibirajú, foi dedicada a Santo Antônio, como parte de uma promessa de cura.



Fonte: Acervo pessoal de Fabiano Dias, 2017

A construção de capelas em homenagem a entes queridos são uma forma de fé e devoção para manter viva a presença de alguém e confortar a dor de cada história familiar. Construída pela família Modenesi em sua propriedade particular, a construção da modesta capela teve início no final de 1997, como realização de uma promessa feita dois anos antes, pelo filho do Sr. Artelino Modenesi e da Sra. Santa Vescovi, Diógenes Antônio Vescovi Modenesi, quando este foi diagnosticado com câncer. Desde então, Diógenes se propôs a construir um oratório em devoção a Santo Antônio no local mais alto da propriedade, onde todos pudessem avistar.

Por fim, foi escolhido o “rochedo” às margens da BR 101, pois seu acesso seria mais fácil por dentro da propriedade da família, ao mesmo tempo em que poderia ser avistada da rodovia. Infelizmente antes que fossem concluídas as obras, Diógenes, já no final de seu tratamento contra a doença, veio a falecer por afogamento em uma praia localizada na cidade vizinha de Aracruz, em março de 1998. Apesar da

fatalidade, a família cumpriu a vontade de Diógenes e concluiu as obras da capela, sendo inaugurada em junho de 1998 (CUZZUOL, 2015, p. 1-5).

A paisagem singular que a Igrejinha de Santo Antônio representa, pode ser percebida de forma rápida pela rodovia, através das altas velocidades dos veículos que trafegam por ela. A passagem rápida não fixa o olhar, ao contrário, deixa para trás um hiato, uma indagação aos que não conhecem sua história, um porquê dessa igreja naquele lugar. Já a subida pela estrada de terra batida por dentro da propriedade dos Modenesi e que dá acesso à Igrejinha, vinda da rodovia, é uma forma lenta e cadenciada de se perceber o prédio e sua relação com o rochedo e seu entorno (**Figura 2**).

Figura 2 – Imagem da Igrejinha do Rochedo pelo acesso de terra batida



Fonte: Acervo pessoal de Fabiano Dias, 2017.

Aos moldes católicos de uma penitência, a subida íngreme e que se serpenteia pelo relevo, mostra para o caminhante, outras facetas desse singelo prédio e do rochedo, algo que dificilmente será observado pela estrada. Ali, se experimenta essa paisagem formada pela fé em um edifício e sua relação com a natureza, mesmo já há muito modificada pelo homem. A experiência de um caminhante nesse percurso é a de um peregrino ou de um devoto em uma procissão que percorrem o caminho e vivem a experiência da paisagem pelo simbolismo da fé, em busca de redenção, de

promessas de cura, como se esse lugar elevado ao alcançar durante a caminhada representasse, ao mesmo tempo o céu, segundo Mumford “a experiência da terra e do céu” (MUMFORD, 1965, p. 112).

Ao findar o caminho, a chegada à pequena igreja é rodeada por vegetações plantadas pela própria família Modenesi dentro de uma cerca que define esse espaço sagrado do campo santo (**Figura 3**), e que, de certa forma, acolhem o peregrino-caminhante em suas experiências individuais dessa paisagem que une sentimento, dor e fé.

Figura 3 – A chegada ao espaço sagrado da Igrejinha do Rochedo definido pela cerca, a edificação e o rochedo.



Fonte: Acervo pessoal de Fabiano Dias, 2017.

Do topo do rochedo, onde está implantada a Igrejinha, a vista se perde no horizonte de morros e relevos que formam a região (**Figura 4**). Dalí, são avistados uma série de importantes elementos geográficos locais, como por exemplo, o Morro do Aricanga, na divisa entre Ibirajú e a cidade de Aracruz, o Morro da Vargem, onde se localiza o Mosteiro Zen Budista de Ibirajú, entre outros.

Figura 4 – Subida à Igrejinha e a vista da geografia do entorno



Fonte: Acervo pessoal de Fabiano Dias, 2017.

Dentro desse contexto geográfico e geomorfológico de morros, relevos, pastos e a BR 101, a Igrejinha e seu rochedo se destacam pela singularidade de sua relação. Esse complexo arquitetônico-geológico-paisagístico remonta a história e tradição católica de seus edifícios religiosos implantados em colinas, morros e elevados ao mesmo tempo em que criam pelo conjunto uma paisagem que se difere e se destaca desse mesmo contexto que os rodeia.

2. UMA ARQUITETURA SINGELA. IMAGENS, LEVANTAMENTOS E CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA

Uma arquitetura vernácula, executada por muitas mãos, onde o desejo pela cura foi o projeto não desenhado dessa pequena igreja. Feita de materiais locais, de fácil acesso e assumindo uma tipologia arquitetônica de elementos compositivos muito simples e presentes na arquitetura religiosa local. Ibiráçu, cidade de forte tradição católica possui em seu roteiro anual de eventos religiosos a peregrinação às 21 capelas existentes pelo interior do município, além do Santuário Diocesano e o Mosteiro Zen do Morro da Vargem, conhecido como “Caminhos da Sabedoria” (PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRÁÇU, 2017, p. ?) (**Figura 5**).

Figura 5 - Mapa do Caminhos da Sabedoria com o percurso dos peregrinos.



Fonte: BIZERRA, 2015.

Mesmo não fazendo parte do roteiro de peregrinação dos Caminhos da Sabedoria, a Igrejinha do Rochedo dedicada a Santo Antônio (não sendo a única da região, vide figura acima) se insere nesse contexto de pequenas capelas e igrejinhas espalhadas por Ibiráçu. Também não é a única construída em alturas, como já relatado anteriormente. Ao mesmo tempo, o que liga a Igrejinha do Rochedo as demais construções desse percurso é sua arquitetura caracteristicamente vernacular³. Na historiografia da arquitetura brasileira, a arquitetura vernácula possui importante papel por ser a expressão física da cultura de um povo, segundo Teixeira:

[...] A arquitetura vernácula brasileira, quando analisada sob seus vários aspectos, apresenta tipologias e técnicas construtivas diferenciadas, dependendo da região onde se insere, respondendo ao contexto local, de acordo com o clima e os materiais disponíveis, e reflete o modo de vida de suas comunidades, que por sua vez está ligado a um contexto histórico-social. Todos esses fatores contribuíram para que

³ A pesquisa focou no estudo de duas construções religiosas de Ibiráçu, a Igrejinha do Rochedo e o Seminário Comboniano, o qual está analisado no artigo intitulado “O antigo Seminário dos padres Combonianos, Ibiráçu (ES): arquitetura e fé no domínio da paisagem”. As 21 igrejinhas do Caminhos da Sabedoria foram estudadas e analisadas por um grupo de alunos da disciplina de Paisagismo II, do Curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades Integradas de Aracruz, ministrada pelos professores Mestres Fabiano Dias e Ivana Souza, no ano de 2017. O produto final desse trabalho foi convertido em um projeto de extensão intitulado “Projeto Caminho da Sabedoria: Levantamento de igrejas, capelas e templos”.

diferenças surgissem e produzissem uma arquitetura doméstica com características próprias para cada região. (TEIXEIRA, 2008, p. 40).

Nesse contexto, pode-se buscar referências para a Igrejinha do Rochedo em exemplares próximos, como por exemplo, no Santuário Diocesano de Ibirapu (Figura 6), dedicado à Nossa Senhora da Saúde. Construído por imigrantes italianos chegados a região de Ibirapu, ainda no século XIX, a edificação do Santuário é uma pequena igreja de uma nave, entrada central, telhado de duas águas e frontão na fachada principal, no qual, acima da porta há um nicho com uma pequena imagem de Nossa Senhora da Saúde. A nave única possui um arco pleno que divide a nave do altar em uma ábside e a planta não é retangular, mas, hexagonal.

Figura 6 – Imagens externa e interna do Santuário Diocesano de Nossa Senhora da Saúde.



Fonte: Acervo pessoal de Fabiano Dias, 2017.

Comparativamente, algumas relações são possíveis entre ambos os prédios (Figura 7): além de estarem em áreas elevadas⁴, os dois prédios possuem pequenas dimensões, nave única, mas plantas diferentes, já que a Igrejinha foi construída com

⁴ O Santuário foi construído no século XIX em uma clareira de mata fechada, em local que ainda se encontra hoje afastada do centro de Ibirapu. Ver em especial: NOSSASENHORADASAUDE, 2017.

uma planta retangular, porta central e duas pequenas janelas laterais em formato de nichos ogivais. Ambos possuem telhados de duas águas apoiados sobre estrutura, austeridade nos elementos decorativos que se limitam à fachada principal, sendo que o Santuário tem seu telhado arrematado por um frontão encimado por pequenos torreões com pináculos e uma pequena cruz no centro. A composição de fachada é semelhante entre ambos se excluindo os elementos decorativos, principalmente por conta da disposição da porta central e das janelas em nicho laterais.

Figura 7 – As imagens 01 a 03 são relativas ao Santuário Diocesano e as de 04 a 06 da Igrejinha do Rochedo, demonstrando algumas semelhanças arquitetônicas.

01



02



03



04



05



06



Fonte: Acervo pessoal de Fabiano Dias, Tatianny Barth Simão e Carolina Bianchi, 2017.

De desenho bem mais singelo do que o Santuário, a Igrejinha do Rochedo possui características particulares em sua arquitetura, a começar por sua implantação: a

pequena igreja possui sua fachada principal orientada para a BR 101, mas em ângulo de quase 45 graus em relação à rodovia (**Figura 8**).

Figura 8 – Simulação da orientação da Igrejinha em relação à BR 101



Fonte: GOOGLE EARTH, 2017, alterado pelo autor.

Segundo entrevista com Fátima Modenesi⁵, filha do Sr. Artelino Modenesi e da Sra. Santa Vescovi, e irmã de Diógenes, a frente da capela foi propositalmente projetada para a direção da rodovia, com a finalidade de ser avistada por todos que trafegam por ela. Percebeu-se, porém, durante as primeiras visitas à Igrejinha que essa orientação voltava a fachada principal em direção a cidade de Ibirajú, na verdade, da qual podia-se ver a torre da Igreja Matriz de São Marco ao longe (Figura 9).

⁵ Entrevista realizada através de contato telefônico com a Sra. Fátima Modenesi, no dia 01 de junho de 2017.

Figura 9 – Pela fachada principal da Igrejinha, vê-se ao fundo, de forma parcial a cidade de Ibirajú e a torre da Matriz (indicada).



Fonte: Acervo pessoal de Fabiano Dias, 2017.

O cruzeiro, implantado depois da construção da Igrejinha, foi posto à frente do edifício, segundo Fátima, por seu pai, o Sr. Artelino Modenesi (

Figura 10). Em seu interior, nota-se o zelo que os familiares têm pela Capela dedicada a Santo Antônio (**Figura 11**).

Figura 10 - Cruzeiro implantado depois da conclusão das obras da igrejinha de Santo Antônio que se encontra ao fundo.



Fonte: Acervo pessoal de Carolina Bianchi, 2017

Figura 11 - O interior da igrejinha de Santo Antônio, com artigos religiosos e documentos que registraram a história da mesma.



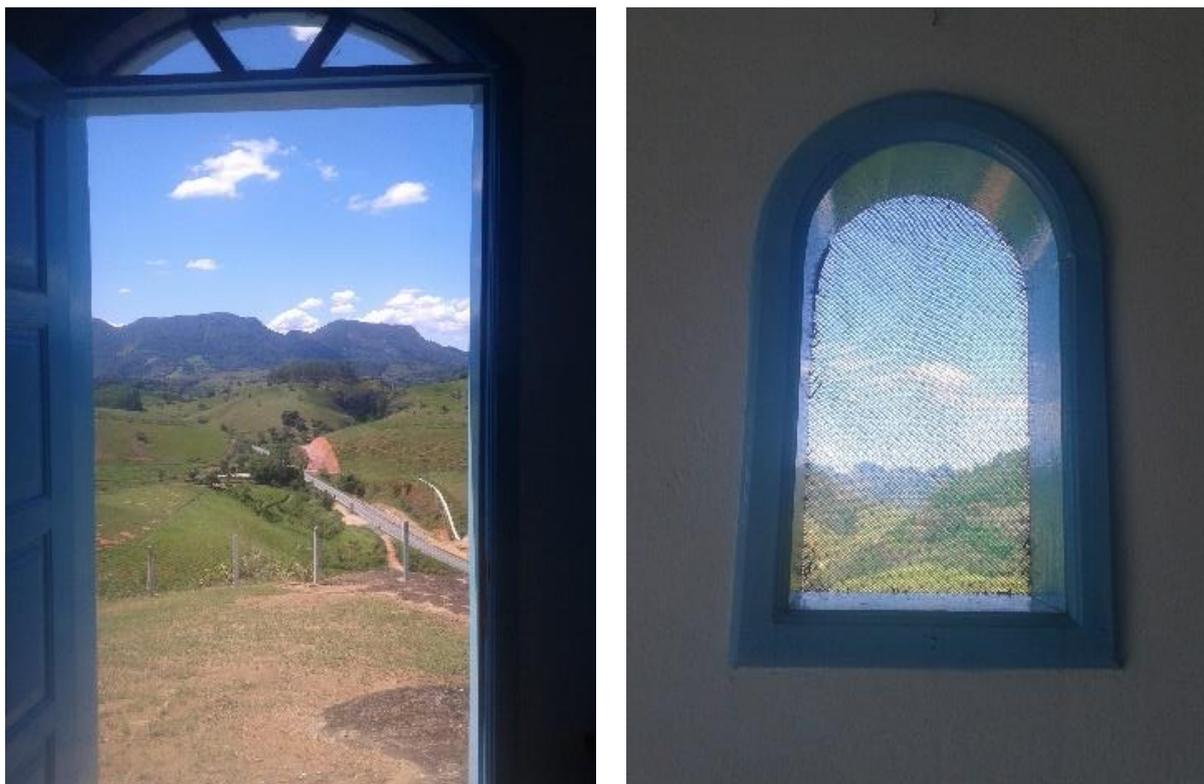
Fonte: Acervo pessoal de Carolina Bianchi, 2017

A porta central, pintada em azul anil como o são também os marcos das janelas laterais, contrasta com o branco que cobre as paredes externas da Igrejinha. Na entrada, uma mesa de madeira com artigos religiosos e um caderno de mensagens e orações está posicionada para que os visitantes possam deixar recados e pedidos de oração. Suas duas janelas laterais, sem panos de esquadrais, somente telas tipo mosquiteiros permitem que o ar circule dentro da capela de forma suave. Em seu pequeno altar composto por cinco esculturas sendo uma central, estão presentes artigos religiosos da família, como terços, imagens de santos e santas, arranjos de flores, fotos e outros objetos com de significado emocional. Um quadro centralizado na parede do pequeno altar com a imagem de Santo Antônio reforça a devoção a ele.

Estão presentes também reportagens de jornais enquadradas no altar que contam a história da capela e a influência que a mesma tem na paisagem do local. Há um banco característico da igreja católica na frente do altar para as orações ou descanso da caminhada. Nas paredes laterais ao lado de suas aberturas, há dois nichos em cada parede com as mesmas dimensões das aberturas contendo imagens de santos e santas que pertencem à família.

A construção é toda feita de alvenaria dobrada, com espessura média de 25 cm. Seu desenho retangular é arrematado por uma laje de forro, de desenho ogival internamente, mas que acompanha na parte de cima a inclinação dos telhados de duas águas, com telhas cerâmicas tipo capa-canal. Na cumeeira do telhado, acima da fachada frontal uma pequena cruz de corpo cilíndrico arremata o topo. Acima da porta, por sua vez, um quadrilóbulo em alto relevo faz às vezes de um elemento de decoração feito, segundo a sra. Fátima em entrevista, pelas mãos do seu pai, o Sr. Artelino Modenesi. As paredes internas são revestidas de tinta branca e seu teto de azul. Vistas de dentro as paisagens chamam a atenção pela forma que se constroem por essas aberturas (**Figura 12**).

Figura 12 - Vista da paisagem circundante de dentro da igreja de Santo Antônio



Fonte: Acervo pessoal de Carolina Bianchi, 2017

O levantamento arquitetônico feito *in loco* teve como resultado final, o desenvolvimento de desenhos técnicos de arquitetura (plantas, cortes, vistas e perspectiva) organizados em pranchas no formato ABNT A3 (297 x 420 mm) e em pranchas A3 estendidas no comprimento, para melhor disposição dos desenhos realizados. Os desenhos técnicos, excluindo-se a perspectiva, foram desenvolvidos em escala de 1:50, aproveitando-se do tamanho reduzido da igreja. Todos os desenhos foram realizados em *softwares* livres ou liberados para uso acadêmico. Os mesmos são apresentados abaixo⁶.

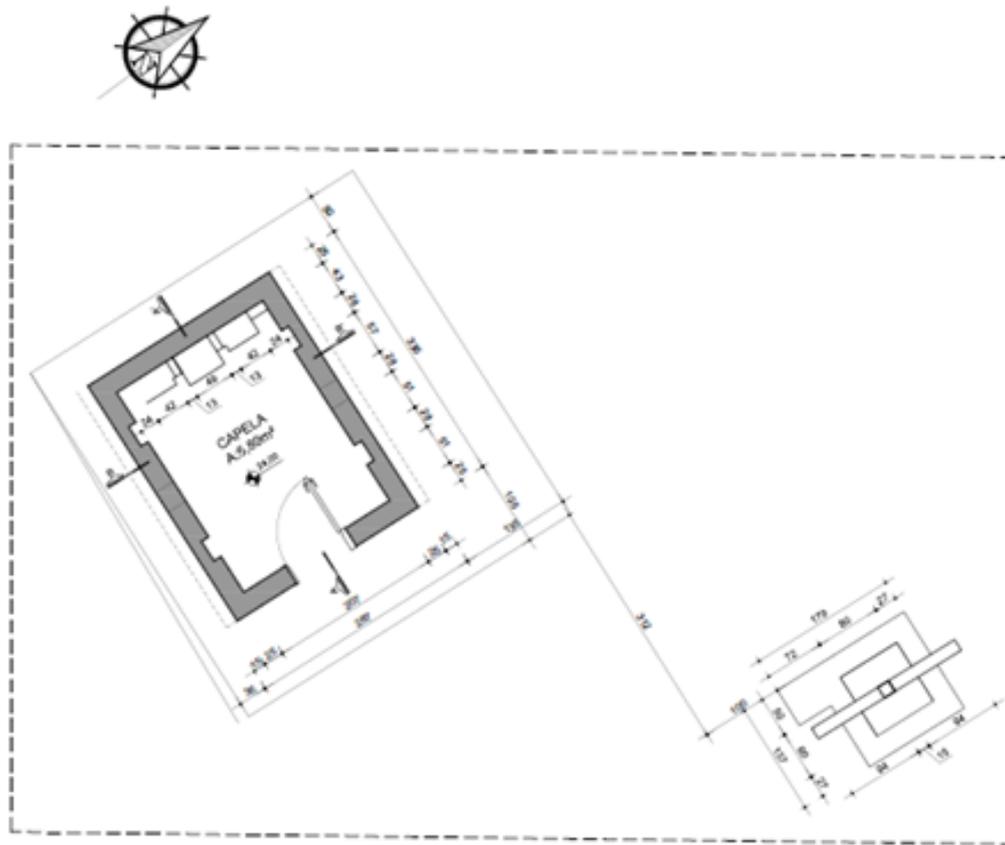
⁶ OBS.: Por questão de espaço limite do artigo, optou-se em apresentar somente os principais desenhos técnicos desenvolvidos da Igreja de Santo Antônio. O projeto completo está presente em suas pranchas no relatório final da pesquisa. Ver em especial: DIAS, Fabiano Vieira; SIMÃO, Tatiany Barth; BIANCHI, Carolina; SCHWENCK, Marcio Costa. **O sagrado, a fé e o domínio da paisagem: Os exemplos da Igreja de Santo Antônio e o Seminário Comboniano de Ibirapu (ES)**. Disponível em: < http://docs.wixstatic.com/ugd/20e028_e88b890578664e698ea7e9436f1e2040.pdf >. Acessado em 14 jun. 2018.

Figura 13 – Perspectiva eletrônica com a implantação do prédio (igreja mais cruzeiro) sobre simulação do rochedo



Fonte: Base cartográfica local, com planialtimetria. Desenvolvido por Rabi Novithy O. da Silva, 2017.

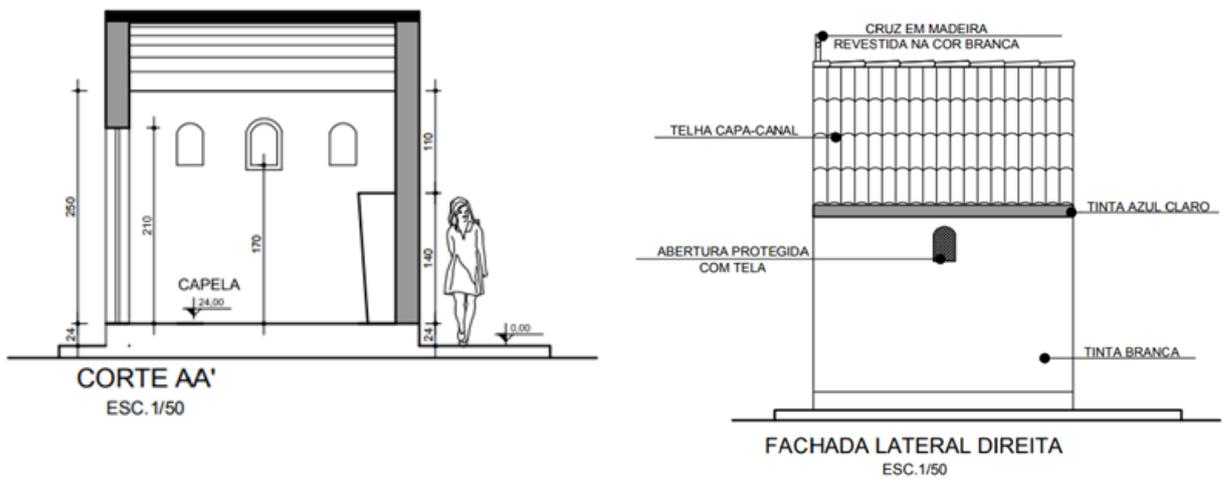
Figura 14 – Planta baixa



PLANTA BAIXA
ESC. 1/50

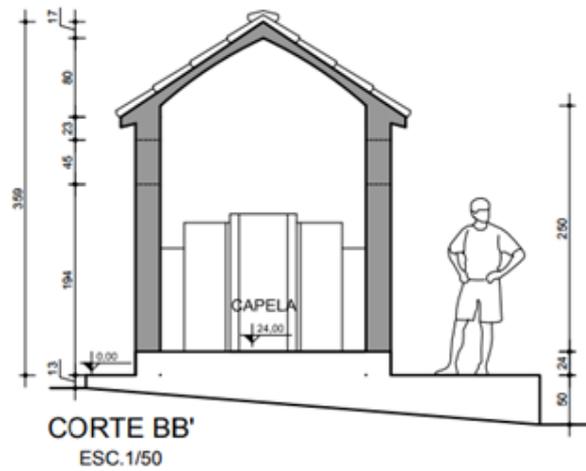
Fonte: Desenvolvido por Carolina Bianchi, 2017

Figura 15 – Corte e Fachada lateral



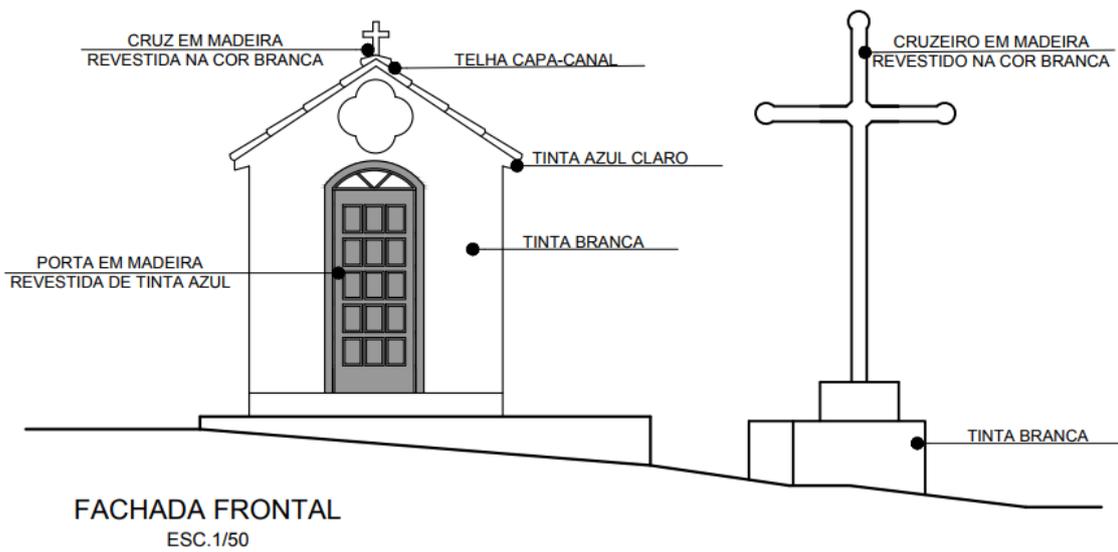
Fonte: Desenvolvido por Carolina Bianchi, 2017

Figura 16 – Corte



Fonte: Desenvolvido por Carolina Bianchi, 2017

Figura 17 – Fachada principal



Fonte: Desenvolvido por Carolina Bianchi, 2017

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da paisagem como um conjunto arquitetônico de inúmeras experiências vivenciadas individualmente por cada espectador da singela igreja e seu rochedo, é o que dá a esse complexo arquitetônico-geológico-paisagístico a importância de um marco para a cidade de Ibirapu, mesmo que seu acesso seja limitado e sua percepção quase que exclusiva de quem trafega pela BR 101.

Construída por mãos humanas, a Igreja se completa com a natureza tocada e transformada pelas mãos humanas. Transforma e cria paisagem. Sua arquitetura, singela na forma e concepção, é carregada de significados, primeiro aos familiares de Diógenes e depois, aos que conhecem sua história e tem a oportunidade de despende um pedaço de tempo para percebê-la. Essa arquitetura sem arquitetos é a expressão do sentimento, de um desejo, de uma vontade que foi transformada em paisagem.

O levantamento de sua arquitetura, além de qualquer premissa técnica significou o registro em papel que poderá ser acessado por muitos, desse sentimento criador.

AGRADECIMENTOS

A todos que dedicaram seu tempo para realização desse trabalho, aos alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades Integradas de Aracruz Bráulio Cuerci Santana, pelo 3D do terreno em que se encontra a Igreja e ao Rabi Novithy O. da Silva, pela realização do 3D da edificação da capela e a família Modenesi, pela atenção por compartilhar sua história e pela permissão ao acesso externo e interno à igreja.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIZERRA, Grazielle Cometti. **Proposta de um hotel para a cidade de Ibirapu-ES**. 2015. 114 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Vila Velha, Vila Velha, 2015. Disponível em: <https://issuu.com/graziellicomettibizerra/docs/tcc_2_-_grazielli_cometti_bizerra_2>. Acessado em 14 nov 2016.

COSCROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, Roberto Lobato e Rosendahl, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

CULLEN, G. **Paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

CUZZUOL, Murilo. Memórias que vem do alto da Igrejinha da Pedra, em Ibiracu. **Gazeta On Line**, Vitória, 21 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.gazetaonline.com.br/conteudo/2015/06/noticias/cidades/3900424-memorias-que-vem-do-alto-da-igrejinha-da-pedra-em-ibiracu.html>>. Acessado em: 03 ago. 2017.

DIAS, Fabiano Vieira; SIMÃO, Tatiany Barth; BIANCHI, Carolina; SCHWENCK, Marcio Costa. **O sagrado, a fé e o domínio da paisagem: Os exemplos da Igrejinha do Rochedo e o Seminário Comboniano de Ibiracu (ES)**. Disponível em: <http://docs.wixstatic.com/ugd/20e028_e88b890578664e698ea7e9436f1e2040.pdf>. Acessado em 14 jun. 2018.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1965.

PIANO, Renzo et al. **Renzo Piano: sustainable architectures = arquitecturas sostenibles**. Barcelona: G. Gili; Corte Madera, CA: Gingko Press, 1998. 63 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU. Disponível em: <<http://www.ibiracu.es.gov.br/>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

RAPOPORT, Amós. **Vivienda y cultura**. Barcelona: Gustavo Gili, 1972.

SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE. **História do Santuário**. Disponível em: <<http://nossasenhoradasaude.org.br/historia-do-santuario/>>. Acessado em: 06 ago. 2017.

TEIXEIRA, Claudia Mudado. **Considerações sobre a arquitetura vernácula**. Disponível em: <<file:///C:/Users/ASUS/Downloads/Considera%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20a%20arquitetura%20vern%C3%A1cula.pdf>>. Acessado em: 03 ago. 2017a.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Arquitetura vernacular. Em busca de uma definição**. Vitruvius, São Paulo, ano 2017b, n. 201.01, fev. 2017b.

DIFICULDADES DE MOBILIDADE URBANA ENFRENTADAS PELOS TRABALHADORES DE ARACRUZ NO TRAJETO LABORAL

Alef costa ramos*

Edivan Guidote Ribeiro**

Rosemeri Souza ribeiro***

RESUMO

A mobilidade urbana pode ser compreendida como o direito de ir e vir dentro das cidades que, aplicada de forma sustentável e segura, melhora a qualidade de vida dos cidadãos e de todos os grupos que a usufrui. Dentro desses grupos, estão os trabalhadores que constantemente se deslocam de casa até a empresa. Garantir essa qualidade de vida dos trabalhadores e demais cidadãos é uma das atribuições da gestão pública. Em função disso, o objetivo desse trabalho foi identificar as dificuldades de mobilidade urbana enfrentadas pelos trabalhadores de Aracruz no trajeto laboral. Foi feita uma pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, com a aplicação de um questionário estruturado numa amostra de 300 trabalhadores que residem na sede de Aracruz/ES. Os resultados mostraram que em aspectos gerais, as situações mais dificultosas citadas pelos trabalhadores foram imprudência e desrespeito dos motoristas e pedestres (55,3% dos respondentes). Incompatibilidade dos horários de ônibus com a jornada de trabalho para os que utilizam o transporte coletivo (55,5% dos respondentes); a falta de vagas nos estacionamentos para os que utilizam condução própria (54,9% dos respondentes) e ruas sem calçadas ou em condições precárias como principais situações que geram muitas dificuldades na mobilidade urbana para os trabalhadores que se deslocam a pé (36,5% dos respondentes).

*Administrador, formado na Faculdades Integradas de Aracruz.

** Administrador, Mestre, Professor na Fundação São João Batista - Faculdades Integradas de Aracruz.

***Administradora, formada na Faculdades Integradas de Aracruz.

Palavras-chave: Mobilidade urbana. Trajeto laboral. Gestão pública. Planejamento urbano.

ABSTRACT

Urban mobility can be understood as the right to come and go within the city. When applied in a sustainable, safe and comfortable, improves the quality of life of citizens and all groups that enjoys. Within these groups, we have workers constantly moving from home to the company. Ensure that quality of life of workers and other citizens is one of the tasks of public administration. The objective of this study was to identify the problems of urban mobility faced by Aracruz of workers in employment path. Was made bibliographical research and field research with the application of a structured questionnaire in a sample of 300 workers residing in Aracruz / ES headquarters. The results showed that in general aspects the most difficult situations cited by the workers were recklessness or disregard of drivers and pedestrians (55,3% of the respondents). Workers who use bus highlighted the variable incompatibility of bus schedules with working hours as the most troublesom (55,5% of the respondents). e, those using own driving highlighted the lack of wandering to park (54,9% of the respondents), and workers who walk up to the company pointed without sidewalks or in disrepair main situations that lead to difficulties in urban mobility (36,5% of the respondents).

Keywords: Urban mobility. Employment path. Public administration. Urban planning.

INTRODUÇÃO

A mobilidade urbana pode ser entendida não só como a ação do cidadão de ir e vir dentro de um determinado espaço, mas também considera a disponibilidade e facilidade que o indivíduo tem para praticar tal ato (VASCONCELLOS, 2001). No entanto, a aglomeração urbana desencadeada pela revolução industrial ocorrida de forma desenfreada e sem planejamento do crescimento urbanístico, gerou sérios problemas sociais e ambientais, que somados a fatores como aumento da utilização do transporte individual, a precariedade e as altas tarifas do transporte público e a falta de melhorias em infraestrutura de trânsito, fez com que a temática mobilidade

urbana se tornasse um dos principais desafios para os governantes e toda sociedade do século XXI (SOUZA, 2014).

Estes desafios também são extensivos aos trabalhadores, pois o acesso ao ambiente de trabalho torna-se uma necessidade essencial para a execução das suas atividades diárias. A oferta dos serviços está relacionada à capacidade que esses trabalhadores têm de chegar às empresas nas quais são empregados (LITMAN, 2016).

O caminho percorrido até o local do trabalho é conhecido como trajeto laboral e atrasos ocasionados por congestionamento ou outros fatores, podem impactar na qualidade de vida dos funcionários, o que influenciará, futuramente, na produtividade da empresa (VASCONCELLOS, 2001). Garantir a qualidade de vida na mobilidade urbana dos trabalhadores constitui-se numa das atribuições da gestão pública

Entre os municípios brasileiros que enfrentam o desafio da mobilidade urbana está o município de Aracruz, localizado no estado do Espírito Santo, que apesar de possuir uma população de 95.056 habitantes (IBGE, 2015), já possui uma frota de 38.177 veículos circulando por seu território, segundo dados do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN, 2016).

Diante do contexto acima, definiu-se como problema desta pesquisa Quais as dificuldades de mobilidade urbana enfrentadas pelos trabalhadores de Aracruz no trajeto laboral? O objetivo geral então se constitui em Identificar as dificuldades de mobilidade urbana enfrentadas pelos trabalhadores de Aracruz no trajeto laboral.

A relevância deste estudo está na existência de um trânsito caótico em ascensão, no crescente debate sobre a eficiência da lei n.12.587/12 que firmou as diretrizes para o planejamento urbanístico e o fato da mobilidade urbana estar ligado a muitas atividades a serem realizadas dentro dos municípios (CALILI, 2013). Assim os resultados deste trabalho poderão subsidiar iniciativas por parte do poder público no sentido de implementar uma política voltada para enfrentar tais situações e promover a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, tendo, portanto, um alcance social amplo e elevado. Costa (2014) ressalta que “a mobilidade Urbana tem se destacado por estar relacionada a alguns dos problemas que mais afetam a qualidade de vida nos centros urbanos, tendo impactos ambientais e socioeconômicos significativos na cidade”.

1 GESTÃO PÚBLICA E O SEU PAPEL NO PLANEJAMENTO URBANÍSTICO

Governar está relacionado a adotar medidas e/ou decisões para atender às necessidades públicas (MATIAS-PEREIRA, 2014, p.75). Para governar, o Estado utiliza como ferramenta essencial a gestão pública, que é o conjunto de serviços e entidades que buscam executar as decisões políticas e legislativas (MATIAS-PEREIRA, 2014, p.77), no sentido de garantir a qualidade de vida dos cidadãos. Uma das ferramentas disponíveis para isso é o planejamento urbanístico, previsto na lei 12.587/2012. Nela está previsto o desenvolvimento de uma mobilidade urbana sustentável (JUNIOR E MONTANDON, 2011).

O planejamento urbanístico é o processo contínuo de estruturação e apropriação do solo, com a finalidade de garantir o ordenamento físico e o controle do fluxo das massas e na sua construção devem ser levadas em conta as características sistêmicas da cidade, representadas pelas atividades humanas e espaço, conectadas através do fluxo e canais de circulação (GOMIDE E GALINDO, 2013).

As principais vantagens para aplicação do planejamento urbanístico podem ser redução da exclusão social, redução de acidentes, redução do congestionamento e redução da poluição ambiental (JUNIOR E MONTADON, 2011). Os autores ainda comentam que a forma de ocupação do espaço impacta a agilidade na prestação de serviço desempenhado pelas empresas do município e ganho de produtividade, ou seja, o planejamento urbanístico é responsável por aumentar a força de competitividade das empresas locais. É neste contexto que a gestão pública deve se planejar para que a cidade ofereça qualidade de vida para os cidadãos (CALILI, 2013), mediante a execução de uma política de mobilidade urbana.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana no Brasil está regulamentada na lei 12587/2012 que também delega para cada entidade estatal (União, Estado e Município) deveres específicos, embora seja necessário que o trabalho se realize em conjunto e integrado para alcance dos objetivos traçados (BRASIL, 2012).

2 MOBILIDADE URBANA

Segundo Vasconcellos (2001) a mobilidade urbana pode ser entendida como a capacidade dos indivíduos de se locomoverem dentro das cidades, incluindo-se a possibilidade e facilidade de ocorrer esse deslocamento, que pode estar ligado às

atividades econômicas (trabalho, negócios, prestação de serviços) ou sociais (lazer, saúde, educação).

Para Kneib (2012, p. 6), mobilidade refere-se a “[...] ações sobre o uso e ocupação do solo e sobre a gestão dos transportes, visando proporcionar acesso aos bens e serviços de uma forma eficiente para todos habitantes [...] sem prejudicar a geração futura”.

Para Mihessen e Pero (2001), a mobilidade urbana é caracterizada por três principais fatores, sendo eles:

- As massas e os seus movimentos (sexo, idade, habilidade motora, renda);
- A rede que canaliza o espaço e tempo (os meios utilizados para a locomoção e ambiente que o cercam, infraestrutura, modais de transporte, disponibilidade e facilidade ao acesso viário) e
- Fluxo (sentido do tráfego, restrição de horários e locais)

Os fatores citados anteriormente afetam a movimentação nos centros urbanos e para enfrentar a situação o Ministério das Cidades (2004, p.14) propõe uma política de mobilidade urbana com objetivo de proporcionar “[...] acesso amplo e democrático no espaço urbano, de forma segura, socialmente inclusiva e ambientalmente sustentável”.

Para melhor esclarecer este aspecto da sustentabilidade a Associação Nacional de Transporte Público – ANTP (2010, p?) definiu que:

Mobilidade Urbana Sustentável é o resultado de um conjunto de políticas de transporte e circulação que visa proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, através da priorização dos modos de transporte coletivo e não motorizados de maneira efetiva, socialmente inclusiva e ecologicamente sustentável.

Para complementar o entendimento sobre mobilidade urbana sustentável, Resende e Souza (2009) esclarecem que ela se baseia em três pilares estratégicos: a) inclusão social através da acessibilidade aos serviços públicos, b) melhoria institucional, regulatória e gerencial no setor e c) integração das políticas de mobilidade às demais políticas de desenvolvimento urbano.

Devido a toda essa amplitude de conceitos, Duarte (2007) defende que a administração pública, junto com a população, deve adotar medidas que garantam uma boa mobilidade urbana, sugerindo ações como revitalização de áreas,

descentralização de serviços públicos, construção de escolas nos locais de maiores demandas, transporte público integrado, rebaixamento de passeios públicos, rampas de acesso, entre outras.

3 MOBILIDADE URBANA E O TRAJETO LABORAL

O crescente processo de urbanização fez com que o deslocamento até o espaço de trabalho se tornasse um dos principais fatores de estresse no ambiente laboral, que somado à precariedade do transporte público e das vias e crescimento do transporte individual, torna-se um grande desafio para os trabalhadores, uma vez que acessar esses recursos são a única opção (GOMIDE; GALINDO, 2013).

Segundo Litman (2016), o trajeto laboral pode ser definido como o percurso até o ambiente de trabalho, tendo como agentes pedestres, ciclistas, usuários do transporte coletivo ou motoristas, que se utilizam do próprio esforço (a pé), meios de transporte não motorizados (bicicleta, carroça, cavalo) e motorizados (coletivo ou individual).

Esse deslocamento até o local de trabalho pode ser afetado por diversos fatores como idade, renda, grupo social, capacidade de interpretar mensagens, dirigir e coordenação motora. De acordo com Vasconcellos (2001), o deslocamento também pode ser afetado pelo transporte público. O autor cita problemas como excesso de lotação, atrasos, desconforto, pontos de espera sem assentos ou proteção contra agentes naturais (chuva e sol).

Rubim e Leitão (2013) complementam o cenário com a situação de longas esperas nos pontos de embarque, passageiros em pé nos corredores apertados dos ônibus públicos, o que gera situações de estresses e ansiedades. Para atender a necessidade de uma viagem com maior conforto, muitos trabalhadores utilizam o transporte individual e isso agrava ainda mais a situação, pois gera aumento nos níveis de poluição, aumento do risco de acidentes e vias saturadas que acabam gerando longos congestionamentos (RUBIM; LEITÃO, 2013).

Em relação à crescente utilização do veículo próprio, Gominde e Galindo (2013) lembram que isso indica que as políticas urbanas existentes não estão sendo eficazes para combater as péssimas condições de tráfego. Os autores ainda afirmam que o congestionamento não é o único problema, pois além de causar

estresse, a precariedade das vias e a falta de sinalização colocam em risco a vida dos trabalhadores. Dados do Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS, mostram que o acidente no trajeto laboral correspondeu, no ano de 2015, o equivalente a 12,78% dos acidentes de trabalho (MTPS, 2015).

Outros problemas elencados pela literatura que envolvem a mobilidade urbana podem ser: disputa de espaços dos pedestres com os veículos em função da falta de calçadas, existência de barreiras arquitetônicas que atrapalham o deslocamento, faixas de travessia não respeitadas pelos motoristas, respeito no trânsito somente na presença de autoridades de trânsito ou de dispositivos eletrônicos de vigilância e muitos acidentes. Estatísticas indicam que em torno de 40% das mortes provocadas por acidentes de trânsito envolve pedestres, na sua maioria, crianças e idosos (CAPACIDADES, 2013). Segundo Lipp (2012) a imprudência dos motoristas está entre as causas de estresse enfrentadas pelos colaboradores durante o trajeto laboral, que podem apresentar sinais de agressividade e impaciência.

Para finalizar, basta citar o pensamento de Vasconcellos (2001) para quem o crescimento acelerado do processo de urbanização e utilização do transporte individual contradiz o objetivo das políticas de mobilidade urbana em garantir a qualidade de vida e circulação, uma vez que as cidades do modelo atual estão, em sua grande maioria, estruturadas para incentivar o uso da condução própria. Isso agrava os conflitos de interesse entre os diferentes tipos de deslocamento, aumentando os gastos públicos para viabilizar a fluidez dos recursos e pessoas. Nesse sentido, cresce a necessidade da mobilidade em incluir de maneira justa e igualitária todos os modais de transporte, incluindo quem circula a pé ou de bicicleta. O autor afirma que não se pode desmotivar o uso do transporte individual, sem melhorias para incentivo no uso do transporte coletivo, ou construção de ciclovias e ampliação de calçadas para utilização de meios não motorizados.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Olivier (2004 p.6), a pesquisa quantitativa “[...] caracteriza-se pelo levantamento de dados numéricos, tendo-se por base uma população e a identificação de uma amostra, estatisticamente representativa, de modo que o resultado obtido para a amostra possa ser generalizado para o todo”. Assim, esta

pesquisa está dentro deste conceito, já que após a identificação dos principais problemas de mobilidade urbana, a presente pesquisa tratou os dados, transformando-os em números a fim de identificar a magnitude e cada fator agravador da mobilidade urbana sobre a logística de locomoção dos trabalhadores, servindo para auxiliar em estudos futuros.

A população estimada para o Município de Aracruz é de 95.056 habitantes (IBGE, 2015) e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 30,4% em 2015 (CIDADES.IBGE, 2016). Para este estudo foi calculada uma amostra de 269 entrevistas, considerando a população total, grau de confiança em 90% e margem de erro em 5%, o que valida esta pesquisa já que foram entrevistados 300 trabalhadores, oriundos de 33 bairros diferentes da sede do município.

O instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário estruturado, direcionado a 3 públicos distintos de trabalhadores: a) o que se desloca até o ambiente de trabalho utilizando ônibus, b) o que se desloca até o ambiente de trabalho utilizando carro ou moto e c) o que se desloca até o ambiente de trabalho a pé.

Todas as variáveis que deram origem ao questionário foram retiradas da literatura, de diversos autores, sendo 9 variáveis direcionadas a todos os públicos e mais algumas específicas para cada público em especial. Os entrevistados podiam julgar as variáveis de acordo com cinco opções, sendo elas: Não existe; Existe, mas não dificulta a mobilidade, Não posso opinar; Existe e dificulta pouco a mobilidade ou Existe e dificulta muito a mobilidade. Todas variáveis estão discutidas na análise dos resultados.

O questionário foi aplicado em 4 lugares estratégicos da sede do Município de Aracruz, estado do Espírito Santo, sendo eles: recepção da autarquia SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto, rodoviária municipal, Faculdades Integradas de Aracruz e pontos de ônibus distribuídos pela cidade. A escolha dos locais se deve ao fato de possuírem alto fluxo de pessoas diversificadas, o que permitiu o recolhimento de opiniões de diversas áreas da Sede do Município, evitando a concentração da amostra em um único bairro.

Os critérios para seleção dos respondentes foram: estar em exercício laboral e residir dentro da Sede do município de Aracruz, independente se trabalha ou não no município.

Os dados colhidos pelas entrevistas foram tabulados usando estatística descritiva e as análises constam do capítulo seguinte.

4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme detalhado na metodologia, foram entrevistados 300 trabalhadores oriundos de 33 bairros diferentes da sede, divididos em públicos que utilizam formas de locomoção distintas.

4.1 PERFIL DA AMOSTRA PESQUISADA

A Tabela 1 mostra o perfil dos respondentes e pode-se perceber que a amostra é significativa, já que os 33 bairros pesquisados representam quase 90% dos bairros da Sede Aracruz. O perfil dos respondentes também indica boa representatividade em diversas faixas etárias, renda e setor de trabalho, o que sugere ser uma amostra desconcentrada e representativa para este tipo de pesquisa.

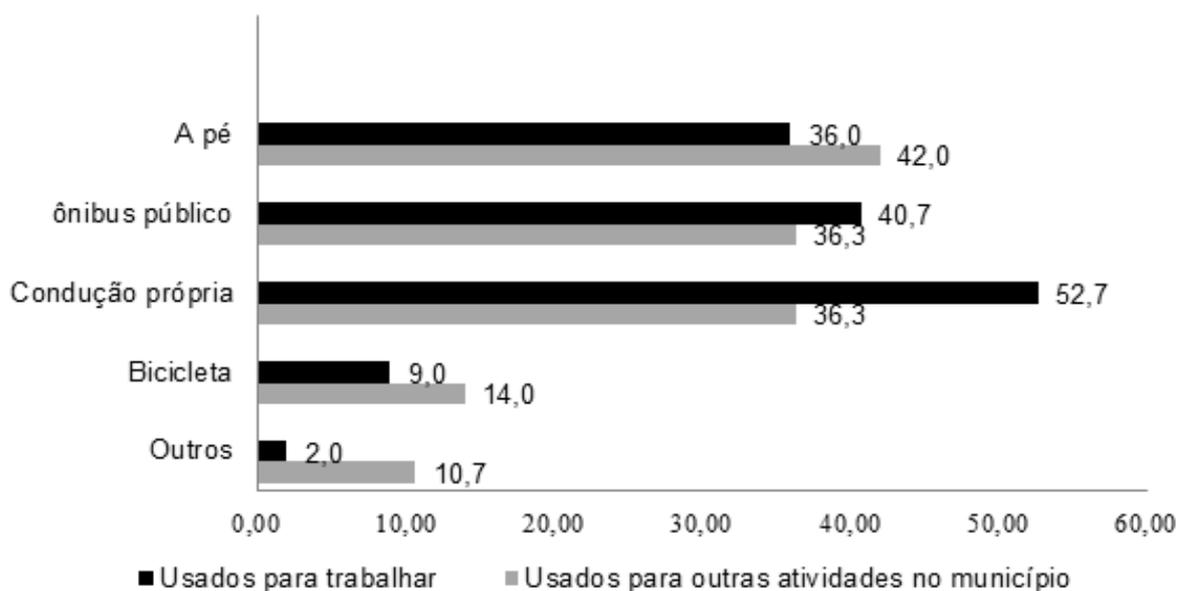
Tabela 1 - Perfil dos 300 Entrevistados

Critério	Resultados da amostra			
Gênero	Masculino	Feminino		
	40,7%	59,3%		
Idade	18 a 25 anos	26 a 35 anos	36 a 45 anos	Acima de 46 anos
	34,0%	42,0%	14,0%	10,0%
Escolaridade	Fundamental	Médio	Superior	Pós graduado
	18,0%	66,6%	10,7%	4,7%
Renda Familiar	Menor R\$ 1.500	R\$ 1.501 a R\$ 3.000	R\$ 3.001 a R\$ 4.500	Maior R\$ 4.500
	17,0%	44,3%	28,3%	10,4%
Setor	Comércio	Indústria	Serviços	Outros
	31,3%	21,0%	34,7%	13,0%
Bairro	A amostra teve entrevistas em 33 bairros da Sede do município.			

Fonte: Preparado pelos autores a partir dos resultados obtidos na pesquisa de campo.

Outro dado investigado pela pesquisa foi o tempo gasto do entrevistado entre sua residência e o trabalho. Os resultados indicaram que 78,3% dos trabalhadores gastam até 30 minutos para completar o trajeto laboral de casa a empresa. Este resultado reforça o fato de que a grande maioria dos entrevistados trabalha perto da sua residência, que trafega pela cidade e conhece a região de Aracruz, estando apto a responder o questionário.

Gráfico 1 - Principais meios de locomoção utilizados pelos trabalhadores de Aracruz (%).



Fonte: Preparado pelo autor a partir dos resultados obtidos na pesquisa.

Sobre os meios mais utilizados com maior frequência para locomoção ao trabalho foram apontados três: a pé, ônibus público e condução própria (Gráfico 1). Estes resultados reforçam a estratégia adotada nesta pesquisa de direcionar questões gerais a todos os públicos, mas também questões específicas a cada público.

No Gráfico 1 também pode-se perceber que, tanto para trabalhar como para realizar outras atividades, a bicicleta não é um meio tão apreciado pelos cidadãos de Aracruz. Uma das hipóteses para rejeição desse modal de transporte está ligada ao fato do município não oferecer de forma eficiente um suporte seguro, adequado e ágil para circulação das bicicletas, como por exemplo a escassez de ciclovias. Isso reforça a ideia de Junior e Montandon (2011) sobre a contradição entre o plano diretor e plano de mobilidade urbana presente em vários municípios, pois enquanto a Política Nacional de Mobilidade Urbana busca abranger melhorias para o transporte público coletivo, maior utilização dos meios não motorizados (bicicleta e a pé) e atenuação do transporte individual, na prática, o plano diretor abrange de forma insuficiente o princípio de privilegiar os meios não motorizados, pois de forma efetiva, o deslocamento a pé e através de bicicletas não aparece como prioridade para os municípios e, normalmente, são abordados apenas de forma genérica nos Planos Diretores e, por esse motivo, são raros investimentos na ampliação de

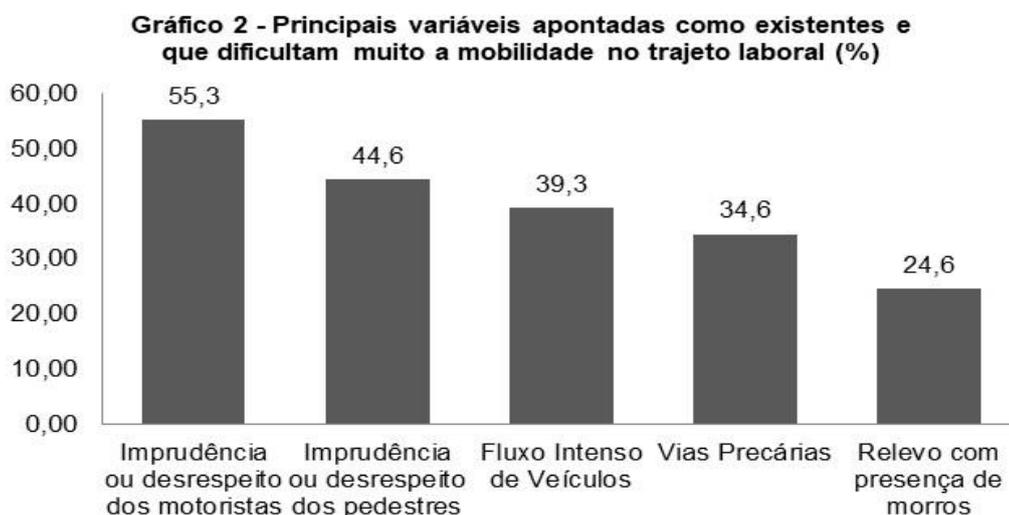
calçadas, construção de espaço para circulação de pedestres, passarelas e ciclovias, o que desmotiva a utilização desses meios.

4.2 AVALIAÇÃO GERAL DAS DIFICULDADES DE MOBILIDADE URBANA ENFRENTADAS PELOS TRABALHADORES DE ARACRUZ NO TRAJETO LABORAL

Durante aplicação dos questionários foram apresentadas diferentes situações que geralmente dificultam a mobilidade urbana, conforme previstas na literatura. Os entrevistados podiam julgá-las de acordo com cinco opções, sendo elas: Não existe; Existe, mas não dificulta a mobilidade; Não posso opinar; Existe e dificulta pouco a mobilidade ou Existe e dificulta muito a mobilidade.

Para os trabalhadores, independente da sua forma de locomoção, foram apresentadas 9 situações que dificultam a mobilidade laboral, chamadas de variáveis da pesquisa, sendo: Insuficiência de faixas de pedestre, Imprudência ou desrespeito dos motoristas, Imprudência ou desrespeito dos pedestres, Fluxo intenso de veículos, Indisponibilidade de semáforos, Falta de sinalização nas ruas, Local de trabalho longe de casa, Vias Precárias e Relevo com presença de morros.

Para efeitos didáticos, nos Gráficos 2, 3 e 4 estão registradas apenas as 5 maiores dificuldades apontadas pelos respondentes, entre as 9 pesquisadas, independente da forma de locomoção.

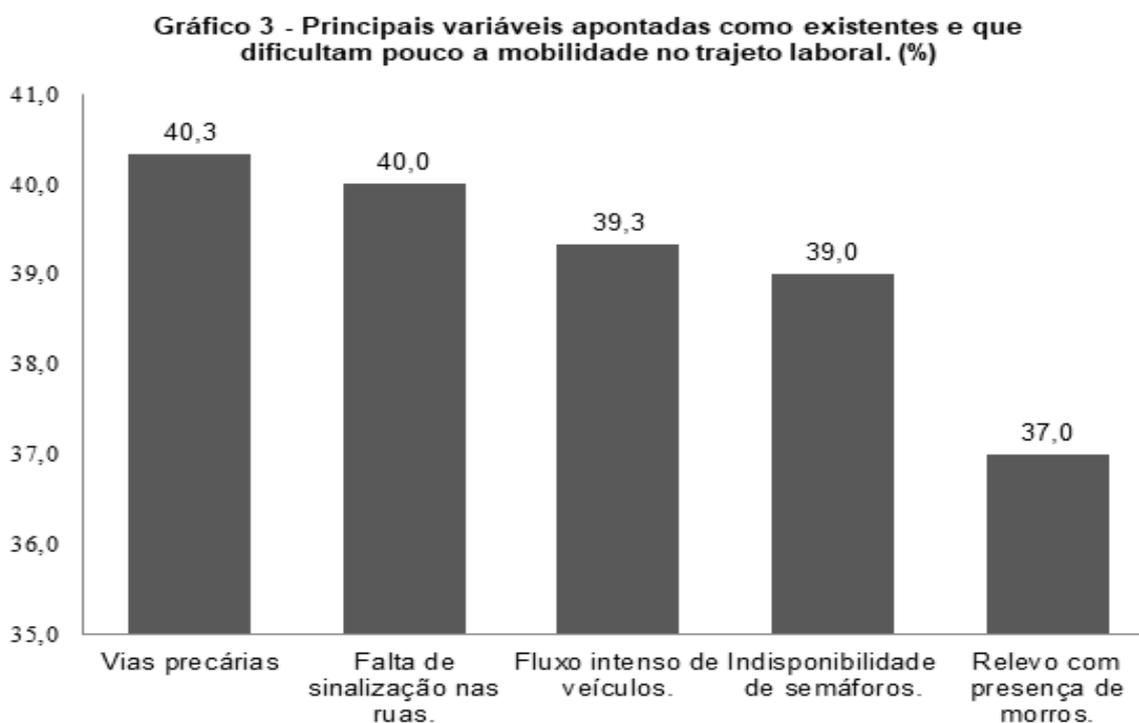


Fonte: Preparado pelos autores a partir dos resultados obtidos na pesquisa em campo.

Observa-se no Gráfico 2 que as duas primeiras situações apontadas pelos respondentes, independente do seu tipo de locomoção, como as que muito dificultam a mobilidade no trajeto laboral são Imprudência ou desrespeito dos motoristas e dos pedestres. Chama atenção o fato destes motivos estarem relacionados a fatores comportamentais. De acordo com Gonçalves (2012) o trânsito é visto como um espaço social, no qual 90% é afetado por fatores humanos. O mesmo autor ainda argumenta que os principais motivos que levam ao desrespeito do trânsito são intolerância, pressa, falta de fiscalização e estados psicofísicos transitórios provocados por álcool ou fármacos, por exemplo.

Uma hipótese para a variável relevo com presença de morros não ser considerada tão dificultosa está ligada aos fatores geográficos da sede de Aracruz, predominantemente uma zona de planície moldada em sedimentos recentes, segundo dados da Prefeitura Municipal de Aracruz (PMA, 2018).

O Gráfico 3 mostra as variáveis que dificultam pouco a mobilidade urbana, considerando os três modais juntos (ônibus, condução própria e a pé).

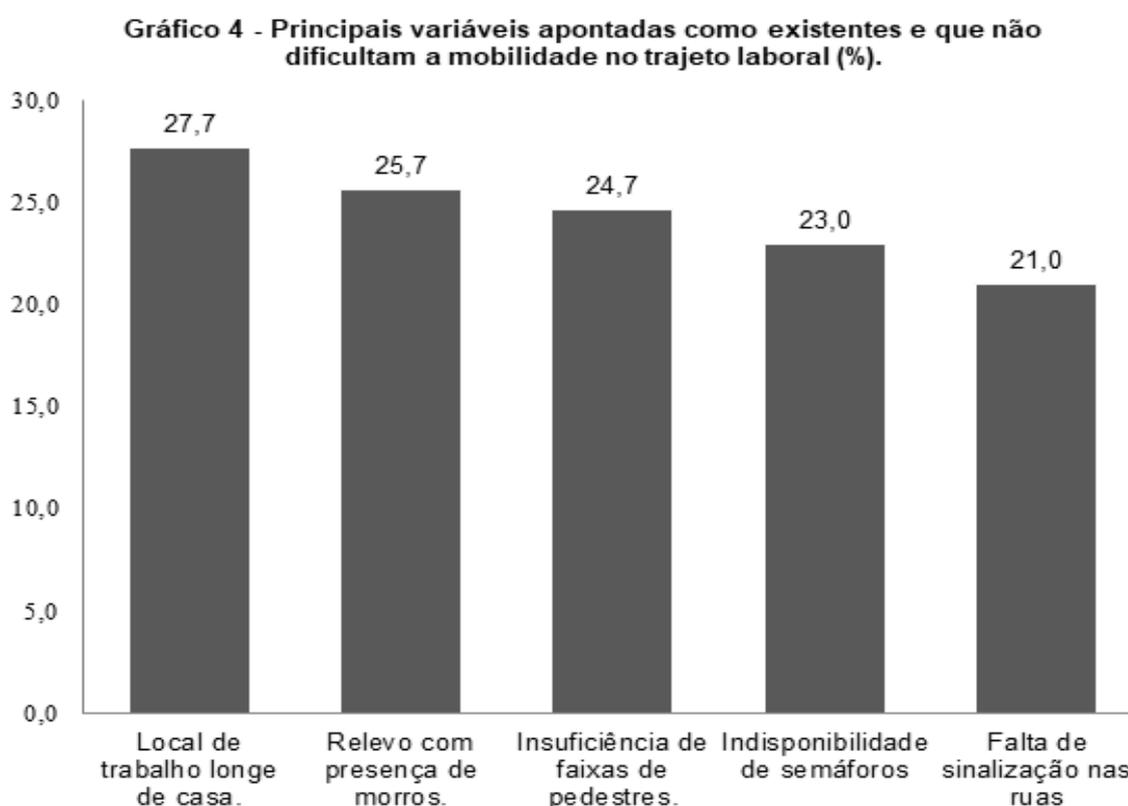


Fonte: Preparado pelos autores a partir dos resultados obtidos na pesquisa em campo.

Enquanto as variáveis relacionadas ao comportamento humano foram consideradas como as que criam as maiores dificuldades na mobilidade urbana, percebe-se pelo Gráfico 3 que as variáveis estruturais dificultam pouco a mobilidade urbana. Embora seu grau de dificuldade seja pouco, estas variáveis existem e podem piorar ao longo dos anos à medida que o município cresça e, portanto, não devem ser desprezadas, ao contrário, vê-se aqui uma oportunidade de intervenção a tempo de provocar a tão desejada qualidade de mobilidade urbana prevista pela literatura.

Ainda no Gráfico 3, verifica-se que a variável relevo novamente aparece com pouca ênfase, isso reforça novamente a ideia que relevo predominante no município não chega a ser um grande problema para a mobilidade urbana.

O Gráfico 4 representa as variáveis que não dificultam a mobilidade urbana, considerando os três modais juntos (ônibus, condução própria e a pé).



Fonte: Preparado pelos autores a partir dos resultados obtidos na pesquisa em campo.

A explicação para Local de trabalho longe de casa não aparecer nos Gráficos 2 e 3 como uma situação dificultosa e apresentar-se como uma variável que não dificulta a mobilidade, pode estar relacionado ao fato de 78,3% dos respondentes gastarem

menos que 30 minutos para chegarem até o local de trabalho, o que demonstra que não moram tão distante da empresa ou não enfrentam tantos gargalos durante o percurso.

Também é importante destacar que as variáveis Insuficiência de faixas de pedestres e Indisponibilidade de semáforos não são consideradas um problema no município de Aracruz, porém mesmo assim, se faz presente o desrespeito de pedestres e motoristas, mostrando novamente que o grande problema tem sido comportamental e não estrutural.

4.3 AVALIAÇÃO ESPECÍFICA DAS DIFICULDADES DE MOBILIDADE URBANA ENFRENTADAS PELOS TRABALHADORES DE ARACRUZ NO TRAJETO LABORAL

Num segundo momento da pesquisa foram estudadas as dificuldades mais específicas que são enfrentadas pelos trabalhadores que utilizam ônibus público, condução própria e que andam a pé. Os resultados são apresentados nas Tabelas 2, 3 e 4. Na Tabela 2 foram destacadas as principais situações que dificultam a mobilidade urbana dos trabalhadores que utilizam ônibus.

Tabela 2 - Grau de dificuldade da mobilidade urbana na opinião dos trabalhadores que utilizam ônibus (%).

Situações	Não existe	Existe, mas não dificulta	Não posso opinar	Existe e dificulta pouco	Existe e dificulta muito
Condição física do ônibus ruim	4,2%	10,8%	4,8%	36,7%	43,3%
Ônibus lotado	7,2%	12,7%	4,8%	31,9%	43,4%
Condição física dos pontos de ônibus ruim	3,6%	25,3%	11,4%	31,4%	28,3%
Incompatibilidade do horário de ônibus	8,4%	6,6%	5,4%	24,1%	55,5%

Fonte: Preparado pelos autores a partir dos dados obtidos resultados na pesquisa em campo.

Pela Tabela 2, pode-se perceber que a variável Incompatibilidade do horário de ônibus representa mais da metade da opinião dos entrevistados como existente e

que dificulta muito a mobilidade urbana. Este ponto é um indício de que o sistema de linhas de ônibus implantado no município de Aracruz não está bem adequado às necessidades desses trabalhadores. Para solucionar esse problema muitas empresas optam pelo transporte coletivo privado ou condução automotiva própria, o que provoca mais problemas de mobilidade urbana e ainda uma perda da possibilidade de reduzir as tarifas de transporte público, já que, quanto mais as empresas utilizarem o transporte público, menor fica o valor da tarifa.

A condição física ruim do ônibus (43,3%) e a lotação (43,4%) não aparecem como a principal razão da dificuldade na mobilização dos trabalhadores. No entanto, tais variáveis não podem ser desprezadas, pois, se somarmos as respostas que dificultam pouco e muito, este percentual ultrapassa 75% das respostas, ou seja, são variáveis presentes e que precisam ser monitoradas. De acordo com Cardoso (2008) esses fatores acabam desgastando os colaboradores antes deles chegarem na empresa, o que impacta diretamente na produtividade, além disso, um serviço de transporte público sem qualidade incentiva ainda mais a utilização da condução individual.

Na Tabela 3 foram destacadas as principais situações que dificultam a mobilidade urbana dos trabalhadores que utilizam condução própria.

Tabela 3 - Grau de dificuldade da mobilidade urbana na opinião dos trabalhadores que utilizam condução própria (%).

Situações	Não existe	Existe, mas não dificulta	Não posso opinar	Existe e dificulta pouco	Existe e dificulta muito
Falta de vaga para estacionar	4,9%	14,8%	3,7%	21,6%	54,9%
Vias mal planejadas	11,7%	5,6%	10,5%	43,8%	28,4%
Congestionamento	23,5%	15,4%	3,7%	21,6%	35,8%

Fonte: Preparada pelos autores a partir dos resultados obtidos na pesquisa.

Em relação aos trabalhadores que utilizam condução própria, 54,9% destacaram a falta de estacionamento como um problema de mobilidade urbana, de acordo com a Tabela 3. Isso vai contra as discussões de Vasconcellos (2001), pois para o mesmo,

uma mobilidade urbana sustentável deve oferecer recursos suficientes para atender todo o fluxo demandado.

A Tabela 3 ainda reforça que embora o planejamento das vias não seja uma situação muito dificultosa é um problema existente de acordo com 43,8% dos trabalhadores. Percebe-se aqui, novamente, uma oportunidade para que o poder público coloque em prática sua função de busca pela qualidade de vida dos cidadãos em seu trajeto tanto defendido pela literatura, ou seja, desenvolvimento de uma mobilidade urbana sustentável, conforme defendem Junior e Montandon (2011).

Na Tabela 4 foram destacadas as principais situações que dificultam a mobilidade urbana dos trabalhadores que se deslocam a pé em seu trajeto laboral.

Tabela 4 - Grau de dificuldade da mobilidade urbana na opinião dos trabalhadores que se deslocam a pé (%).

Situações	Não existe	Existe, mas não dificulta	Não posso opinar	Existe e dificulta pouco	Existe e dificulta muito
Calçadas em condições precárias	4,7%	14,7%	7,6%	36,5%	36,5%
Barreiras arquitetônicas	1,1%	24,7%	7,1%	37,1%	30,0%
Ruas sem calçadas	8,8%	15,9%	14,7%	24,1%	36,5%

Fonte: Preparada pelos autores a partir dos resultados obtidos na pesquisa.

De acordo com a Tabela 4, 36,5% dos trabalhadores que vão a pé para o trabalho, apontaram as condições precárias e ausência de calçadas como situações que dificultam muito a mobilidade urbana para quem vai a pé para seu trabalho. Considerando apenas a existência da situação, somando-se as respostas que dificultam pouco e muito a mobilidade, esse número é bem maior, atingindo 73% das respostas para o caso de calçadas em condições precárias.

Apesar dos números individuais serem percentualmente pequenos, para Pires e Elali (2014), quando as calçadas são ausentes ou não apresentam condições adequadas em relação a acessibilidade, gera um conflito e concorrência entre pedestres e motoristas. O autor ainda afirma que essa concorrência é desleal pois sempre os pedestres estarão numa situação mais vulnerável e esta situação representa, nas grandes cidades, em torno de 60% a 80% das mortes nos acidentes de trânsito.

Sendo assim, as calçadas se tornam um elemento primordial para circulação segura e confortável dos pedestres, já que qualquer percentual de acidente, provocado por uma condição inadequada da calçada, é inaceitável.

Em relação a barreira arquitetônica, mais de 90% dos entrevistados apontaram que ela é existente nas calçadas, embora apenas 30% responderam que ela gera muita dificuldade. Na opinião de Carvalho e Avelar (2010) a presença de barreiras arquitetônicas sempre é prejudicial à mobilidade urbana, pois dificulta a acessibilidade a diversos pontos da cidade e indica a falta de planejamento urbano pelo setor público e, para os autores, o mais correto seria obedecer e cumprir os critérios e exigências referentes a estrutura física do planejamento urbano.

CONCLUSÃO

Com o crescimento das cidades, a concretização de uma política de mobilidade urbana deixou de ser um aspecto legal e passou a ser um requisito básico para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. O impacto das condições adequadas de mobilidade urbana ultrapassa o simples andar e influencia os níveis de estresses na população, volume de acidentes e até mesmo na produtividade das empresas.

De uma maneira geral, neste estudo ficou evidenciado que os principais problemas que dificultam muito o trajeto laboral dos trabalhadores de Aracruz estão relacionados ao comportamento humano, representado pelo maior número de respostas centradas na imprudência e desrespeito dos motoristas e dos pedestres. Não se pode afirmar ao certo, no cenário de Aracruz, o que leva a este comportamento inadequado por não ter sido alvo desta pesquisa, podendo este aspecto ficar como sugestão para novas pesquisas.

Do ponto de vista específico, dois itens foram apontados pela maioria como causadores de muita dificuldade: Os trabalhadores que usam ônibus apontaram a incompatibilidade do horário de ônibus com o horário de trabalho e os trabalhadores que fazem o trajeto laboral por meio de condução própria apontaram a falta de vagas para estacionamento como os fatores que mais causam dificuldades. Embora numa representação percentual pequena, os trabalhadores que fazem o trajeto laboral a pé, apontaram as calçadas como o fator que cria as maiores dificuldades, seja pela ausência delas ou pelas condições precárias.

Em relação às dificuldades estruturais, representadas por insuficiência de faixas de pedestre, indisponibilidade de semáforos, falta de sinalização nas ruas, vias precárias, barreiras arquitetônicas, falta de planejamento das vias e também o próprio relevo da região pesquisada, ficou evidente que são tão percebidas pela maioria dos trabalhadores como geradoras de grandes dificuldades no trajeto laboral, embora se constatou que tais problemas existem.

Os resultados apontam condições favoráveis e uma grande oportunidade para o poder público implementar iniciativas de mobilidade que garantam a qualidade de trajeto laboral dos cidadãos, já que, caso os investimentos em infraestrutura, em educação no trânsito, na qualidade do sistema de transporte público e planejamento das vias não acompanhem o crescimento populacional do município, as dificuldades de mobilidade com todas as problemáticas previstas na literatura se agravarão no longo prazo.

REFERÊNCIAS

ANTP – **Associação Nacional de Transporte Público**. O transporte urbano do século XXI. Publicações, assunto: transporte urbano, 2010.
Disponível em: <<http://www.antp.org.br/biblioteca/>>
Acesso em: 14 maio 2016.

BRASIL. **Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana**, 2012

Disponível em:

<<http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/detalhar/id/269/titulo/politica-nacional-de-mobilidade-urbana---lei-n%C2%BA-1258712>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

CALILI, S. A. A cooperação intergovernamental nas regiões metropolitanas como possível solução para a mobilidade urbana sustentável e democrática: Os fatores jurídicos e sociológicos para sua efetivação. **Dissertação de mestrado**, Belo Horizonte, MG, 2013.

CAPACIDADES, Programa Nacional de Capacitação das Cidades. **Ministério das Cidades**: Política nacional de mobilidade urbana sustentável, 2013.

Disponível em:

<<http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/detalhar/id/128/titulo/cadernos-mcidades-6---politica-nacional-de-mobilidade-urbana-sustentavel>>. Acesso em: 12 abr. 2016

CARDOSO, C. **Análise do transporte coletivo urbano sob a ótica dos riscos e carências sociais**. Tese de Doutorado, PUC, São Paulo, 2008.

CARVALHO, A. M, AVELAR, S.A. Barreiras arquitetônicas: acessibilidade aos usuários. **Revista Enfermagem Integrada**, Unileste/MG, Minas Gerais, 2010.

COSTA, Luzimar Pereira. Análise da mobilidade urbana de Natal/RN a partir do uso de indicadores de sustentabilidade. **Dissertação de mestrado**, Natal/RN, 2014. CIDADES.IBGE. Portal do governo brasileiro. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/aracruz/panorama>>. Acesso em: 20 out.2016.

DENATRAN – **Departamento Nacional de Trânsito**, 2016. Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/frota2016.htm>>. Acesso em: 07 abr. 2016.

DUARTE, F. **Introdução a mobilidade urbana**, 2. ed. Curitiba, 2007.

GOMIDE, A. A.; GALINDO, E. P. **A mobilidade urbana**: uma agenda inconclusa ou o retorno daquilo que não foi. São Paulo, v. 27, 2013.

GONÇALVES, Bianca Geraldine Duarte. Acidentes de Trânsito por embriaguez: dolo ou culpa do condutor /BGDG. Rio de Janeiro, 2012.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de serviços e comércio. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=320060>>. Acesso em: 07 abr. 2016

JÚNIOR, O. A. S; MONTANDON, D. T. **Os planos diretores municipais, pós-estatutos da cidade**: Balanço crítico e perspectivas. Observatório das metrópoles, Rio de Janeiro, 2011.

KNEIB, E. C. **Mobilidade urbana e qualidade de vida**: do panorama geral ao caso de Goiânia. Revista UFG, Goiás, 2012.

LIPP, M. A. N. **Stress e qualidade de vida no trânsito**: diferença entre homens e mulheres. Campinas, 2012.

LITMAN, T. **Análise dos modelos de transporte público, custo e benefício**. Instituto Victoria, USA, 2016

MATIAS-PEREIRA, Jose. Curso de administração pública: foco nas instituições e nas ações governamentais. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MIHESSEN, V.; PERO, V.. **Mobilidade urbana e pobreza no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2001

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável**. Disponível em: <<file:///C:/Users/EDIVAN%20RIBEIRO/Downloads/Cadernos%20MCidades%206%20-%20Politica%20Nacional%20de%20Mobilidade%20Urbana%20Sustentavel.pdf> .> 2004. Acesso em: 20 out. 2016

MTPS. **Ministério do Trabalho e Previdência Social**, informação ao cidadão, 2015. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic>>.

Acesso em: 13 de mai. 2016

OLIVIER, M. **Metodologia de pesquisa: Um roteiro conceitual**, (apostila). Vitória: UFES, 2004.

PIRES, T. C. V.; ELALI, G. A. Se essa rua fosse minha: A calçada em um sistema sustentável de mobilidade urbana, **Revista UFRN**. Rio Grande do Norte, 2014.

PMA. Informações gerais. Disponível em: <http://www.pma.es.gov.br/servicos/informacoes/>>. Acesso em 10 set. 2016.

RESENDE, P. T. V; SOUSA, P. R. **Mobilidade urbana nas grandes cidades brasileiras**: um estudo sobre os impactos no congestionamento. Rio de Janeiro, 2009.

RUBIM, B.; LEITÃO, S. O. **Plano de mobilidade urbana e o futuro das cidades**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 27, 2013.

SOUZA, D. A. **Distribuição urbana de mercadorias no município de Formiga – MG**: a percepção dos agentes participantes no sistema, Formiga, MG, 2014.

VASCONCELLOS, E. Por uma política nacional de transporte e mobilidade urbana, **Revista dos Transportes Públicos**, São Paulo, 2001.

FATORES QUE INFLUENCIAM NA ESCOLHA DOS CONSUMIDORES DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS

Iara Rocha Coleta¹

Henrique Nascimento Maurastoni Pereira²

Robson Moro Aioffi³

RESUMO

Imaginar uma sociedade sem serviços hoje é praticamente impossível. Os serviços estão em toda parte e os consumidores fazem uso destes sem que tenha a perfeita consciência disso. Com a globalização, o mercado passou a ser mais amplo, acessível e competitivo, tornando a qualidade na prestação de serviços um fator determinante para o progresso das organizações. Desta forma, este estudo objetivou identificar os fatores que influenciam os consumidores a escolherem os postos de combustíveis. Para tanto foi realizada uma pesquisa descritiva e quantitativa com 392 consumidores de postos de gasolina em geral. Os dados sugerem que mesmo que o consumidor tenha comportamentos e gostos diferentes ao escolher um posto de combustível, ele preza pela estrutura do posto de combustível, em especial sua organização e limpeza. Portanto, a partir deste estudo, os gestores dos postos de combustíveis poderão entender e conhecer os hábitos de consumo dos seus clientes.

PALAVRAS-CHAVE: serviços; comportamento do consumidor; qualidade; posto de combustível.

ABSTRACT

¹ Bacharel em administração pela FAACZ – iararcoleta@gmail.com

² Bacharel em administração pela FAACZ – henriquegt3@hotmail.com

³ Professor nas FAACZ – robson.moro@fsjb.edu.br

Imagine a society without services today is practically impossible, because they are everywhere and consumers make use of these without having the perfect aware of it. With globalization, the market has become more widespread, accessible and competitive, making the quality of service a key factor for the progress of organizations. Thus, this study aimed to identify the factors that influence consumers to choose the gas stations. Therefore we carried out a descriptive and quantitative research with 392 consumers of gas stations in general. The data shows that even if the consumer has different behaviors and tastes when choosing a gas station, he values the gas station structure, especially its organization and cleanliness. Therefore, from this study, gas stations managers can understand and meet the spending habits of its customers.

KEY-WORDS: services; consumer behavior; quality; Fuel station.

1 INTRODUÇÃO

Imaginar uma sociedade sem serviços hoje é praticamente impossível. Os serviços estão em toda parte e os consumidores fazem uso destes sem que tenha a perfeita consciência disso: uma ida ao banco, uma refeição no restaurante favorito ou um dia na escola são exemplos de consumo de serviços. Com a globalização, o mercado passou a ser mais amplo, acessível e competitivo. A concorrência entre as empresas tornou-se um fator determinante para o progresso econômico (BATESON e HOFFMAN, 2016; PALADINI, 2002).

Compreender o cliente é um bom negócio para as organizações, pois as informações coletadas sobre os clientes permitem que as empresas satisfaçam as suas necessidades, definam mercados e identifiquem ameaças e oportunidades. Esse entendimento prepara a organização para lidar com a exigência cada vez maior dos clientes, que buscam produtos e serviços diferenciados e tendem a levar vantagem sobre o controle das negociações, devido ao aumento da concorrência, maior acesso às informações e um maior conhecimento sobre o mercado (MIRANDA, 2001).

O **aprofundamento** das empresas desse ramo nesta temática visa à melhoria contínua de seus negócios, sendo assim, foi desenvolvida a problemática desse

Comentado [IV1]: Termo de sentido vago par o contexto.

Comentado [RMA2R1]: Incluído e alterado

estudo: quais são os fatores que influenciam na escolha dos consumidores de postos de combustíveis?

Para responder o presente problema, tem-se como objetivo geral: identificar os fatores que influenciam os consumidores na escolha dos postos de combustíveis. E para atingir tal objetivo, foram necessários os seguintes objetivos específicos: (a) caracterizar prestação de serviços, (b) descrever sobre satisfação e lealdade, (c) apresentar o comportamento do consumidor.

Com o aumento da concorrência no mercado de postos de combustíveis e ao maior acesso às informações, os consumidores tornam-se mais rigorosos em busca de melhor qualidade na prestação de serviço e em busca de maiores resultados (PATRICIO, 2003).

A justificativa para o estudo está sustentada em apresentar um estudo que mostra às empresas de postos de combustíveis a forma com que seus clientes agem e como estes são influenciados, para que possam assim focar em melhorias no atendimento e satisfação aos consumidores e atingir maiores resultados em seus negócios.

Como justificativa acadêmica, a presente pesquisa almeja contribuir como incentivo para estudos relacionados a essa área, fornecendo informações relevantes, servindo como base para novas pesquisas que ainda são pouco realizadas quando se trata do ramo de revenda de combustível (MELLO, 2013).

O estudo está organizado em sete capítulos, onde o primeiro capítulo discorre a introdução do trabalho retratando de forma geral a contextualização do tema, apresenta-se o problema, a justificativa e os objetivos. Os capítulos seguintes expõem o tema conforme é encontrado na literatura, caracterizando os conceitos teóricos de serviços, satisfação e comportamento do consumidor. A pesquisa trata-se de um estudo aplicado, por esse motivo é importante o conhecimento dos processos metodológicos que compõe o próximo capítulo, onde estão descritos o local de estudo, a população e variáveis a serem estudadas. No capítulo posterior, são apresentados e discutidos os resultados obtidos. Assim, no último capítulo apresentam-se a relevância dos resultados, implicações do estudo e sugestões futuras.

Comentado [IV3]: Há a impressão de que o objeto do estudo surge de forma abrupta, sem contextualização ou conexão anterior. Sugiro um pequeno "aceno" antes a respeito do objeto do estudo: postos de combustíveis.

Comentado [RMA4R3]: Colocado o objetivo geral com a mesma expressão

Comentado [IV5]: Problema e objetivo têm orientações diferentes:
Problema: o foco é na escolha dos consumidores pelos postos.
Objetivo: o foco é na escolha dos postos pelos consumidores.

Comentado [RMA6R5]: Idem anterior

Comentado [IV7]: Com o ...

Comentado [RMA8R7]: feito

2 SERVIÇOS

Os serviços estão presentes na sociedade desde os primórdios e tem crescido continuamente na economia mundial. Segundo Pinto et al (2015), o serviço é definido como aquela atividade que é gerada no momento de uso, junto ao cliente e que não pode ser estocado. Afirmam que o serviço está intimamente ligado à vivência do usuário, sendo que os serviços são impalpáveis e de difícil mensuração. Para Soares e Zamberlan (2004), os serviços são atividades, benefício ou satisfação oferecida para venda, diferenciam-se dos produtos físicos, pois não podem ser vistos, sentidos provados, ouvidos ou derivados antes de serem comprados.

O setor de serviço compreende as empresas que prestam serviços como bancos, companhias de viagem, companhias aéreas, bancos, englobando serviços ligados a produtos e serviços ligados ao ramo varejista como lojas supermercados e postos de combustíveis. Em geral, os serviços são muito bem-vindos para a maioria da população, pois se referem a atividades que estão presentes no cotidiano, sendo tarefas fora da capacidade de realização, onde os prestadores de serviços são mais eficazes e trazem ao comprador uma economia de tempo ou dinheiro, ou ambos (RESENDE, 2005).

Gianesi e Corrêa (1994) entendem que existe enorme variedade de serviços diferentes e que os conceitos ligados a gestão de suas operações não são generalizáveis a todos os tipos. Os autores buscaram adotar uma classificação de processos de serviços baseados nas seguintes variáveis:

- **Serviços Profissionais:** É o tipo de serviço que dá ênfase às pessoas, com alto grau de contato com o cliente e personalização do serviço. São exemplos: consultorias especializadas, consultórios médicos e os escritórios de advocacia especializados;
- **Loja de Serviços:** Caracteriza-se por serviços com grau de contato médio aos clientes.
São exemplos: Restaurantes em geral, as agências de viagem e os postos de combustíveis.
- **Serviços de Massa:** É o processo de serviços que atende ao maior número de cliente por unidade de tempo. São serviços com baixo grau de personalização e alto grau de padronização.

São exemplos: Estádios de futebol, as companhias aéreas e os grandes hipermercados.

Os fornecedores de serviços precisam se dedicar para manter a qualidade constante de seus serviços, isso se torna dificultoso pôr a produção envolver a interação direta com os profissionais de serviços. Em virtude do risco percebido na sua aquisição, o consumidor busca maiores informações sobre sua prestação e qualidade, desta forma as avaliações dos serviços pelos clientes podem ser afetadas, cujo desempenho dos serviços tende a variar frequentemente (SOARES e ZAMBERLAN, 2004).

2.1 QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Gronroos (2009) defende a ideia de que a qualidade em serviços deve ser acima de tudo o que os clientes percebem, onde essa qualidade torna-se um resultado da comparação das percepções com a expectativa do cliente, e afirma que no setor de serviços o essencial é a diferenciação quanto à qualidade, pois serviços bem prestados atingem a satisfação dos clientes, na qual voltam a comprar e ainda recomendam a empresa para outras pessoas.

A qualidade do serviço proporciona uma maneira de alcançar o sucesso entre serviços concorrentes. Estabelecer a qualidade pode ser a única forma da empresa se diferenciar e gerar aumento de atuação no mercado. Não é um objetivo ou programa que pode ser alcançado ou concluído, mas deve ser uma parte permanente de toda gestão e produção do serviço (BATESON e HOFFMAN, 2016).

Segundo Zeithamel e Bitner (2003) a qualidade em serviços é uma avaliação focada que reflete a percepção dos clientes sobre as dimensões específicas dos serviços. Os autores ainda enfatizam que a satisfação dos clientes é influenciada pelas percepções acerca da qualidade dos serviços, por isso é um componente central em suas avaliações.

Em serviços, a qualidade é o resultado de um processo de avaliação, na qual o cliente compara suas expectativas prévias com a sua percepção efetiva em relação ao serviço, assim as estratégias para garantir uma boa qualidade do serviço é alcançar ou até mesmo superar as expectativas do consumidor, monitorando suas percepções e adaptando melhorias ao processo de qualidade, pois serviços de qualidade tornam-se um diferencial para as empresas prestadoras de serviços que

visam se destacar no mercado frente à concorrência (LAS CASAS, 2008; RIBEIRO, MACHADO e TINOCO, 2010).

Assim, é relevante que as organizações identifiquem as dimensões de qualidade em seus serviços e busquem o gerenciamento estratégico, na qual resulta em expor a qualidade conforme o ponto de vista do cliente, requerendo o compromisso dos gestores em buscar desempenho continuamente (TONTINI e ZANCHETT, 2010).

3 SATISFAÇÃO E LEALDADE

Em decorrência do crescimento da competitividade, as empresas buscam constantemente estratégias relacionadas à forma de interagir e aproximar de seus clientes, com o intuito de satisfazer suas necessidades e proporcionar relacionamentos duradouros. Desta forma, a satisfação dos clientes torna-se relevante e é compreendida como fator essencial para o sucesso da organização, uma vez que clientes satisfeitos tendem a comprar mais, retornar a consumir o produto ou serviço e repassar opiniões boas para outros clientes (OLIVEIRA et al, 2015; LORIATO et al, 2015).

As pessoas possuem necessidades que precisam ser atendidas por serviços ou produtos que contenham atributos capazes de satisfazê-lo. A satisfação do cliente está inteiramente relacionada com suas expectativas, onde, se o desempenho da empresa atender suas expectativas o cliente ficará satisfeito, se superá-los o cliente torna-se encantado, mas se o desempenho ficar abaixo das suas expectativas, faz com que o cliente se torna insatisfeito (PASTERNAK e BUTTENBENDER, 2015).

Su e Sampaio (2013) afirmam que a verdadeira lealdade não é determinada somente pelo ato de comprometimento e recompra, mas sim devido a emoções e sentimentos advindos de um leal relacionamento entre empresas e cliente, onde clientes totalmente satisfeitos apresentam um comportamento fiel, enquanto consumidores meramente satisfeitos podem ser facilmente atraídos por concorrentes.

Basso e Espartel (2015) explicam que mudanças na lealdade dos clientes podem alterar e afetar a lucratividade da empresa, visto que, a lealdade faz com que os clientes sejam mais tolerantes as falhas nos serviços e diminui a resistência dos

mesmos quando se refere à aplicação de preços maiores. Isso ocorre devido que, clientes leais estão menos motivados a buscar alternativas de serviço ou produtos, eles engajam em propagandas positivas e ficam menos propensos a serem movidos pelos concorrentes.

Dominguez (2000) afirma que o cliente leal consome menos recursos de vendas e suportes, são mais propensos a testar novos produtos ofertados pela empresa que possui um vínculo e relacionamento duradouro. São mais dispostos a desconsiderar e a não se importar com erros e falhas cometidos pela empresa, além de suportarem aumentos de preços. O autor ainda destaca que clientes leais estão dispostos a pagar um preço efetivamente em média 20% superior pelo produto ou serviço na empresa de sua preferência, visto que, clientes leais obtêm um maior valor de relacionamento de negócios com a empresa, tornando assim, menos sensíveis aos preços do que clientes novos.

4 COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

O consumidor está cada dia mais exigente e as empresas necessitam estar atento aos aspectos culturais e humanos, saber cada vez mais sobre o consumidor, o que ele quer e o que valoriza. O comportamento do consumidor apresenta funções de caráter pessoais e interpessoais, cujos determinantes pessoais incluem as conveniências de cada indivíduo, atitudes, personalidades e motivações. Quanto às interações interpessoais determina o que é comprado. O comportamento do consumidor é caracterizado em estudos relativos ao que os clientes compram aos motivos em que levam a comprarem o momento em que compram, onde compram, a frequência em que compram e com que regularidade utiliza o que compram, incluindo os pensamentos, sentimentos e ações dos consumidores que sofrem influências constantemente (SANTOS, 2013; PATRICIO, 2003).

Com as dificuldades para manter uma empresa e com o aumento da concorrência, torna-se cada vez mais importante que as organizações concentrem suas estratégias e ações em conhecer e satisfazer seus clientes. (PINHEIRO,2016). Raimundo e Batalha (2015) enfatizam que o conhecimento do comportamento do consumidor objetiva no entendimento de como os indivíduos, conjuntos de pessoas e organizações escolhem, adquirem, utilizam e descartam bens, serviços ou

experimentos para realizarem suas necessidades e desejos, além de ser o modo como os indivíduos tomam decisões de como gastar seus recursos disponíveis como dinheiro, tempo e esforço em itens relacionados ao consumo.

O estudo do comportamento do consumidor é considerado com uma das principais ferramentas da empresa, por fornecer a capacidade de influenciar o consumidor nos momentos antecedentes à compra e no ato da escolha de compra, visto que, o indivíduo é influenciável e suas reações e ações procedem de estímulos e variáveis sociais, ambientais, culturais, afetivos, personalidade, família, classe social, valores e estilo de vida (MENDES e AQUINO, 2014).

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A etapa tem por objetivo esclarecer a metodologia utilizada no estudo, apresentando o método, a população e amostra, técnica de coleta de dados e análise de dados. Quanto ao método, utilizou-se para a pesquisa uma abordagem quantitativa, descritiva e transversal, com dados primários e subjetivos. Quantitativa, justifica-se pela utilização de dados numéricos para representar as percepções e opiniões de cada indivíduo sobre as questões analisadas, registradas diretamente com números e com dados em formato que permite a análise estatística (HAIR et al., 2003).

Descritiva em virtude do objetivo da pesquisa em identificar os fatores que influenciam os consumidores na escolha dos postos de combustíveis. A pesquisa tem característica transversal devido aos dados que foram reunidos em um único ponto no tempo (HAIR et al., 2003).

A pesquisa foi realizado na localidade sede de Aracruz – ES. O município de Aracruz apresenta uma população estimada de 95.056 de habitantes distribuídos em uma área de 1.423,874 Km,² segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015). Conforme o levantamento realizado junto ao Departamento Nacional de Trânsito – Denatran (2016), o município de Aracruz conta atualmente com uma frota estimada de 38.510 veículos.

A amostra composta no mínimo de 385 respondentes consumidores dos postos de combustíveis, onde todos tiveram a mesma oportunidade de serem escolhidos e

Comentado [IV9]: Quais os critérios para a determinação desse quantitativo de consumidores? Que parâmetros foram utilizados na fórmula?

Comentado [RMA10R9]: Explicado em Patrício, 2003

participarem da pesquisa, uma vez que todos foram abordados, considerando assim uma amostra aleatória e simples (PATRICIO, 2003).

Para o desenvolvimento da pesquisa, os dados foram coletados por meio de um questionário, com perguntas fechadas e compostas por questões referentes às cinco dimensões adaptadas pelo autor Corso (2004) que envolve estrutura do posto, atendimento, serviços, qualidade e confiabilidade e política comercial. Os questionários foram entregues aos consumidores dos postos de combustíveis de forma individual e por meio eletrônico através do questionário online criado pela ferramenta “Google Docs”, utilizando redes sociais, e-mails entre outras formas para divulgação.

A aplicação dos questionários foram realizadas entre os dias 17/08/2016 a 23/09/2016 onde obtiveram-se 406 respostas, das quais 14 respostas foram descartadas em razão de que os respondentes afirmarem não serem os responsáveis pelo abastecimento do veículo. Com base nas respostas recebidas, 392 respostas foram consideradas válidas para análise. É importante resaltar que para a execução da tabulação dos dados coletados, foram distribuídos pontos para escala *likert*, sendo ‘5’ para influencia totalmente até chegar a ‘1’ para não influencia. Os pontos serviram para calcular a média e desvio padrão.

Comentado [IV11]: Penso que deva ser melhor esclarecido o quantitativo da amostra: 385, 406 ou 392.

Comentado [RMA12R11]: O avaliador não entendeu que foram obtidas 406 respostas ou seja, entrevistados

6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Apresenta-se nesta etapa, a análise dos dados objetivando responder aos objetivos deste estudo. Inicialmente, apresenta-se a caracterização e análise da amostra, ato contínuo, a estatística descritiva de cada variável (média e desvio padrão).

6.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A princípio, a análise ficou em identificar se o perfil da amostra enquadrava a pesquisa. A tabela 1 apresenta um resumo da caracterização da amostra.

TABELA 1: RESUMO DA CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Gênero	Masculino	67%
	Feminino	33%
Idade	Média	32,64 anos
	Moda	28 anos
	Mínima	18 anos

	Máxima	61 anos
Estado civil	Solteiro	28%
	Casado/ união estável	66%
	Separado	14%
	Divorciado	11%
Nível de escolaridade	Ensino fundamental	4%
	Ensino médio	42%
	Ensino superior	41%
	Especialização	9%
	Mestrado	4%
	Doutorado	1%
	Pós-doutorado	0%
Renda mensal	Até 3 salários mínimos	60%
	De 3 a 10 salários mínimos	34%
	De 10 a 20 salários mínimos	5%
	Acima de 20 salários mínimos	1%
Frequência de abastecimentos	Diariamente	28%
	Semanalmente	58%
	Quinzenalmente	26%
	Mensalmente	5%
	Esporadicamente	4%

Fonte: dados da pesquisa

Em análise aos resultados da tabela 1, caracteriza-se o perfil dos respondentes, observando as seguintes características: a grande maioria dos respondentes é do gênero masculino, casado, com ensino médio completo e renda mensal variando em até 3 salários mínimos, realizando o abastecimento do veículo semanalmente. A tabela 1 também mostra que a amostra é aleatória, sem o predomínio de uma ou outra característica. Assim, a população pode ser considerada como heterogênea, conforme a amostra coletada, isto é, a amostra de uma forma geral não é classificada em termos de classe social, renda, gênero ou idade, permitindo portando uma análise geral e não de um determinado grupo.

6.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS

Para analisar as variáveis apresentadas no questionário, realizou-se uma estatística descritiva de cada variável, analisando média (M) e desvio padrão (DP).

Assim, para atingir os objetivos da pesquisa, os respondentes foram questionados quanto os fatores que influenciam na escolha de postos de combustíveis, sendo 25 perguntas agrupadas em 5 dimensões relacionadas diretamente ao objetivo da pesquisa. Os resultados estão expostos na tabela 2.

Quanto a dimensão "A - Estrutura do Posto", considera-se que os itens que obtiveram alto nível de influência entre os respondentes foram "A4 - Organização" (M= 4,21; DP= 1,06) e "A5 - Limpeza" (M=4,13; DP 1,10), demonstrando um consenso entre os respondentes em que essas variáveis influenciam de forma geral os consumidores.

Quanto a dimensão "B - Atendimento", fica evidente que as variáveis "B1 - Agilidade no atendimento" (M= 4,50; DP= 0,90), "B4 - Atendimento geral" (M=4,37; DP= 0,94) e Iniciativa (M= 4,31; DP= 0,96), foram considerados fatores que mais influenciam os consumidores, onde apresentaram um consenso entre os respondentes justificado pelo baixo desvio padrão e médias elevadas.

Já os itens "B2 - Atendimento feminino" (M=2,61; DP= 1,26) e "B3 - Atendimento masculino" (M=2,51; DP= 1,22) não foram consideradas como relevantes por apresentarem baixas médias.

Na dimensão "C - Serviços", o item "C6 - Calibragem dos pneus" (M= 4,08; DP= 1,17), apresentou média alta indicando assim um fator relevante. As variáveis "C4 - Lavagem expressa" (M=2,94; DP= 1,30), "C6 - Troca de óleo" (M= 3,14; DP= 1,36) e "C7- Borracharia" (M=2,98; DP= 1,51) apresentaram médias baixas e desvio padrão altos, não sendo consideradas como um fator tão relevante na percepção do cliente.

Em relação a dimensão "D - Qualidade e Confiabilidade" as variáveis "D1 - Qualidade do combustível", "D2 - Credibilidade do posto" e "D4 - Confiança no posto", apresentaram médias altas (M= 4,69; M= 4,48; M= 4,54;) observando assim um consenso entre os respondentes, uma vez que seu desvio padrão é baixo (DP= 0,72; DP= 0,85, DP= 0,86).

Entretanto, a dimensão "D3 - Bandeira da companhia" apresentou M= 3, 83 e DP= 1,27, obteve alto desvio padrão e os dados apresentaram que 69,38% dos respondentes consideram a variável como relevante (30,86% influenciam parcialmente e 38,52% influenciam totalmente).

A dimensão "E- Política comercial" demonstra consenso dos respondentes, e apresentam médias altas e desvio padrão baixo nas variáveis "E1 - Promoções" (M=4,27; DP= 1,06) e "E2 - Preço em geral". A variável "E3 - Condições de pagamento" apresentou uma média alta (M= 4,07) e um desvio padrão alto (DP=1,30), o que representou 74,49% dos respondentes consideram que a variável influencia totalmente.

TABELA 02: ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Construto	Variável	Média	Desvio Padrão
A - Estrutura	A1- Facilidade de acesso ao posto	3,92	1,25
	A2- Localização do posto	3,92	1,30
	A3- Aparência Física	3,88	1,24
	A4- Organização	4,21	1,06
	A5 - Limpeza	4,13	1,10
B- Atendimento	B1- Agilidade no atendimento	4,50	0,90
	B2- Atendimento feminino	2,61	1,26
	B3- Atendimento masculino	2,51	1,22
	B4- Atendimento em geral	4,37	0,94
	B5- Iniciativa	4,31	0,96
	B6- Simpatia	4,23	1,02
C- Serviços	C1- Atendimento 24 horas	3,75	1,37
	C2- Verificação dos itens do carro (água e óleo)	3,61	1,28
	C3- Limpeza dos vidros, espelhos e faróis	3,57	1,29
	C4- Lavagem expressa	2,94	1,30
	C5-Troca de óleo	3,14	1,36
	C6- Calibragem dos pneus	4,08	1,17
	C7- Borracharia	2,98	1,51
D- Qualidade e Confiabilidade	D1- Qualidade do combustível	4,69	0,72
	D2- Credibilidade do posto	4,48	0,85
	D3- Bandeira da companhia	3,83	1,27
	D4- Confiança no posto	4,54	0,86
E- Política Comercial	E1- Promoções	4,27	1,06
	E2- Preços em geral	4,45	0,97
	E3- Condições de pagamento	4,07	1,30

Fonte: dados da pesquisa

6.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao tomar a decisão de consumo, o cliente segue um processo e se baseia em um conjunto de atributos que julga importante (BATESON e HOFFMAN, 2016). Assim, após as análises, identificou-se na dimensão “Estrutura”, que as variáveis “Organização” e “Limpeza” influenciam significativamente o consumidor a escolher um posto de combustível, seguido das demais variáveis como “Facilidade de acesso ao posto” e “Localização do posto”. Esses atributos se destacam e corroboram com a literatura, pois segundo Patrício (2003) na percepção dos clientes é conveniente ter um ambiente organizado, limpo, e que possua uma boa localização e facilidade

de acesso. Freitas e Auler (2015) ainda argumentam que o local e a forma onde o serviço é prestado englobam o layout dos pontos comerciais, estrutura e instalações de apoio que são representados como um dos componentes do pacote de serviços, e é através das instalações que forma na mente do consumidor a impressão inicial que ele receberá tal serviço.

No grupo “Atendimento” se sobressai, na percepção dos respondentes, quando se trata da escolha do posto de combustível, onde consideram muito significativos os atributos “agilidade no atendimento” e “atendimento geral”. Essa circunstância vai ao encontro das definições elencadas por Gronroos (2009) que argumenta a ideia de que a qualidade no atendimento dos serviços é acima de tudo o que os clientes percebem, e por esse motivo devem ser bem feitos para gerar satisfação aos consumidores. O autor ainda destaca que pôr os serviços serem realizados principalmente por pessoas, é importante todo o processo de treinamento, seleção e motivação dos funcionários, pois estes devem demonstrar competência, iniciativa, habilidade e receptividade, para que o cliente perceba os esforços que estão sendo feitos para obter o que deseja.

Entretanto, cabe destacar que alguns atributos do grupo “Atendimento” não foram considerados importantes para os respondentes, como “Atendimento feminino” e “Atendimento masculino”. Uma das possíveis causas em que os atributos não tenham resultados significativos pode ser devido ao fato de que o consumidor não leva em consideração a distinção entre o sexo do atendente, mas sim a rapidez com que o serviço é prestado.

Na dimensão “Serviços”, o atributo com maior relevância para os respondentes foi “Calibragem dos pneus”. Corso (2004) considera calibragem dos pneus como um fator muito importante no momento do atendimento, pois enquanto o cliente aguarda o abastecimento, o mesmo cria a intenção positiva de que o atendente verifique os principais itens carro, demonstrando preocupação com o seu veículo. O cuidado que o estabelecimento tem em prestar serviços de manutenção é fundamental para prolongar a vida útil do veículo do cliente, além disso, o conjunto de pneus bem calibrados garante uma maior segurança na hora de dirigir, maior dirigibilidade, aumento da vida útil do pneu e por fim ajudado a diminuir o consumo de combustível do veículo. Zelar pela proteção de seu veículo é essencialmente o que o cliente espera (MELLO, 2013).

Destacam-se ainda na dimensão “Serviços” o item “Lavagem expressa” que não foi considerado significativo, podendo não ter grande importância para a escolha dos consumidores, em decorrência da crise hídrica atual que o município vivencia. Já os itens “Troca de óleo” e “Borracharia” que também não obtiveram estimável importância para os respondentes, pode-se avaliar esse fato devido à grande evolução tecnológica dos pneus, reduzindo consideravelmente a manutenção deste item dos veículos, e quando os clientes necessitam desse tipo de serviço buscam locais especializados como oficinas mecânicas ou concessionárias de automóveis, que possuem equipamentos específicos para atenderem esse tipo de serviço.

Para o setor de combustível, a qualidade do combustível e o equilíbrio de suas propriedades é um item efetivamente formidável, onde a performance do mesmo não está limitada somente nos danos causados ao veículo como corrosão nas peças principais do motor, falhas no motor e entupimentos, mas também ao aumento do consumo de combustível e aumento dos níveis de emissão de poluentes, ou seja, fora todo o prejuízo ao veículo, existe ainda o desrespeito ao meio ambiente. Isso é significativamente notável pelos consumidores.

As variáveis “Confiança no posto” e “Credibilidade do posto” também se destacaram como relevante isso em decorrência do atributo qualidade do combustível, visto que, se o posto oferece uma boa qualidade no combustível, este cria confiança e transmite credibilidade à os consumidores. Patricio (2003) argumenta que, com a grande oferta do serviço de abastecimento e concorrência acirrada, para conseguir manter a confiança dos clientes e credibilidade a qualidade deve estar presente em todo processo, isso porque uma vez que a empresa falha em manter o nível de qualidade, o nível de satisfação dos clientes diminui e conseqüentemente a confiança e credibilidade também. Ser capaz de manter a confiança dos clientes e a credibilidade do mercado, são atributos primordiais para as empresas do ramo que almejam reter e atrair novos clientes, uma vez que a confiança e satisfação são alguns dos fatores que levam os consumidores a realizarem indicações para outros, alcançando assim novas vendas (CARVALHO, 2011).

Já a variável “Bandeira da companhia” não evidenciou como um fator muito relevante, isso demonstra que na hora do consumidor escolher entre postos e suas bandeiras levam em consideração a qualidade e confiabilidade do combustível. Este atributo se relaciona na literatura como serviços implícitos, ou seja, é um item que

está em volta do serviço propriamente dito, na qual, o cliente percebe que independente da bandeira do posto, está mais interessado na qualidade do combustível (LANA e SEVERO, 2009).

E por fim, apresenta-se a dimensão “Política comercial”, onde mesmo com a baixa variação do valor da gasolina entre concorrentes, pode-se notar que os respondentes consideram como mais significativa a variável “Preço em geral”, logo depois a variável “Promoções”, visto que são atributos objetivos e funcionais considerados pelos consumidores.

Mesmo com uma série de serviços adicionais serem considerados significativos para os clientes, a grande sensibilidade dos preços dos combustíveis para o consumidor faz com que variações dos preços se tornem perda do volume de venda. Isso fica evidente ao considerar que 67% dos respondentes afirmaram que a dimensão “preço em geral” influencia totalmente para escolher um posto de combustível.

O consumidor busca sempre o que é lhe traz menos custo, e por isso, é importante ofertar algo que seja atrativo e que lhe traga retorno, como bons preços e promoções. As decisões finais no ato da compra no que diz respeito a preço competem à empresa, ou seja, é a empresa que determina o preço de serviços ou produtos. Este fato tem por finalidades repostas positivas dos consumidores que geram o motivo de compras e possíveis recompras, fazendo com que o consumidor fique satisfeito (MELLO, 2013).

Todo e qualquer centavo faz diferença no mercado acirrado de posto de combustível, onde o preço torna-se um dos critérios importantes que o cliente avalia, visto que, ele pode passar abastecer em um posto concorrente ao considerar que o preço atual onde abastece não compensa.

7 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo identificar os fatores que influenciam os consumidores a escolherem os postos de combustíveis. Para alcançar o objetivo proposto foi realizada uma pesquisa, na qual foi aplicada através de um questionário montado com base em vinte e cinco questões, onde levantou na opinião dos entrevistados o que os influenciam a escolher um posto de combustível.

Os resultados sugerem que mesmo que o consumidor tenha comportamentos e gostos diferentes, ao escolher um posto de combustível, ele preza pela estrutura do posto de combustível, sempre levando em consideração a organização e limpeza do ambiente físico, além do bom atendimento com profissionais ágeis e educados, qualidade do combustível e na prestação de serviços, que conseqüentemente gera confiança e credibilidade no posto, onde na percepção do cliente também são fatores relevantes. Ainda tem-se como resultados, que o preço e promoções são fatores relevantes que motiva o consumidor a abastecer.

A partir deste estudo, os gestores dos postos de combustíveis poderão aproveitar as informações para entender e conhecer mais os seus clientes, com objetivo de alcançar cada vez mais melhorias nos atributos que foram avaliados, e deixando os consumidores satisfeitos, pois com a evidente competitividade de mercado, informações sobre os consumidores tornam-se essenciais para a empresa desenvolver estratégias de captar e reter clientes tendo, por consequência, resultados de sucesso.

Contudo, é necessário apresentar as limitações do estudo. Inicialmente é preciso destacar que o estudo é transversal, assim os dados foram coletados em um determinado período de tempo, sendo interessante que o mesmo seja efetuado de forma longitudinal, para avaliar a percepção dos clientes frente aos fatores estudados ao longo do tempo, pois à medida que o tempo passa a percepção dos consumidores pode sofrer alterações, visto que, os indivíduos sofrem influências constantemente (SANTOS, 2013). Também é importante ressaltar, que os resultados deste estudo não podem ser generalizados com precisão para toda população da pesquisa, por ter sido utilizado métodos de amostragem não probabilísticos, ou seja, os indivíduos empregados na pesquisa foram selecionados por estarem prontamente disponíveis (HAIR, 2003).

Sugere-se como pesquisas futuras estudos voltados para outros ou mais atributos que não tenham sido considerados nesta pesquisa, mas que possua relevância na percepção dos consumidores para escolher um posto de combustível. Outra sugestão seria aumentar o tamanho da amostra para obter mais percepções dos consumidores, ampliando os estudos de forma em geral do setor de postos de combustíveis. Além disso, sugere-se ainda que a pesquisa seja realizada com consumidores dos postos apenas de uma determinada bandeira.

8 REFERÊNCIAS

BASSO, Kenny; ESPARTEL, Lélis Balestrin. O uso de traços de personalidade para diferenciação de consumidores em níveis de lealdade distintos. **CONTEXTUS - Revista Contemporânea de Economia e Gestão**. Ceará. v. 13, n.1, p. 1-27, Jan/Abr, 2015.

BATESON, John E.G.; HOFFMAN, Douglas K. **Princípios de marketing de serviços: conceitos, estratégias e casos**. 4º ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

CARVALHO, Pedro Luiz Costa. Análise da qualidade do serviço de um posto de gasolina do município de Machado - MG. **Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer** - Goiânia, vol.7, N.12, 2011.

CORSO, Roberto. **Satisfação de clientes em um posto de serviço: Um estudo na Serra Gaúcha**. 2004. 111 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia). Mestrado Profissionalizante em Engenharia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2004.

DENATRAN, **Departamento Nacional de Trânsito**.2016. Frota por UF. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/frota2016.htm> Acesso em: 01Jun. 2016.

DOMINGUEZ, Sigfried Vasques. O valor percebido como elemento estratégico para obter a lealdade dos clientes. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, v.07, nº 4, out/dez., 2000.

FREITAS, Andressa Battista de.; AULER, Daniel Pedro. Marketing de relacionamento aplicado aos serviços educacionais: um estudo de caso no instituto xyz. **Gestão Contemporânea**, Vila Velha, v.5, n.1, p. 174-202, abr., 2015.

GIANESI, Irineu G. N.; CORRÊA, Henrique L. **Administração estratégica de serviços**. São Paulo: Atlas, 1994.

GRÖRNOOS, Christian. **Marketing gerenciamento e serviços**. 3 eds. Rio de Janeiro: Campus. 2009.

HAIR, J.F.; BABIN, B.J.; MONEY, A.H. and SAMOUEL, P. **Essentials of Business Research Methods**. Wiley. New York. NY. 2003.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de serviços e comércio. Cidades do Espírito Santo. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=320060>> Acesso em: 01 Jun. 2016.

LAS CASAS, Alexandre L. **Marketing – Conceitos, Exercícios e Casos**. São Paulo: Editora Atlas. 2008.

LANA, Rogério Adilson; SEVERO, Tatiane de Lima. Análise da qualidade dos serviços: estudo de caso em uma escola de ensino médio de Blumenau. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.3, n.4, p.24-37, 2009.

LORIATO, Hannah Nicchio. et al. Marketing de Relacionamento: Um estudo de caso em uma loja atuante no varejo de artigos de decoração. **Qualitas Revista Eletrônica**. Campina Grande. v .16, n. 2, p. 91-115. Jul/Set - 2015.

MELLO, Luciana T. C. **Fatores que influenciam a fidelidade dos clientes em uma rede de postos de combustíveis de Natal/RN**. 2013. 113 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Pós-Graduação em Mestrado em Engenharia de Produção. Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro. Rio Grande do Norte. Natal. 2013.

MENDES, Gabriel Aguiar.; AQUINO, Christian Avesque. Comportamento do consumidor uma análise das principais influencias individuais e coletivas. **Essentia Revista de Cultura, Ciência e Tecnologia**, Sobral, vol. 15, nº 2, p. 11-23, dez. 2013/maio 2014.

MIRANDA, Candida L. **Satisfação do cliente em supermercados: A avaliação da qualidade dos serviços**. 2001. 196 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia). Pós-Graduação em Mestrado em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2001.

OLIVEIRA, Alessandro Silva. et. al. A qualidade percebida pode ser um antecedente direto da lealdade assim com a satisfação? Um estudo em processo de compra no varejo. **Revista Gesto e Planejamento**. Salvador. v.6, n. 2, p. 134-148. Mai/Ago. 2015.

PALADANI, João Sivestre dos Santos. **Priorização de indicadores de desempenho empresarial baseado na satisfação do cliente**. 2002. 160 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia). Mestrado Profissionalizante em Engenharia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2002.

PASTERNAK, Vagner Jonas; BUTTENBENDER, Pedro Luís. Índice de satisfação dos clientes de uma rede de posto de combustível - Caso de uma cooperativa. **Revista UNIJUÍ**. Rio Grande do Sul. v.2, n.2. Nov - 2015.

PATRÍCIO, Gustavo de C. **Preferência do consumidor em posto de gasolina: um levantamento no posto Águia Dourada**. 2003. 154 p. Dissertação (Mestrado em Administração). Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2003.

PINHEIRO, Ana Flávia Andrade. A interferência da crise econômica no comportamento do consumidor, em relação aos pequenos comércios locais. **SADJSJ - South American Development Society Journal**, vol. 2, nº.5, p.27-41.2016.

PINTO, Marcelo de Resende. et. al. Consumer Culture Theory (CCT) no contexto das experiências de consumo de serviços: Em busca de uma agenda de pesquisa.

Revista Interdisciplinar de Marketing – RIMAR. Maringá. v.5, n.2, p. 49-68, Jul./Dez. 2015.

RAIMUNDO, Lívia Maria Borges; BATALHA, Mário Otávio. Mercado de carne suína na cidade de São Paulo: segmentos e estratégias. **Gestão e produção.** São Carlos, SP. v. 22, n. 2, p. 391-403, 2015

RIBEIRO, José Luis Duarte; MACHADO, Cássio Oliveira; TINOCO, Maria Auxiliadora Cannarozzo. Determinantes da satisfação e atributos da qualidade em serviços bancários. **Gestão e produção.** São Carlos, SP. Vol. 17, n. 4 (out./dez. 2010), p. 775-790, 2010.

RESENDE, José Flávio Bontempo. Marketing de Serviços. **Revista Eletrônica de Gestão.** [S. l.] .v. 2, n.1, p. 1-15, 2005.

SANTOS, Andreia Otelina Gomes. **O impacto da experiência dos consumidores no comportamento do consumidor: Um estudo entre clientes SEPHORA.** 2013. 158 p. Dissertação (Mestrado em Economia) Pós-Graduação em Economia. Universidade de Coimbra. Coimbra - Portugal. 2013.

SOARES, Júlio Cesar V.; ZAMBERLAN, Luciano. A Qualidade dos Serviços Prestados em um Posto de Combustíveis: Uma Mensuração da Zona de Tolerância. **Revista de Administração da UNIMEP.** v. 2, n. 3, p.105 - 125. Set/Dez - 2004.

SU, Alexandre Fun Ghi; SAMPAIO, Mauro. Adaptação cultural e validação dos construtos: serviço logístico, satisfação e lealdade. **Gestão & Produção,** v. 20, n. 3, p. 587-601, 2013.

TONTINI, Gérson; ZANCHETT, Ricardo. Atributos de satisfação e lealdade em serviços logísticos. **Gestão e Produção,** v. 17, n. 4, p. 801-816, 2010.

ZEITHAML, Valerie A.; BITNER, Mary J. **Marketing de serviços: a empresa com foco no cliente.** 2ª Ed. Porto Alegre: Bokman, 2003.

GERENCIAMENTO DE PROJETOS, UMA FERRAMENTA ESTRATÉGICA: ESTUDO DE CASO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.

Irys Borlini Sirtuli¹

Leticia Ricatto Bragatto²

Rachel Borlini Sirtuli³

Robson Moro Aioffi⁴

RESUMO

O cenário sócio econômico mundial sofre constantemente rápidas mudanças, frente a esta realidade as micro e pequenas empresas e seus gerentes são obrigados a adotarem ou criarem instrumentos que os auxiliem a sobreviver e a se adaptar a esta nova situação. Para as micro e pequenas empresas o choque destas mudanças pode ser fatal, assim sendo, este estudo se mostra importante pois a utilização da Gestão de Projetos como uma ferramenta estratégica para as micro e pequenas empresas é apresentado como um ótimo recurso para evitar a mortalidade, promover o crescimento e auxiliar os processos de mudança. Este artigo avalia o nível de maturidade em gestão de projetos de micro e pequenas empresas de diversos ramos, pertencentes a região de Ibiraçu, João Neiva e Aracruz, e mostra como o gerenciamento de projetos pode ser uma excelente ferramenta estratégica. Foram estudadas sete (7) empresas e os resultados indicam baixos níveis de maturidade em gestão de projetos, foi verificado que as empresas têm conhecimento sobre o gerenciamento de projetos porem a utilização das práticas do gerenciamento formalizada ainda não é uma realidade.

Palavras-chaves: gerenciamento de projetos; micro e pequenas empresas; maturidade.

¹ MBA em Gerenciamento de Projetos – Administradora - irysbs@hotmail.com

² MBA em Gerenciamento de Projetos - Engenheira Civil - leticiarbbragatto@gmail.com

³ MBA em Gerenciamento de Projetos - Engenheira de Produção - rachel.rbs@gmail.com

⁴ Faculdades Integradas de Aracruz - robson.moro@fsjb.edu.br

ABSTRACT

The world socio-economic scenario constantly undergoes rapid changes. Faced with this reality, micro and small enterprises and their managers are obliged to adopt or create instruments to help them survive and adapt to this new situation. For micro and small companies, the impact of these changes can be fatal, so this study is important because the use of Project Management as a strategic tool for micro and small companies is presented as a great resource to avoid mortality, Promote growth and assist change processes. This article evaluates the level of maturity in project management of micro and small companies from several branches, belonging to the region of Ibirajú, João Neiva and Aracruz, and shows how project management can be an excellent strategic tool. Seven (7) companies were studied and the results indicated low levels of maturity in project management, it was verified that companies have knowledge about project management, but the use of formal management practices is not yet a reality.

Keywords: project management; micro and small enterprises; maturity.

INTRODUÇÃO

Micro e pequenas empresas são organizações compostas por um número baixo de funcionários, quase sempre liderados por um empreendedor responsável pela concepção do negócio. Segundo Kruglianskas, Rimoli e Sbragia (1996), estas empresas exibem algumas particularidades comuns como: capacidade produtiva restrita, carência de economias de escala, poder de barganha limitado, bem como a disparidade de suas necessidades, que as colocam em condição de possível desvantagem competitiva.

São poucos os estudos que mostram quais os fatores cruciais de sucesso na gestão de projetos. Conforme Leone (1999), os melhores métodos de gestão para pequenas empresas apenas podem ser indicados a partir do atendimento de suas especificidades, ou seja, de suas características essenciais.

As empresas hoje vivem em um ambiente que apresentam rápidas transformações. As novas mudanças que rodeiam as empresas são prolongadas pelo mercado e economia

globalizados. Com isso, surgem a cada dia novas práticas e tecnologias em diversas áreas, como por exemplo, na produção, administração e gerenciamento. É comum vermos empresas sendo surpreendidas e procurando se moldarem ligeiramente nesse novo ambiente competitivo, com o objetivo de atender ao consumidor. Este panorama de aceleradas modificações representa para as empresas oportunidades e ameaças (SEBRAE, 2014).

Frente estas oportunidades e ameaças sabe-se que normalmente as grandes empresas tem uma melhor estrutura para gerir um processo de mudança, por isso grande parte das pesquisas sobre o assunto estão focadas nessas empresas. Entretanto a realidade da maior parte das pequenas empresas é bem diferente (TOLEDO et al., 2008).

O presente estudo tem como problema norteador buscar responder qual o nível de maturidade das micro e pequenas empresas na região de Ibirajú, João Neiva e Aracruz, para saber como estas empresas vem utilizando o gerenciamento de projetos e se o mesmo ajuda no seu estabelecimento no mercado.

Um estudo ligado as micro e pequenas empresas fundamenta-se devido a sua significativa notabilidade sócio econômica no país. Existem cerca de 8,9 milhões de micro e pequenas empresas no Brasil. O que representa 52% dos empregos de carteira assinada no setor privado e 40% dos salários pagos. Os micro e pequenos negócios representam 27% do PIB, o que corresponde a mais de um quarto do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro (SEBRAE/SP, 2014).

Com o intuito de auxiliar estas empresas a se desenvolverem o objetivo geral do nosso estudo é analisar como as micro e pequenas empresas da região de Ibirajú, João Neiva e Aracruz utilizando o gerenciamento de projetos. Os objetivos específicos são:

- Desenvolver um questionário qualitativo, que proporcione medir a maturidade da gestão de projetos nas micro e pequenas empresas da região de Ibirajú, João Neiva e Aracruz.
- Expor evidências de que o gerenciamento de projetos é utilizado por pequenas empresas, sendo utilizado como forma para o crescimento.
- Identificar por meio dos resultados apresentados, quais são as principais dificuldades para a utilização do gerenciamento de projetos nas micro e

pequenas empresas, com o objetivo de desenvolver novos processos e artifícios adaptados às necessidades destas empresas.

Segundo Toledo (2008) grande parte das pesquisas feitas sobre o tema está focada em grandes empresas que, normalmente, possuem melhor estrutura para a gestão de processos de mudança. Porém a realidade da maior parte das micro e pequenas empresas é bem distante. Pode-se destacar então, este estudo como importante na área acadêmica, chamando a atenção para que o Planejamento de Projetos, para que possa ser voltado também para as micro e pequenas empresas auxiliando melhor a forma como irão agir no mercado, desta forma, esta pesquisa mostra-se como um bom recurso para auxiliar promovendo o crescimento, evitando a mortalidade e melhorando os processos de mudança.

O Gerenciamento de Projetos é essencial para as empresas, pois um projeto que é idealizado errado, não poderá ser concertado, desta forma, essa ferramenta auxilia para evitar alguns problemas, além de ser um diferencial competitivo para que a empresa possa estar sempre atuando no mercado. Segundo Kerzner (2006) onde existe globalização, existe concorrência além de desenvolvimento tecnológico. Com isso o gerenciamento de projetos se torna eficiente, indispensável e um dos amplos desafios no mercado atual.

2. EMBASAMENTO TEÓRICO

2.1. O cenário das Micro e Pequenas Empresas Brasileiras

As micro e pequenas empresas são as principais geradoras de riqueza no Comércio no Brasil, já que respondem por 53,4% do PIB deste setor. No PIB da Indústria, a participação das micro e pequenas (22,5%) já se aproxima das médias empresas (24,5%). E no setor de Serviços, mais de um terço da produção nacional (36,3%) têm origem nos pequenos negócios (SEBRAE/MT, 2014).

Alguns fatores têm colaborado para a forte expansão e o bom desempenho das micro e pequenas empresas na economia brasileira, dentre eles podemos destacar as novas oportunidades com a melhoria do ambiente de negócios, maior da escolaridade da

população e o crescimento do mercado consumidor, com a ampliação da classe média. (SEBRAE, 2014).

Apesar do ambiente para as micro e pequenas empresas estar se tornando benéfico no Brasil, é preciso levar em consideração os obstáculos que cercam o progresso das mesmas. De acordo com o SEBRAE-SP (2010) 27% das pequenas empresas fecham em seu 1º ano de atividade e 58% não completam o 5º ano de vida. Dentre os motivos declarados para as falências estão, falta de clientes/inadimplência 23%, falta de capital 20%, problemas com planejamento/administração 15%, problemas particulares 9%, problemas com sócios 9%, problemas legais 8%, impostos/encargos elevados 7%, falta de lucros 7%, concorrência forte 6%, encontrou outra atividade 3%, criminalidade nas redondezas 3%, crise econômica 2% e outros motivos 7%.

Este estudo aponta as principais causas que ocasionam a mortalidade das empresas, que são o comportamento empreendedor onde falta o aprimoramento das características empreendedoras, a falta de planejamento prévio que acaba por ocasionar um projeto com algumas deficiências, uma gestão de negócios deficiente, problemas particulares e pessoais do proprietário, problemas com os sócios, necessidade de ampliação da cobertura das políticas de apoio e mudanças na conjuntura econômica SEBRAE-SP (2008).

2.2. Conceituação de Gestão de Projetos

Se observado a construção das pirâmides, as grandes navegações e o êxodo dos Hebreus verificamos que existiu a gestão de projetos, evidenciando que a gestão de projetos se encontra desde a antiguidade. Ainda que a gestão de projetos se reporte a antiguidade, ela só foi sistematizada com os projetos de construção de bomba e com o programa espacial norte americano no século XX (SILVA e MATAMOROS, 2010).

De acordo com Thiry-Cherques (2008), apesar dos achados de documentos sobre projetos há 6000 mil anos na Mesopotâmia, a gestão de projetos praticada no século XXI possui 4 vertentes que são identificadas como: a dos projetos de progresso econômico, a de engenharia, a de investimentos e a de planificação e cooperação internacional realizada pelos europeus.

Marcado por períodos turbulentos, nas décadas finais do século XX ocorreram grandes mudanças, como a globalização que desmanchou fronteiras e diminuiu a competitividade, tornando-a agressiva. Diante disso, muitas organizações extinguiram-se e as que permaneceram passaram por uma forte mudança. Valeriano (2005, p. xiii) afirma que “as mudanças intencionais, por sua vez, somente podem ser proporcionadas por projetos”.

Certo que o projeto é o veículo de mudanças imediatas e não positivas, os empreendimentos necessitam cada dia mais do gerenciamento de projetos. Ainda que algumas práticas corriqueiras possibilitem avanços cautelosos, apenas as gestões de projetos propiciam mudanças que alcançam patamares mais altos (VALERIANO, 2005). A definição de projeto possui variações, dessa forma alguns autores conceituam projeto conforme a relação abaixo.

- a)** Thirty-Cherques (2008, p.15): “projeto é uma organização transitória, que compreende uma sequência de atividades dirigidas à geração de um produto ou serviço singular em tempo dado”.
- b)** Maximiano (1997, p.20): “empreendimentos finitos, que têm objetivos claramente definidos em função de um problema, oportunidade ou interesse de uma pessoa ou de uma organização”;
- c)** Duffy (2006, p.8): “se refere a um conjunto de atividades relacionadas umas as outras, envolvendo habitualmente um grupo de pessoas que trabalham em conjunto em alguma coisa que será realizada uma única vez, durante um período que vai de um a dezoito meses”;
- d)** PMI – Project Management Institute (PMI-PMBOK, 2013, p.3) e Keeling (2008, p.3): “projeto é um esforço temporário para criar um produto, serviço ou resultado único”.

Dessa forma, projeto pode ser definido como um montante de atividades desenvolvidas com um objetivo comum, criado por uma exigência externa e/ou interna à organização, que possui início e fim deliberado e depende de recurso característico. O projeto é uma estrutura temporária dentro de um empreendimento, ou seja, é uma estrutura que será eliminada ao final do mesmo.

Por se tratar de um empreendimento temporário, o projeto possui um ciclo de vida que compreende os seguintes processos: iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle, e encerramento (PMI-PMBOK, 2013).

Segundo Kelling (2008), cada processo possui seus atributos e obrigações, sendo que no decorrer do projeto os recursos e tempo consumidos aumentarão e o prazo e o capital diminuirão.

É comum que não sejam identificadas as verdadeiras necessidades do cliente ou da empresa para início do projeto, ocasionando soluções que quando executadas, na maioria das vezes, não alcançam excelentes resultados, por essa razão, conhecer os objetivos concretos possibilita a designação da solução adequada (MENEZES, 2007).

O início de um projeto deve possuir conceitos determinados, apesar do projeto possuir característica de “uma máquina de mudanças” (KELLING, 2008). Dessa forma, o seu desenvolvimento deve ser originado a partir uma imposição que deve ser analisada, examinada e discutida, ou seja, o princípio para um projeto de sucesso.

Um bom projeto deve conter um escopo coerente e claro. Isso acontece quando o projeto possui todo o trabalho necessário, somente o necessário, para finalizar o projeto com sucesso (PMI-PMBOK, 2013, p.105).

2.3. Gerenciamento de Projetos como ferramenta estratégica

Muitas são as justificativas do êxito ou da ruína dos empreendimentos, sendo exposto por Vian, Pelegriano e Paiva (2008) que algumas empresas não prosperam devido à má eficiência administrativa no que tange falta de recursos financeiro, dificuldade em realizar mudanças e falta de profissionais empreendedores nos cargos de direção.

Diante disso, a decisão de implantação de um projeto depende da personalidade do profissional que toma as decisões, da situação que esta circundado e do modo que entende a situação (CHIAVENATO, 2005).

Conhecer as fases que caracterizam as tomadas de decisões pode auxiliar no sucesso de um projeto. Segundo Lousada e Valentim (2011) quando utilizado o modelo racional de decisões, nas etapas são desenvolvidas e discutidas as seguintes questões: o problema, as alternativas, custos e vantagens das alternativas, e as lições aprendidas

para situações similares. Após a escolha da melhor alternativa, deve ser realizado o monitoramento da decisão, que abrange a análise e acompanhamento dos resultados.

De acordo com Thiry-Cheques (2008), os motivos para dar início a um projeto devem ser claros, e se referem principalmente a oportunidade de mercado, ao atendimento ao cliente ou ao público, a necessidade de mudanças e aos avanços tecnológicos, ou seja, novos projetos são criados para obter respostas a desafios.

Para iniciação do projeto, a tradicional abordagem pode ser definida nos seguintes passos (JUNIOR E PLONSKI, 2011):

- a) Definição dos objetivos, metas e estratégias, ou seja, declaração de escopo que delibera os esforços que devem ser realizados para a entrega dos produtos/serviços;
- b) Estruturação da EAP (estrutura analítica de projeto), decomposição do escopo em pacotes de trabalhos organizados hierarquicamente;
- c) Alocação de recursos e prazos;
- d) Revisão do projeto e aprovação do responsável.

Preocupações com prazo, custo e qualidade são comuns nos empreendimentos, o que torna as práticas de gerenciamento de projetos mais notórias nas empresas. Essas três vertentes, também conhecida como o triângulo de ferro, são os principais indicadores de sucesso em um projeto (BERSSANETI et al., 2014)

Sendo assim, os projetos devem ser elaborados levando em consideração todas as variáveis envolvidas e possuir objetivos claros, subprodutos bem definidos, equipe com habilidade gerencial aplicando técnicas diferenciadas e ferramentas adequadas para o projeto, em prol de adquirir resultados e bom relacionamento com o cliente (JUNIOR et al., 2011).

2.4. Gerenciamento de Projetos em Micro e Pequenas Empresas

As micro e pequenas empresas são organizações que possuem grande diversidade de serviços prestados e são promissoras, neste contexto várias delas estão buscando adotar técnicas de gestão de projetos que possam aperfeiçoar os processos, buscando garantir qualidade, preço, comunicação e controle dos custos (MARTINS E SIQUEIRA, 2004).

Uma barreira frequentemente encontrada pelas empresas para a utilização da gestão de projetos é a inexistência de modelos ou padrões de referências aplicados em empresas do mesmo porte ou características similares. A maioria dos modelos existentes na literatura sobre o assunto são direcionadas a grandes empresas. Para conseguir implantar o gerenciamento de projetos que gere resultados bons nas empresas é importante que o GP formule bem o projeto, pois projetos bem formulados tendem a propiciar um maior desempenho ao GP, bem como influenciam as estratégias da organização (SOROOSHIAN e DODANGEH, 2013).

Além disso, é necessário um controle rigoroso de todos os projetos em andamento, acompanhando do destino dos recursos, colaboradores, controle de materiais gastos, uniformes e EPI's por projetos/obras. Com isso as empresas podem acelerar suas entregas e obter maior maleabilidade para executar projetos com melhor aproveitamento dos recursos e diminuindo custos (PMI, 2013).

Por se tratar de uma atividade criativa, para a configuração de projetos não pode ser bem realizada apenas seguindo as instruções de um texto, ela depende tanto da inventividade e da experiência de quem executa como do domínio técnico. Também não é um trabalho que ocorra sem esforço e demora. As pequenas empresas, naturalmente apresentam uma maior aversão ao risco, pois não possuem uma grande estrutura para suportar e superar as consequências de um erro ou insucesso. Por essa razão tendem a investir ou adotar menos projetos (THIRY-CHERQUES, 2008).

É comum ocorrer a descaracterização do problema ou a má identificação do mesmo, isso pode levar a empresa a considerar que o projeto fracassou ou que não terá sucesso antes mesmo de iniciá-lo, pois não conhece exatamente seu problema ou o ponto que deve ser melhorado. Existem ferramentas eficientes que auxiliam na identificação de problemas, como por exemplo, o diagrama de causa-efeito, porém, algumas vezes o problema é tão evidente que não é necessário à utilização de técnicas para identificá-lo (THIRY-CHERQUES, 2008).

As pequenas empresas apresentam clima e cultura organizacional bem características, por isso, os projetos devem considerar esses fatores, envolver uma grande equipe não é tarefa fácil, mas envolver uma equipe pequena (comum na pequena empresa) pode ser ainda mais difícil, os colaboradores devem acreditar e aceitar que são fatores

fundamentais para o sucesso da mudança. Segundo Kerzner (2006) “gestão de projetos é uma cultura e não um conjunto de normas e procedimento”, daí a importância de envolver e conscientizar todos os envolvidos criando um ambiente propício à mudança.

O perfil da liderança e a comunicação são outros pontos que merecem atenção especial. O papel do líder ou gerente de projetos é fundamental para o sucesso. O líder precisa encontrar um equilíbrio entre a preservação do patrimônio, reduzindo riscos, e o envolvimento dos colaboradores, pois um projeto se faz com o envolvimento de todos. O planejamento das comunicações de um projeto deve contemplar os seguintes itens: quais informações serão disponibilizadas, para quem, quando, como e onde (THIRY-CHERQUES, 2008).

Por muito tempo, a gestão de projetos foi considerada um processo inovador, mas estava muito longe de ser vista como essencial para a sobrevivência da empresa, segundo Valeriano (2005) “não faz muito tempo, os projetos eram ocasionais e muitas vezes repelidos e combatidos nas empresas, por perturbarem as rotinas existentes”, que investiam de forma relutante em alguns cursos e treinamentos com o intuito de proporcionar ao funcionário conhecimentos básicos em certas áreas específicas.

A utilização da gestão de projetos é uma boa ferramenta para promover crescimento e melhorias nas pequenas empresas (KERZNER, 2006, p. 54).

3. METODOLOGIA

Para realizar este estudo a metodologia utilizada foi pesquisa de campo, considerando a afirmativa de Ruiz (2011), onde são observados os fatos tal como ocorrem, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes para ulteriores análises. De acordo com Vergara (2004, p. 47) “pesquisa de campo é investigação empírica realizada no local onde ocorre um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo [...]”. Quanto aos objetivos, foi classificada como pesquisa descritiva, a qual os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem interferência do autor, com uso de técnicas padronizadas de coleta de dados (questionário e observação sistemática).

O estudo também é uma pesquisa bibliográfica a respeito de pequenas empresas, no Brasil e suas características e sobre o gerenciamento de projetos, considerando a afirmativa de Martins (2011), o qual diz que a pesquisa bibliográfica é o ponto de partida de qualquer pesquisa, levantando informações de fontes escritas, principalmente de livros e artigos publicados.

Para alcançar os objetivos propostos foi realizado o método de pesquisa qualitativa, através de questionário utilizado em pesquisa exploratória. Foram utilizados os parâmetros recursos humanos, metodologia, matérias/ recursos e meio ambiente, para detectar os principais itens que se relacionam com o sucesso ou fracasso dos projetos nas micro e pequenas empresas. A pesquisa classifica-se como fonte primária ou direta e secundária. Primária, pois foram coletados dados de forma direta dentro das empresas, e secundária devido à utilização de livros e artigos já publicados.

Foram apresentadas as fases e características do gerenciamento de projetos, uma vez que a pesquisa é o caminho para se conhecer a realidade ou para desvendar verdades parciais, para Lakatos (2008, p.43) pesquisar, “significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos”.

Em seguida, foi aplicada a pesquisa exploratória nas micro e pequenas empresas, a fim de identificar qual era a visão sobre o gerenciamento de projetos dentro das empresas e se este era utilizado, mesmo que de forma empírica. A pesquisa não foi realizada em um único segmento, já que, a intenção era detectar o comportamento do gerenciamento de projetos em áreas distintas.

A amostra escolhida para a pesquisa foram empresas de micro e pequeno porte, localizadas na região de João Neiva, Ibirajú e Aracruz – ES. Ao final, do total de 15 empresas que receberam o questionário, apenas 7 responderam à pesquisa, representando 46,67 % da população alvo. Essas empresas receberam os questionários através de correio eletrônico ou pessoalmente, sem haver contato entre o pesquisador e o entrevistado enquanto era respondido o questionário

A elaboração do questionário foi realizada diante das considerações adquiridas na revisão bibliográfica sobre pequenas empresas e gestão de projetos e também baseado em dois questionários, um realizado por Silva e Matamoros (2010, p. 28), que visa

“identificar a maturidade da gestão de projetos em empresas de pequeno porte, definindo seu papel na sobrevivência, desenvolvimento e crescimento das mesmas como ferramenta estratégica”, e o outro por Neto (2011), onde ocorre a avaliação de maturidade no gerenciamento de projeto em uma empresa de mineração do estado de Minas Gerais.

As perguntas do questionário foram produzidas com intuito de identificar e analisar a gestão de projetos nas empresas e sua maturidade, relacionando seu uso com intensidade de fracasso e sucessos dos projetos e a visão do responsável sobre o tema.

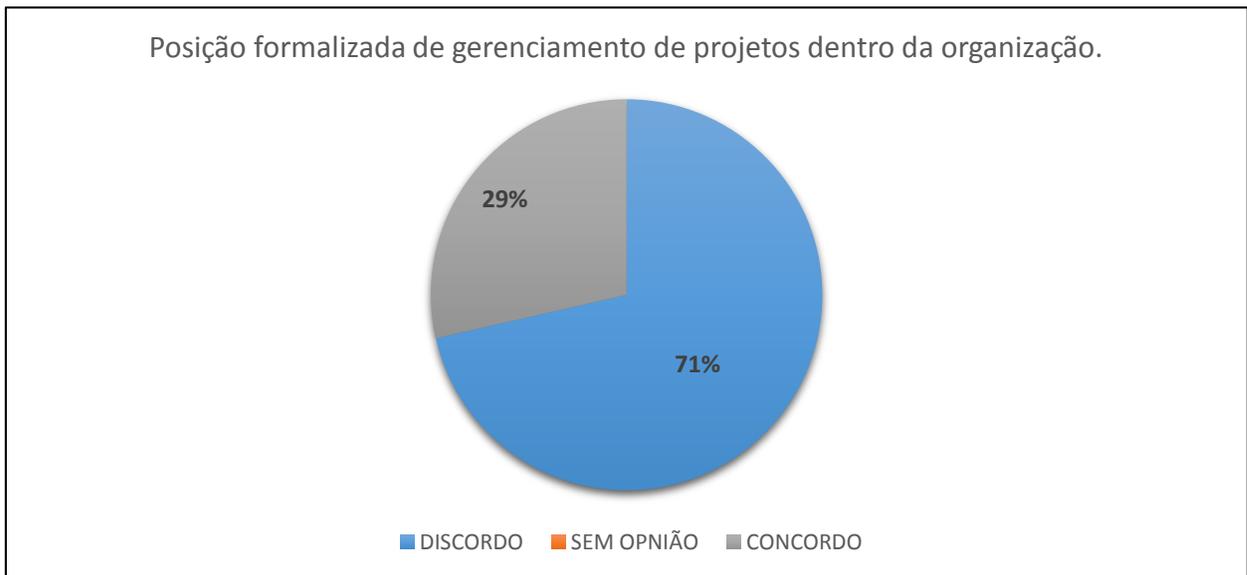
A cada questão foram dadas 7 opções de respostas, que variam de concordar absolutamente, não possuir opinião a discordar totalmente. A análise dos dados obtidos pelo questionário foi comparada com base em material teórico estudado. Após a coleta de dados, estes foram tratados com base em estatística descritiva e representados através de percentuais expressando os resultados.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

De acordo com as respostas obtidas nos questionários, foi possível verificar que as empresas possuem conhecimento sobre o gerenciamento de projetos, porém a utilização das práticas do gerenciamento formalizada ainda não é uma realidade das pequenas e microempresas.

As empresas utilizam de alguns conceitos do gerenciamento de projetos, porém não possuem uma estrutura voltada a esse tema dentro das organizações que instituísse o gerenciamento em todos os projetos e da melhor forma.

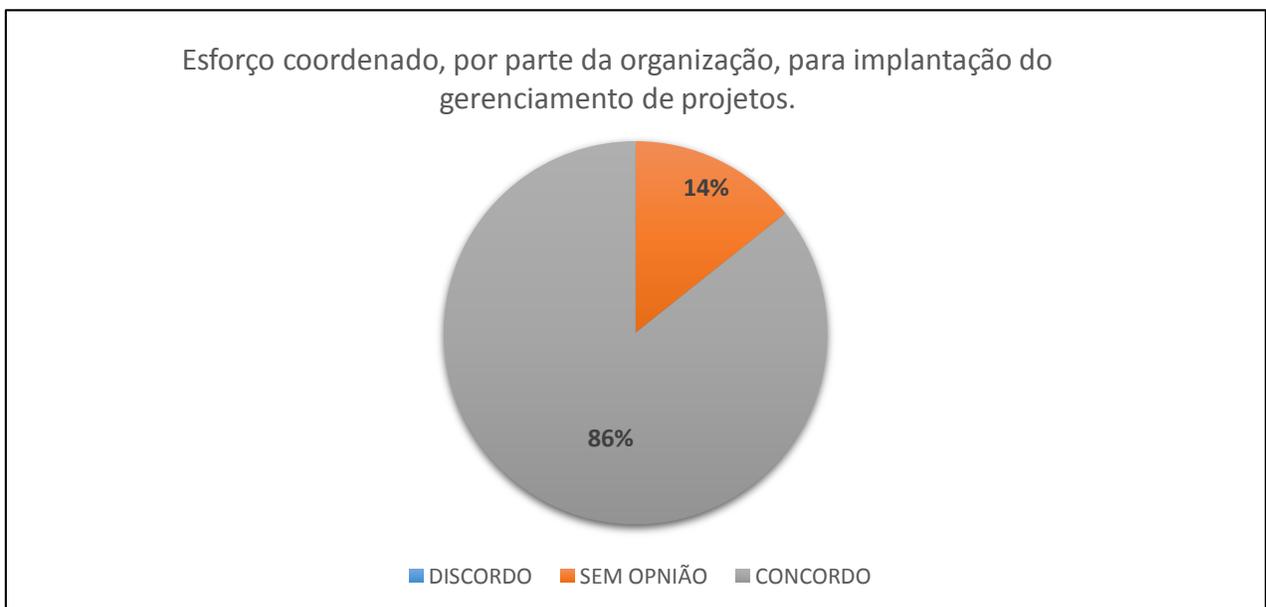
GRÁFICO 1 – FORMALIZAÇÃO DO GERENCIAMENTO DE PROJETOS



Fonte: Dados da pesquisa

Apesar disso, foi identificada, com base nas respostas dadas ao questionário que é comum entre essas empresas a vontade de implantação do gerenciamento de projetos, de forma que elas demonstram esforços para que isso aconteça, uma vez que a organização compreende e transmite os conhecimentos sobre o tema.

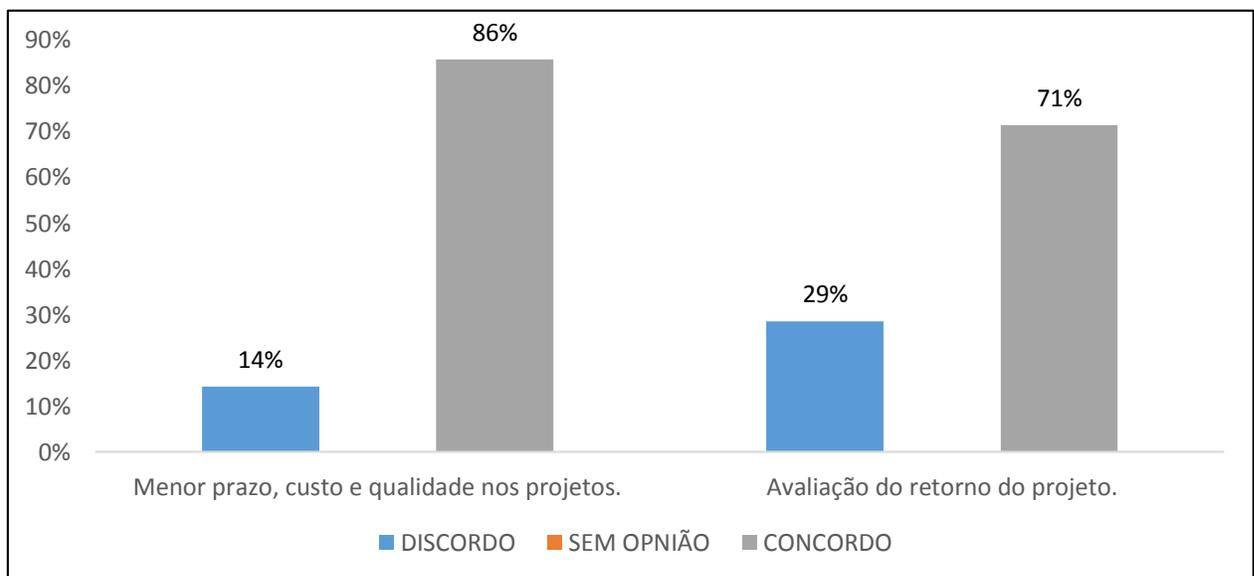
GRÁFICO 2 – ESFORÇO PARA IMPLANTAÇÃO DO GERENCIAMENTO



Fonte: Dados da pesquisa

Mesmo as organizações sabendo e desejando o gerenciamento de projetos, apenas a sua minoria, 29% (gráfico 1) de acordo com os dados levantados, é guiada pelas boas práticas do gerenciamento de projetos para execução de suas atividades, entretanto, a maioria acredita que possui bons resultados no que tange prazo, custo e qualidade dos seus projetos desenvolvidos. Isso se deve pelo hábito que a maioria dessas empresas tem de realizar estudos sobre o projeto, como a avaliação de lições aprendidas e do retorno do projeto.

GRÁFICO 3- AVALIAÇÕES SOBRE O PROJETO



Fonte: Dados de pesquisa

A maioria das empresas reconhece as vantagens que podem ser obtidas através da implantação do gerenciamento de projetos e admitem sua necessidade para administrar modificações, todavia as considerações quanto à aplicabilidade da ferramenta dentro das empresas se dividem, uma vez que grande parte dessas empresas não desfruta de uma metodologia para gerenciar projetos.

Quando o assunto é investir na metodologia, a maioria das empresas entendem que hoje não há necessidade, dado que o retorno aplicando apenas alguns métodos já é satisfatório e também por eles acreditarem que seria um alto investimento a ser empregado para implantar o gerenciamento dentro da empresa. Diante disso, a

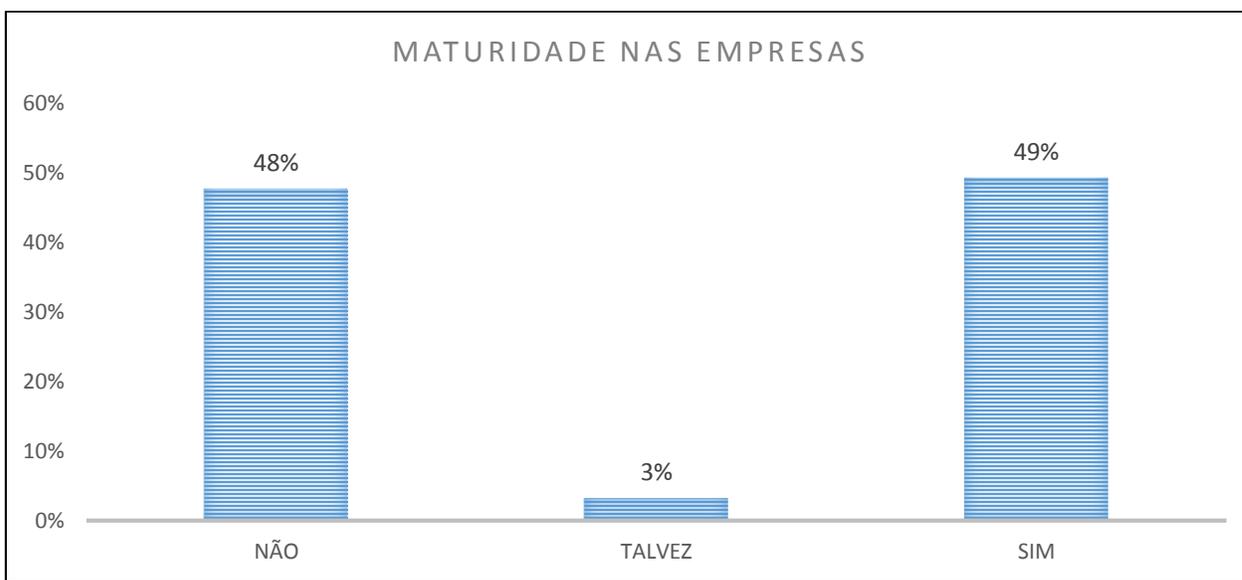
empresa não capacita os profissionais no âmbito do gerenciamento de projetos e não determina uma área específica para realizar o gerenciamento.

Mesmo que a experiência profissional e o espírito empreendedor façam-se fundamentais para o êxito de uma empresa a qualificação da mão de obra, embora para atividades transitórias, auxilia no crescimento. Os dados demonstram que, apesar das empresas terem expressado significativo crescimento de mercado, encaram grandes obstáculos nas horas de realizar mudanças, obstáculos estes que, poderiam ter sido mitigados ou evitados se fosse realizado mais planejamento.

Analisando o gerenciamento de mudança, foi possível observar que as empresas não o utilizam, sendo acostumados a trabalhar com necessidades momentâneas, não havendo plano de ação preventivo para ser utilizado caso surja situações inesperadas.

Em relação a maturidade das empresas, 49% das empresas acreditam possuir algum nível, mesmo que baixo, contrapartida 48% delas afirmam não possuir maturidade alguma, e 3% não souberam opinar sobre o assunto. Dessa forma, verifica-se que mesmo com os esforços da organização para a implantação do gerenciamento de projetos, quase a metade das empresas entrevistadas ainda se sentem leigos no assunto, o que comprava que o gerenciamento de projetos nas pequenas e microempresas é realizado de forma primitiva.

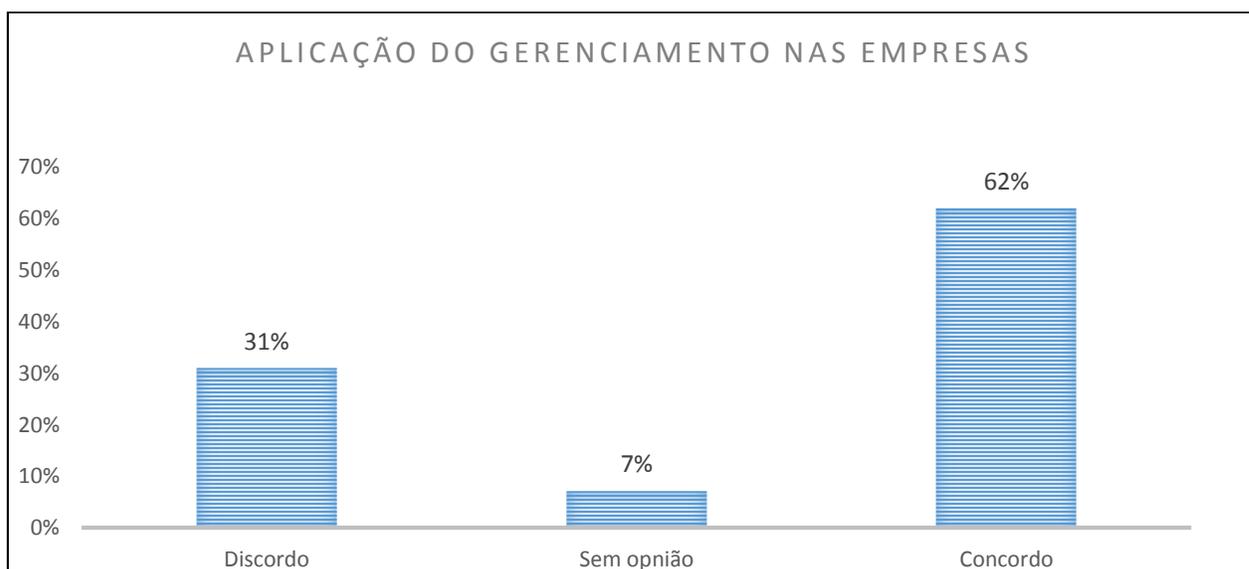
GRÁFICO 4 – MATURIDADE NAS EMPRESAS



Fonte: Dados de pesquisa

Após a análise de todo o questionário, conclui-se que mais da metade das empresas entrevistadas afirmam aplicar o gerenciamento de projetos em suas atividades, mesmo que sem treinamento, área focada para o gerenciamento e formalização do mesmo. Isso se deve, a pequenas práticas do gerenciamento de projetos que os gestores aplicam nessas empresas, uma vez que eles reconhecem as vantagens que elas podem proporcionar.

GRÁFICO 5 – APLICAÇÃO DO GERENCIAMENTO DE PROJETOS NAS EMPRESAS



Fonte: Dados de pesquisa

As informações obtidas viabilizaram notar algumas práticas de gestão de projetos nas micro e pequenas empresas, todavia, a pesquisa de campo manteve-se limitada as empresas de Ibirajú, Aracruz e João Neiva, Estado do Espírito Santo, que possuem bom desenvolvimento nos últimos anos, devido a prestação de novos serviços.

5. CONCLUSÃO

O estudo tem a finalidade de oferecer mais uma ferramenta que auxilia no crescimento e desenvolvimento das micro e pequenas empresas que tem papel significativo no cenário sócio- econômico do país.

A consideração sobre o tema abordado leva à ilação de que a gestão de projeto sem micro e pequenas empresas, na criação e desenvolvimento dessas, é uma ferramenta relevante e estratégica para o sucesso, uma vez que o bom planejamento e a inserção de novos projetos durante o desenvolvimento da empresa permite garantir um crescimento rígido e sustentável.

Toda organização intenciona a desenvolver-se terá que lançar mão de projetos, todavia, seria ilusão expressar que um projeto com boa administração e bom planejado é segurança de sucesso, uma vez que estamos cercados de condições sobre os quais não temos comando algum.

Um ponto em destaque, tem relação à baixa capacitação de pequenos empresários sem lidar com planejamento e a presença de uma repartição do mercado que deve ser explorada pelos profissionais da área de administração, já que em muitas empresas a gestão dos projetos é realizada de forma primitiva e por áreas distintas dentro da organização. Um serviço de consultoria com custo competitivo e adequado a carência do público alvo sem dúvidas teria boa aceitação, garantindo reconhecimento profissional e rentabilidade para ambas as partes.

Apesar de a pesquisa ser um estudo de caso que abrangeu apenas sete empresas dos municípios de Ibiraçu, João Neiva e Aracruz, ela apresenta um indício de que o gerenciamento de projetos está presente nas micro e pequenas empresas, mesmo que informalmente, sendo desejo dessas empresas a implantação das melhores práticas. Contrapartida eles entendem que a aplicação do gerenciamento de projetos despenderia de recursos que hoje eles não veem como uma necessidade ou oportunidade. Essa falta de maturidade em optar pela aplicação das boas práticas, deve-se aos bons resultados obtidos pelas empresas utilizando apenas algumas vertentes do gerenciamento de projetos.

Dessa maneira, espera-se que os seguimentos apresentados possibilitem somar-se conteúdo sobre os fatores de sucesso que auxiliam no desenvolvimento e melhorias nas micro e pequenas empresas, reduzindo os fracassos das empresas e aumentando a maturidade das mesmas em relação ao gerenciamento de projetos e assim obter maior atenção dos empreendimentos brasileiros.

Observou-se a seguinte questão como principal fator limitante da pesquisa: poucas empresas participantes, sendo necessário para pesquisas futuras a aplicação dos questionários em uma região com mais empresas inseridas;

Para pesquisas futuras, recomenda-se aprofundamento dos estudos sobre o questionário a ser aplicado, de forma a se desenvolver uma comparação entre a presença de técnicas e ferramentas específicas que proporcionam o crescimento da maturidade das empresas.

6. REFERÊNCIAS

BERSSANETI, F. T.; ASSUMPÇÃO, A.; NAKAO, O. S. **Engenharia e construção: quais variáveis contribuem para o sucesso dos projetos executados atualmente no Brasil?** Gest. Prod., São Carlos, v. 21, n. 1, p. 95-109, 2014

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. **Gestão de pessoas:** e o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DUFFY, M. **Gestão de projetos.** Arregimente os recursos, estabeleça prazos, monitore o orçamento, gere relatórios: soluções práticas para os desafios do trabalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

JUNIOR, L. J. M.; PLONSKI, G. A. **Gestão de projetos em empresas no Brasil: abordagem “tamanho único”?** Gest. Prod., São Carlos, v. 18, n. 1, p. 1-12, 2011

JUNIOR, R. R.; CARVALHO, M. M.; RODRIGUES, I.; SBRAGIA, R. **A organização da atividade de gerenciamento de projetos: os nexos com competências e estrutura.** Gest. Prod., São Carlos, v. 18, n. 2, p. 409-424, 2011

KEELING, R. **Gestão de Projetos:** uma abordagem global. São Paulo: Saraiva, 2008.

KERZNER, H. **Gerenciamento de projetos: uma abordagem sistêmica para planejamento, programação e controle.** 10ª ed. São Paulo: Editora Blucher, 2011, 657 p.

LAKATOS, E.M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatórios, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LOUSADA, M.; VALENTIM, M. L. P. **Modelo de tomada de decisão e sua relação com a informação orgânica**. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.16, n.1, p.147-164, jan./mar. 2011

MARTINS, Sergio; SIQUEIRA, Viviane. **A gestão de projetos como instrumento de planejamento e comunicação em pequenas empresas: Um estudo no setor metalúrgico**. VII SemeAD. São Paulo, 2004 Disponível em: http://sistema.semead.com.br/7semead/paginas/artigos%20recebidos/Adm%20Geral/ADM31_A_Gest%20de__projetos_S%20Sergio_Martins.PDF, 2004. Acesso em 25 de junho de 2017.

MAXIMIANO, A.C.A. **Administração de projetos: transformando ideias em resultados**. São Paulo: Atlas, 1997.

MENEZES, L.C.M. **Gestão de Projetos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NETO, J.C.A.S. **Avaliação de Maturidade No Gerenciamento de Projetos em uma Empresa de Mineração em Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2011.

SILVA, S.A.A.M.; MATAMOROS, E.P. **Gestão de Projetos como ferramenta estratégica para pequenas empresas**. *Revista de Ciências Gerenciais*, v.14, n.20, p. 27-47, 2010.

THIRY-CHERQUES, H.R. **Projetos culturais: técnicas de modelagem**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PMI. Project Management Institute. **Um guia do conjunto de conhecimentos em Gerenciamento de Projetos (PMBOK Guide)**. EUA: PMI, 2004.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE – PMI-PMBOK. **A guide to the Project management body of knowledge**. 5. ed. Newton Square: PMI, 20013.

SOROOSHIAN, S.; DODANGEH, J. Modeling on performance drivers of project management. **Advances in Natural and Applied Sciences**, v. 7, n. 2, 2013, p. 126-130.

SARAIVA, E. Resenha: - Sobreviver ao trabalho - (Hermano Roberto Thiry-Cherques - 2004). **Cadernos EBAPE.BR**, v. 2, n. 3, p. 1-2, 2004

VALERIANO, D.L. **Moderno gerenciamento de projetos**. São Paulo: Person Prentice Hall, 2005.

VIAN, A.E.F.; PAIVA, C.C.; PELLEGRINO, A.C.C.T. **Economia**: fundamentos e práticas aplicados à realidade brasileira. Campinas: Alínea, 2008.

SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA – SEBRAE/SP. 10 anos de Monitoramento da Sobrevivência e Mortalidade das Empresas. São Paulo: SEBRAE/SP, 2008. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/10_anos_mortalidade_relatorio_completo.pdf>. Acesso em 03 de janeiro 2017.

TOLEDO et al. Revista Gestão & Produção, São Carlos, v.15 n.1. Universidade Federal de São Carlos jan./abr.2008. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA – SEBRAE. Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira. SEBRAE/2014 Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acesso em 05 de janeiro de 2017.

KERZNER, H. Gestão de projetos: As melhores práticas. Porto Alegre: Bookman, 2006.
MARTINS, Rosilda Baron. **Metodologia científica**: como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos. Curitiba: Juruá, 2011.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica**: guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

O ANTIGO SEMINÁRIO DOS PADRES COMBONIANOS, IBIRAÇU (ES): ARQUITETURA E FÉ NO DOMÍNIO DA PAISAGEM¹

Fabiano Vieira Dias²

Tatiany Barth Simão³

RESUMO

Esse artigo apresenta estudo histórico, arquitetônico e paisagístico sobre o prédio do antigo Seminário Comboniano na cidade de Ibiráçu (ES), destacando a influência da presença dos padres combonianos na região e a paisagem singular que seu prédio construiu na cidade, através da análise tipológica de sua arquitetura e a sua relação com o entorno. Correlaciona-se por aproximação tipológica o estudo desse prédio religioso com outros templos católicos dentro da cidade e da história capixaba. A história que envolve a chegada dos combonianos e o desenvolvimento da cidade estão diretamente ligados, por conta da origem daquele povo, de sua fé cristã, educação e política.

Palavras-chave: Arquitetura, Paisagem, Ibiráçu, Seminário, Combonianos

ABSTRACT

This article presents a historical, architectural and landscape study about the building of the former Comboni Seminary in the city of Ibiráçu (ES), highlighting the influence of the presence of the Comboni priests in the region and the unique landscape that their building built in the city, through the typological analysis of its architecture and its relationship with the environment. The study of this religious building with other Catholic temples within the city and the history of Espírito Santo is correlated by typological approximation. The history surrounding the arrival of the Comboni

¹ Esse artigo é parte integrante da pesquisa desenvolvida pelas Faculdades Integradas de Aracruz (Faacz), entre os anos de 2016-2017, intitulada "O sagrado, a fé e o domínio da paisagem: Os exemplos da Igreja do Rochedo e o Seminário Comboniano de Ibiráçu (ES)".

² Professor e Arquiteto-Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU UFES, Curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades Integradas de Aracruz (FAACZ), fvieira@fsjb.edu.br

³ Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades Integradas de Aracruz (FAACZ), e formada pela FAACZ no ano de 2017, tatybarth@yahoo.com.br

Missionaries and the development of the city are directly linked, because of the origin of the people, their Christian faith, education and politics.

Keywords: *Architecture, Landscape, Ibirapu, Seminary, Combonians*

INTRODUÇÃO: ORIGENS

Chegados a cidade de Ibirapu, no norte do Espírito Santo, em 1954, os padres e missionários combonianos, juntamente com moradores da cidade, construíram ali o edifício de sua sede religiosa que, por muitos anos, serviu como seminário na formação de novos padres, e hoje, após a saída dos padres combonianos, é sede do Instituto Espírito Santo de Inovação Social (IESIS), propriedade da Diocese de Colatina.

A grande edificação comboniana marca a paisagem urbana da cidade de Ibirapu, por sua implantação em um promontório elevado em relação a cidade, com aproximadamente 26 m de altura (e 42 m em relação ao nível do mar)⁴. O prédio em si, possui 4 mil m² de área construída e mais de 15 mil m² de área verde ao redor. Está situado em lugar estratégico, podendo ser visto de vários locais da cidade e observado por aqueles que caminham ou circulam em veículos automotores pela cidade. Para aqueles que não conhecem a história da cidade ou a procedência da singular edificação no alto do morro, é comum a atração por sua arquitetura que difere do entorno edificado.

A missão dos Combonianos chegou ao Brasil em 1951 (MUNARI, 2007, p. 22), e a cidade de Ibirapu em 1954 (MUNARI, 2007, p. 262), com o objetivo de formar missionários e dar continuidade aos ensinamentos de Daniel Comboni⁵ (1831-1881), “um jovem missionário italiano que, com seu entusiasmo, parecia querer revolucionar as técnicas da evangelização na África” (MUNARI e COSTA, 2015, p. 9). Com as dificuldades encontradas nas terras africanas, como pestes, doenças, clima, terrenos e matas desconhecidas, povos em conflito, Daniel Comboni percebeu que poderia,

[...] criar na África, em lugares estratégicos e acessíveis, também aos missionários europeus, estruturas onde fosse

⁴ Essa medida foi constatada tendo-se como base o programa Google Earth® da Google®, dentro de seus limites de precisão.

⁵ Daniel Comboni foi canonizado pelo Papa João Paulo II no dia 05 de outubro de 2003 (MUNARI e COSTA, 2015, p.42).

possível preparar pessoas que, bem formadas e animadas, voltassem para as suas regiões e se tornassem eles mesmos sujeitos da missão e da evangelização do continente (MUNARI e COSTA, 2015, p. 28).

Sugiram assim os seminários combonianos, institutos femininos e masculinos, colégios e universidades em território africano, que mais tarde se expandiram para a América. No Brasil, tudo começou com a chegada do missionário comboniano, Pe Rino Carlesi, que de acordo com Munari (2007, p. 22-29), desembarcou no Rio de Janeiro em março de 1951 vindo de Portugal⁶. Ele procurava ajuda financeira para a construção de um seminário em Viseu, Portugal, e acabou sendo convidado pelo então núncio do Brasil, Dom Carlos Chiarlo a uma missão no Brasil, mais exatamente no sul do Maranhão⁷, porém tendo a cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, como local de apoio. Ao procurar o bispo de Vitória, Dom Luis Scorteganha, este lhe ofereceu uma paróquia na cidade de Serra, vizinha a Vitória. Em setembro daquele mesmo ano tudo se concretizou.

Naquela época haviam poucos padres católicos e muito território capixaba a ser assistido pela Igreja: a onda imigratória iniciada cem anos antes, deixou um grande número de novos povoados, vilas e núcleos de povoamento pelo interior do Espírito Santo que no séc. XX, prosperaram e se firmaram como cidades. Constantemente a diocese de Vitória pedia ajuda aos combonianos para auxiliá-los atendendo às comunidades do interior do Estado. Ao ficar sem padre, no final de 1954, a cidade de Ibirapu foi designada aos combonianos como sede de uma de suas missões, juntamente com a cidade vizinha de João Neiva (MUNARI, 2007, p. 45). De acordo com Santângelo,

Ibirapu e João Neiva, a seu tempo, encheram os olhos do então Superior dos Combonianos, o Padre Rino Carlesi, [...] que nessas duas paróquias vislumbrava farto celeiro de vocações. [...] O povo se entusiasmou e colaborou. Os irmãos, com competência e amor, ergueram o majestoso primeiro seminário comboniano (SANTÂNGELO, 1997, p. 38).

Ibirapu, por sua vez, foi o lugar do primeiro seminário comboniano no Brasil, fato de grande influência e impacto na formação daquela cidade, como veremos mais à

⁶ Onde os combonianos estavam presentes desde 1947 (MUNARI, 2007, p. 22).

⁷ Aqui não cabe recorrer sobre os fatos ocorridos na missão no estado do Maranhão, mas sim como os combonianos chegaram a Ibirapu.

frente. A construção do seminário iniciou em 1956 pelo irmão Eligio Locatelli, responsável por dirigir os trabalhos, e finalizada em 1959, ano das primeiras atividades religiosas do seminário nessa cidade (MUNARI, 2007, p. 59-60). Ainda de acordo com Munari (2007, p. 267) o seminário fechou em 1981, por decorrência da crise econômica da época e o decrescente número de alunos, desde a década de 70. E, em 1983, a paróquia foi devolvida ao clero diocesano.

A propriedade de 43 hectares foi loteada e o prédio vendido à Arquidiocese de Vitória, em 1988, a quem pertence até os dias atuais e segue funcionando como Instituto Espírito Santo de Inovação Social (IESES), desde 2009, sob os cuidados da diocese de Colatina. Hoje, o Instituto atua comportando cursos de formação e capacitação, recebendo retiros e grupos de forma pré-agendada⁸.

A pesquisa desenvolvida em torno desse prédio singular, envolveu análise de sua presença marcante e histórica na paisagem da cidade de Ibraçu. Buscou-se também relacionar a história da construção desse prédio com a própria história da Igreja Católica no Espírito Santo, e de como suas arquiteturas fizeram e fazem parte do imaginário urbano de várias cidades. Tendo-se poucas informações sobre o prédio, optou-se em correlacioná-lo tipologicamente com dois outros antigos seminários combonianos do Espírito Santo, apontando suas características arquitetônicas e urbanas comuns que, em maior ou menor escala, participam da construção da paisagem de suas cidades de origem.

1. FÉ E POLÍTICA NA PAISAGEM: A PRESENÇA COMBONIANA EM IBIRAÇU.

Alguns fatores foram fundamentais na escolha de Ibraçu para receber o primeiro seminário comboniano do Brasil. É evidente que a proximidade com o ponto de apoio na Serra e os demais fatores, já apresentados, que levaram os combonianos até ali são de fundamental importância, mas a necessidade de ter no Brasil, uma base onde novos jovens pudessem seguir uma vida vocacional, sem precisar que estes viessem da Europa, foi decisivo para a construção de um seminário no Espírito Santo.

Munari (2007, p. 265) relata que outro aspecto importante na escolha de Ibraçu para abrigar o seminário foi a devoção da população local, uma maioria de imigração

⁸ Ver em especial: DIOCESE DE COLATINA. IESIS. Disponível em: <<http://diocesedecolatina.org.br/paginasdiocesanas/lesis/>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

italiana cristã, que se dispôs a ajudar doando terrenos, material de construção ou ajuda econômica. Os combonianos, por outro lado, muito se envolviam com a política dos locais onde se instalavam, um reflexo das origens e do trabalho pela causa social desses padres missionários, principalmente voltados à problemática da população mais pobre e menos assistida⁹. E não raro, muitos padres missionários combonianos, foram assassinados aqui no Brasil, como em outras partes do mundo¹⁰, por conta desse envolvimento direto em causas sociais e políticas.

Enquanto membros desse Instituto religioso comboniano, os padres missionários vocacionados devem atender a quatro “dimensões” da fé cristã: “*ad gentes, ad pauperes, ad extra e ad vitam*” (COMBONI, 2017, p.?). A evangelização dos combonianos se resume, dentro dessas quatro dimensões, ao contato direto com comunidades, especialmente carentes ou de fragilidade social, em vários países e continentes que necessitam não somente da crença ou da fé, mas de um apoio ou defesa por causas sociais. Nesse contexto, as gentes, os pobres, as comunidades e sua fé são expressões que marcam a presença dos combonianos por onde passam.

Em Ibirajú, os combonianos não encontraram um clima de conflito, mas sim, um “farto celeiro de vocações” (SANTÂNGELO, 1997, p. 38), ideal para receber um seminário. Sua presença teve consequências diretas sobre a cidade, principalmente no aspecto educacional e no envolvimento político:

Para garantir aos jovens seminaristas um estudo de qualidade, foi construído o Ginásio N. Sa. Da Saúde que puxou também uma série de outras estruturas sociais, como o Jardim de Infância, a escola normal e o sindicato rural. Padre Carlos Furbetta muito se envolveu para que a cidade tivesse um ensino bom e, por causa desse empenho, em 1969 foi nomeado pelo governador do estado membro do Conselho Estadual de Educação. Alguém pensou que estivesse preparando sua plataforma política para futura candidatura a prefeito da cidade [...]. O Padre teve que fazer nota pública esclarecendo que não eram essas suas intenções [...] (MUNARI, 2007, p. 266).

É fato que, não fosse a fé cristã da população de origem italiana imigrada que ocupou a região a partir de 1877 (PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAJU, 2017, p. ?), e ainda o compromisso das famílias com os padres, o seminário não poderia ter

⁹ Ver em especial: SANTÂNGELO, 1997.

¹⁰ A exemplo do padre Ezequiel Ramin que foi assassinado em 1985, ao sair de uma reunião do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cacoal, em Rondônia. Tinha na época, 33 anos ((MUNARI e COSTA, 2015, p. 51).

sido construído; portanto, este “farto celeiro” não era apenas vocacional, mas de fé e devoção, presença marcante até hoje. O sagrado tem tamanha influencia nesta pequena cidade do interior do Espírito Santo que anualmente acontece uma peregrinação religiosa, onde fiéis percorrem 108 km e visitam as 21 capelas existentes no interior do município, além do Santuário Diocesano de Nossa Senhora da Saúde e do Mosteiro Zen Morro da Vargem - maiores símbolos de fé e espiritualidade existentes no município. Esse longo percurso é conhecido como “Caminhos da Sabedoria” (PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU, 2017, p. ?) e congrega a cada edição, um grande número de fiéis.

Como se verá a seguir, os padres missionários combonianos, tinham, em suas edificações, principalmente nos prédios de seus seminários de formação de novos padres, o meio de marcar simbolicamente sua presença nas comunidades, e por consequência na paisagem urbana ao seu redor, a partir de uma estratégia de implantação dessas edificações em lugares elevados, de forte presença no imaginário da população local e para a escala urbana de cada cidade.

2. UMA ARQUITETURA QUE DOMINA A PAISAGEM

O relevo da cidade de Ibiráçu, formado por inúmeros morros e elevações ao seu redor (**Figura 1**), constitui lugar propício para que as principais edificações católicas da cidade estejam implantadas em lugares estratégicos de visualização.

Figura 1 – Respectivamente, imagem do prédio do antigo Seminário Comboniano visto pela cidade e da cidade vista pelo Seminário.



Fonte: Acervo pessoal de Fabiano Dias e Tatiany Barth Simão, 2017.

Assim são, por exemplo, o antigo (e também o atual) prédio do Santuário Diocesano, a Igreja Matriz de São Marco, o Seminário dos Padres Combonianos e, a não menos

importante Igrejinha do Rochedo, pequena capela particular, dedicada à Santo Antônio, localizada fora da cidade, às margens da BR 101¹¹ (**Figura 2**).

¹¹ Ver em especial os artigos, “DIAS et al. **A Igrejinha do Rochedo, em Ibirapu (ES): arquitetura, fé e geomorfologia na construção de uma paisagem singular**” e “DIAS & BIANCHI. **A Igrejinha do Rochedo: uma singela arquitetura expressa na paisagem**”, ambos publicados nessa revista.

Figura 2 – Na sequência, os antigos prédios do Santuário Diocesano (ao fundo o novo prédio), a Igreja Matriz de São Marco da cidade, o antigo Seminário dos Padres Combonianos, sendo os três prédios localizados dentro do perímetro urbano da cidade de Ibiraçu, e a Igrejinha de Santo Antônio às margens da BR 101.



Fonte: Acervo pessoal de Fabiano Dias e Tatiany Barth Simão, 2017

A implantação do Seminário de Ibiraçu em cota elevada (**Figura 3**) em relação a cidade foi algo premeditado pelos padres combonianos desde o início de sua construção: “Na festa de N. Sa. Da Saúde, em 15 de agosto de 1957, a cidade já pôde contemplar o esqueleto de um prédio bonito e imponente, no alto do morro da cidade” (MUNARI, p. 60, 2007). O seminário torna-se elemento único na paisagem

da cidade por sua localização no alto, destacando-se imponente, tanto por sua localização, sua escala e dimensões em relação às demais edificações da cidade. Ibiráçu está implantada sobre um grande vale rodeado por um “mar de morros” (PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRÁÇU, p.?, 2016), se espraiando, por um lado, pela Rodovia BR 101 que corta a cidade e, por outro, pela av. Getúlio Vargas (que liga a cidade à Rodovia ES 257). As edificações no entorno do antigo seminário não passam de quatro andares de altura, sendo a grande maioria, possuindo somente dois andares.

Figura 3 – A relação em altura e proporção (escala e dimensões) do antigo Seminário Comboniano com seu entorno



Fonte: Acervo pessoal de Fabiano Dias, 2017.

Prédio de implantação e arquitetura singular em relação ao seu entorno, o Seminário pode ser visto de vários locais da cidade de Ibiráçu, tanto de bairros com cotas mais elevadas como de pontos do Centro da cidade, principalmente a partir da av. Getúlio Vargas, através de visadas das ruas perpendiculares a essa ou próximas. A **Figura 4** apresenta um mapa contendo fotos tiradas de dentro da cidade como forma de

capturar as vistas (**Figura 5**) que o prédio possui para os moradores locais, como meio de expressar a percepção que os mesmos têm desse prédio e de sua implantação estratégica.

Figura 4 - Mapa dos locais por onde é possível visualizar o antigo seminário comboniano de Ibirapu.



Fonte: Imagem do Google Earth©. Editado para esse trabalho por Tatiany Barth Simão, 2017.

Figura 5 - Vistas do antigo Seminário Comboniano de acordo com mapa da Figura 4. O conjunto de imagens apresentadas está disposto, respectivamente, em ordem numérica crescente.

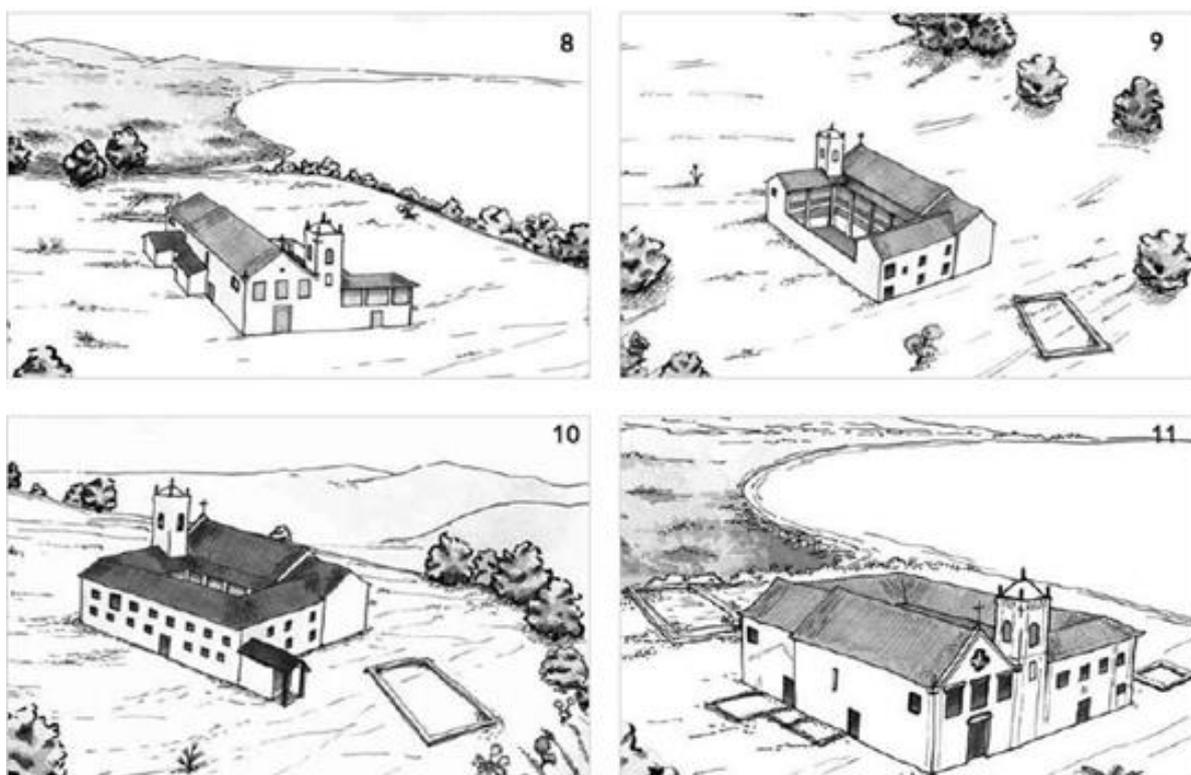




Fonte: Acervo pessoal de Tatiany Barth Simão e Fabiano Vieira Dias, 2017.

Sua posição estratégica é, pois, uma forma simbólica de marcar o lugar perante os que o rodeiam. A forma como esse prédio se coloca perante a cidade é uma característica da tradição católica que remonta os primórdios da chegada da Igreja em terras brasileiras, com os primeiros padres e ordens religiosas, a exemplo do Jesuítas e seus grandes complexos edifícios que reuniam em uma mesma edificação, casa, escola e igreja, já em meados do séc. XVI (**Figura 6**). Essa tradição marcou por séculos o desenho formal de várias cidades brasileiras de origem colonial e, por tabela, a construção de suas paisagens urbanas que se formavam na medida em que as vilas iam se transformando em cidades, em núcleos urbanos mais complexos e com maior população.

Figura 6 - Reconstituição (parcial) da construção das alas em formato de quadra da arquitetura jesuítica, desde os meados do séc. XVI, em terras brasileiras.



Fonte: NAJJAR, 2011.

A paisagem que se constrói a partir desse prédio em situação elevada em relação a cidade de Ibirajú é, portanto, um misto de fé pelo ato de expiação ao subir o íngreme elevado, como também de poder, marcado pela presença desse prédio religioso que domina a paisagem.

Como se verá a seguir, a arquitetura comboniana implantada em terras brasileiras, especificamente no caso do Espírito Santo, buscou desde o início, lugares estratégicos de implantação simbólica de seus prédios, criando assim, junto com a natureza ao redor e, logo depois, com a cidade que crescia do mesmo modo, a construção de paisagens singulares.

3. UMA TIPOLOGIA ARQUITETÔNICA CONSTRUINDO PAISAGENS

No início da construção do Seminário de Ibirajú, em 1956, o prédio era composto por uma planta “[...] muito simples: um quadrado, com um pátio central, fechado” (MUNARI, 2007, p. 59). Hoje o prédio, sede do Instituto Espírito Santo de Inovação

Social (IESIS) da Diocese de Colatina, possui área construída de 4 mil metros quadrados, dois pavimentos, com amplo refeitório, 4 auditórios e 68 apartamentos e capela, além das áreas de sanitários e serviço (DIOCESE DE COLATINA, p. ?, 2017). De desenho pavilhonar¹², foi construído em torno de dois pátios ajardinados fechados pelas alas do prédio, para onde se abrem parte das janelas das alas (**Figura 7**).

Figura 7 – O desenho em alas que definem dois pátios internos existentes na edificação.



Fonte: Acervo pessoal Tatiany Barth Simão, 2017.

No seu exterior o prédio possui uma simetria aparente, com uma grande volumetria central, ao modo de uma torre bipartida, ressaltada pela centralidade de uma cruz de base verticalizada (ver **Figura 8**). A torre marca a entrada principal do prédio, sob a base da cruz. Os volumes das alas na fachada principal, voltada para a cidade e orientada para a Igreja Matriz de São Marco, é formada por uma série de grandes janelas disposta ao longo da fachada de forma racional. A torre ou torres possui/possuem vitrais coloridos lembrando pequenos cobogós¹³ pelos desenhos

¹² Mesmo tendo a citação de Munari quanto a planta quadrada original do prédio do Seminário de Ibirapu, os autores não conseguiram encontrar nenhum documento relativo aos projetos arquitetônicos originais na Paróquia ou na Diocese de Colatina. Somente uma planta de reforma para a o atual uso do prédio para o IESIS, a qual não se obteve confirmação sobre o tamanho da reforma empreendida. Por esse motivo, mesmo tendo esse desenho em mãos, optou-se em não o apresentar aqui, para se evitar dúvidas. As análises feitas então, são de cunho exploratório a partir de visitas *in loco* ao prédio pelos autores em épocas distintas.

¹³ Cobogós são elementos vazados de fechamento, utilizados para ventilação natural de ambientes ou como filtros para a incidência solar direta sobre os mesmos.

geométricos, que remetem a uma geometria de símbolos cristãos como a cruz e o círculo¹⁴ (**Figura 8**).

Figura 8 - Na sequência, detalhe da volumetria central na fachada da edificação, janelas em veneziana e vitrais.



Fonte: Acervo pessoal de Tatiany Barth Simão, 2017

O desenho do conjunto é de concepção simples e racional em seus elementos decorativos, que por fim, exprimem mais uma intenção funcional da arquitetura do que meramente estética. Os grandes vãos das janelas da fachada principal, de orientação oeste, captam a luz ao mesmo tempo em que são protegidos com venezianas de madeira marrom, que funcionam como um anteparo, uma camada protetora ao forte sol da tarde. A implantação do prédio segue, longitudinalmente, a orientação Norte-Sul, o que levou a fachada principal a ter a pior orientação solar, mas, essa está ao mesmo tempo, voltada tanto para a cidade como, também orientada em direção à Igreja Matriz de São Marco, pois de cima do platô a Matriz e sua torre podem ser avistadas (ver **Figura 4**).

O seminário Comboniano de Ibirapu (**Figura 9**) não foi o único seminário construído no Estado do Espírito Santo: a cidade de São Gabriel da Palha, no norte do Espírito Santo também recebeu uma instituição comboniana que começou suas atividades no ano de 1965 como escola primária, e em 1968 foi inaugurado oficialmente como seminário. Porém suas atividades foram encerradas em 1975 por motivo de crise e falta de alunos (MUNARI, p. 237-238, 2007), e o prédio (**Figura 10**) permanece sem uso e abandonado até os dias atuais (Gazeta do Norte, 2015, p. ?). Também na

¹⁴ Ver em especial: LURKER, 2003

cidade de Jerônimo Monteiro, no sul do Espírito Santo (**Figura 11**), foi construído um seminário que começou suas atividades em 1969 e teve suas atividades suspensas em 1979 também devido à crise. Em 1981 o prédio foi vendido a diocese (MUNARI, 2007, p. 272). Hoje o prédio pertence a Diocese de Cachoeiro de Itapemirim e funciona como local de encontros religiosos das paróquias e da diocese e é conhecido como Casa de Encontro Maria Mãe da Igreja (DIOCESE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, 2017, p. ?).

Figura 9 – Antigo Seminário Comboniano de Ibiraçu - ES.



Fonte: Acervo pessoal de Tatiany Barth Simão, 2017.

Figura 10 - Antigo Seminário Comboniano de São Gabriel da Palha - ES.



Fonte: Acervo pessoal de Fabiano Dias, 2014.

Figura 11 - Antigo Seminário Comboniano de Gerônimo Monteiro - ES.



Fonte: Acervo pessoal de Elaudia Luiza Lima Dan, 2017

Entre as edificações de Ibirapu, Jerônimo Monteiro e São Gabriel da Palha há semelhanças tipológicas¹⁵ como base de estudo: os prédios foram construídos em formato pavilhonar, em volta de pátios (totalmente fechados ou não por alas do complexo), tipologia essa, tradicional nas construções de prédios de seminários e escolas de outras ordens católicas. São prédios longilíneos com um pavimento (Jerônimo Monteiro) ou dois (Ibirapu e São Gabriel da Palha), arrematados com grandes telhados em quatro águas; grandes vãos de janelas dispostas nas fachadas de forma harmoniosa e simétrica; um elemento central vertical, como uma torre que quebra (em parte) a horizontalidade do prédio; o uso de cores claras que destacam o prédio em meio ao entorno natural; e construções feitas em platô sobre colina, de forma a ter o domínio da paisagem e do entorno e marcar simbolicamente, a presença da Igreja nesse lugar.

É possível também traçar, como hipótese, uma semelhança entre a tipologia da arquitetura comboniana com a arquitetura religiosa da ordem jesuítica, principalmente as implantadas no Espírito Santo, guardando e respeitando-se as devidas particularidades de cada arquitetura e as peculiaridades de suas implantações. Ambas tipologias são marcadas pelo desenvolvimento de suas

¹⁵ Ao longo da pesquisa que gerou esse artigo, os autores não tiveram a possibilidade de acesso aos projetos arquitetônicos originais de cada prédio comboniano. As análises comparativas aqui apresentadas foram realizadas de forma exploratória e visual, a partir de visitas *in loco* de cada autor aos prédios supracitados, em diferentes épocas.

construções em torno de pátios centrais. Edificações de desenho regular e racional na distribuição de seus espaços internos e altos telhados arrematando o coroamento do prédio, além de cores claras em contraste com o entorno (**Figura 12**).

Figura 12 – Algumas relações possíveis entre as tipologias edilícias dos jesuítas e dos combonianos: 01- foto de 1910 do antigo complexo da Igreja e Colégio de São Tiago e hoje o atual Palácio Anchieta, em Vitória; 02 - foto da fachada do antigo prédio do Seminário Comboniano de Ibirajú; 03 – foto da Igreja jesuítica de Reis Magos, em Nova Almeida, Serra; 04 – idem foto 02; 05 – foto do pátio interno da Igreja de Reis Magos; 06 – foto de um dos pátios do antigo Seminário Comboniano de Ibirajú.

01



Sede de Governo e residência do governador, com a Igreja São Tiago anexa, em 1908, antes da reforma, com ace

02



03



04



05



06



Fonte: 01 – TATAGIBA, 2008; 02 – Acervo pessoal de Tatianny Barth Simão, 2017;
03 – ALMEIDA, 2009; 04 – idem 02; 05 – ALMEIDA, 2009; 06 – ibidem 02.

Mas, na arquitetura jesuítica as implantações em colina eram uma via de mão dupla, ou seja, além do caráter simbólico da presença da Igreja Católica em terras brasileiras, nos primórdios da colonização portuguesa, serviam primordialmente como bastiões seguros para os padres e seus agregados, pois a implantação em altura sempre que possível, estava vinculada a proximidade de corpos d'água, que facilitavam a fuga em caso de algum ataque.

Estas implantações marcaram e reforçaram a disposição urbana em acrópole – ou urbanismo de colina (SIMÕES JUNIOR e CAMPOS, 2013, p. 49) – de várias destas cidades que, seguindo a tradição urbana portuguesa, tinham em seu cume os principais prédios religiosos, públicos e o casario, isto desde sua origem. Tanto as cidades portuguesas quanto sua tradição urbana trazida ao Brasil tinham na acrópole e na área portuária, marítima ou fluvial, as duas características fundamentais de sua urbanística e vida cotidiana, com reflexos na paisagem que se construiria a partir daí, nos séculos seguintes.

Diferente da situação histórica em que se encontrava os jesuítas na chegada ao Brasil, os combonianos já encontraram em meados do século XX um Brasil com núcleos urbanos estabelecidos, com maior ou menor grau de desenvolvimento urbano e social, que lhes garantiram facilidade e rapidez na implantação da evangelização através de seus grandes e icônicos prédios.

Aqui, não era mais a proteção contra os ataques (de índios não catequizados, piratas etc.) que movia a implantação do prédio comboniano em áreas elevadas, mas, a vontade de marcar o lugar da Igreja e da fé em cada território chegado, como uma instituição que tomaria conta da segurança da vida espiritual de suas comunidades. Como nos jesuítas, que tinham em seus colégios (os primeiros do Brasil) também a formação de padres para se espalhar pelo território da Colônia, nos seminários combonianos, nos exemplos construídos no Espírito Santo, tiveram o intuito de criar uma nova geração de padres para se espalharem pelos rincões ainda existentes do interior do Brasil de meados do século passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo perdendo sua função original, os prédios dos antigos Seminários Combonianos ainda mantêm sua forte presença no imaginário cotidiano de suas cidades. O passar do tempo, pelo menos por enquanto, não ofuscou sua história e imponência na paisagem urbana das cidades do Espírito Santo listadas aqui. Em Ibirapu, foco da pesquisa em andamento, o papel dos padres e seu prédio transcendeu a fé e evangelização pelo envolvimento político e social dos mesmos. Ou seja, religião, fé, apoio social e participação política estão impregnadas tanto na história urbana desses padres como de seus prédios.

A paisagem aí formada, urbana por consequência e simbólica pela ainda marcante presença desse prédio em Ibirapu, é prova da capacidade que uma arquitetura tem, ao longo de sua história, de construir e aglutinar em seu corpo edificado características que escapam de um simples objeto arquitetônico. Esse prédio é por fim, nas palavras de Najjar, um “superartefato”: um objeto arquitetônico que não é visto como fragmento, mas como parte de um todo e sua relação com o território construído por relações espaço-sociais, como explica Najjar (2011, p. 82). O conceito de arquitetura interagindo em um “espaço social ou espacialidade” (NAJJAR, 2011, p. 82-83) demonstra as influências recíprocas entre o objeto arquitetônico e seu entorno, não somente físico, mas também social, “refletindo, portanto, o jogo de poder, a fricção social existente entre os grupos envolvidos, e gerando mudanças no seio da sociedade” (NAJJAR, 2011, p. 82).

A presença do prédio conta essa história de Ibirapu. É parte dela; é parte de uma construção da paisagem urbana da cidade que ainda está em curso. Do alto de seu platô-promontório-colina, a arquitetura tudo vê, e, por todos é vista.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa teve a participação de uma série de pessoas e instituições que foram fundamentais em seu desenvolvimento. Os autores agradecem imensamente as contribuições feitas, através de fotografias, materiais e apoio logístico a todos citados a seguir: a Cúria Diocesana de Colatina, em nome do Chanceler da Diocese de Colatina, Pe. Ernandes Samuel Fantin pela autorização nos dada para fotografar e registrar o prédio do antigo Seminário Comboniano; a aluna do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faacz, Andressa Rosalém por disponibilizar material sobre a cidade para esta pesquisa e apoio logístico; a Arquiteta-Urbanista Elaudia Luiza Lima Dan por disponibilizar seu trabalho de graduação com importantes levantamentos e imagens sobre o prédio comboniano de Jerônimo Monteiro; aos padres combonianos do município da Serra pela doação do livro “Caminhos Combonianos no Brasil: 1952 – 2007” do autor Giovanni Munari, que muito contribuiu para o conhecimento da história dessa instituição católica, sua luta pelos mais pobres e desvalidos tendo a fé como meio de salvaguarda das vidas e espíritos das comunidades alcançadas pelos mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Renata H. **Patrimônio cultural do Espírito Santo**. Arquitetura. Vitória: Secult, 2009.

COMBONI. **Quem somos?** Disponível em:< <http://www.comboni.org/pt/mission-rios-combonianos/quem-somos>>. Acessado em: 02 ago. 2017.

DAN, Elaudia Luiza Lima. Uma cidade em frente e verso: Plano de qualificação de espaços urbanos em Jerônimo Monteiro. 1997. 213 p. Dissertação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1997.

DIAS, Fabiano Vieira. **O pátio jesuítico no Palácio Anchieta: narrativas tipomorfológicas e paisagísticas na cidade de Vitória (ES)**. 2014. 250 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

DIOCESE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. Disponível em: <<http://www.diocesecachoeiro.org.br/2016/conteudo.asp?codigo=2138>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

DIOCESE DE COLATINA. **IESIS**. Disponível em: <<http://diocesedecolatina.org.br/paginasdiocesanas/lesis/>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

IESIS – Instituto Espírito Santo de Inovação Social. Disponível em: <<http://www.iesis.com.br/>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

GAZETA DO NORTE. **Antigo Seminário é mais um bem público totalmente abandonado em São Gabriel da Palha**. 2015. Disponível em: <<http://gazetadonorte.com/?p=117904>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

LURKER, Manfred. **Dicionário de simbologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MISSIONÁRIOS COMBONIANOS DO CORAÇÃO DE JESUS. Disponível em: <<http://www.combonianos.org.br/quem-somos/historia-dos-combonianos-no-brasil>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

MUNARI, João; COSTA, Alcides. **Daniel Camboni. Mil vidas para a missão**. São Paulo: Editora Alô Mundo, 2015.

MUNARI, Giovani. **Caminhos combonianos no Brasil**. São Paulo: Editora Alô Mundo, 2007.

NAJJAR, Rosana. **Para além dos cacos: a Arqueologia Histórica a partir de três superartefatos (estudo de caso de três igrejas jesuíticas)**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 71-91, jan.-abr. 2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU. Disponível em: <<http://www.ibiracu.es.gov.br/>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

SANTÂNGELO, Enzo. **Mas a esperança é mais forte**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE IBIRAÇU. Disponível em: <<http://www.caminhosdasabedoria.org.br/v3/?page=conteudo&pagina=3>>. Acessado em: 28 jan. 2017.

SIMÕES JUNIOR, José Geraldo; CAMPOS, Candido Malta. **Permanências do urbanismo de colina como tradição luso-brasileira: os casos de Salvador e de São Paulo**. Urbe. Revista de Gestão Urbana, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 47-69, 2013.

TATAGIBA, José. **A história das primeiras ruas, ladeiras praças e monumentos históricos – Vitória Cidade Presépio**. Vitória: 2008

O ENSINO DA LEITURA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: ESTRATÉGIAS PARA A COMPREENSÃO LEITORA

Dayane Kelly da Silva Azevedo¹

Jienny Kelly Scofield Terzi²

Adriana Recla³

RESUMO

O presente artigo trata sobre o ensino de leitura nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nosso objetivo é verificar o trabalho com a leitura nos anos iniciais do Ensino Fundamental, por meio de práticas docentes veiculadas nas escolas do ensino fundamental da rede pública do município de Aracruz - ES. Para o alcance do objetivo proposto, tomamos como referencial teórico os trabalhos sobre leitura desenvolvidos por Villardi (1997), Solé (1998), Colomer e Camps (2002), Koch e Elias (2006) e Cintra e Passareli (2012). A metodologia adotada foi um estudo bibliográfico e uma pesquisa de campo, com aplicação de um questionário referente ao ensino da leitura a professores que atuam com turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, a fim de constatar qual o envolvimento do professor em relação a esse processo. Os dados revelaram que para o trabalho com a leitura, o professor precisa ter conhecimento do conceito de leitura e maior preocupação ao ensiná-la, para que ela colabore para tornar os leitores críticos, competentes e atuantes.

Palavras-chave: Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Leitura. Práticas Docentes.

ABSTRACT

¹ Graduada em Pedagogia - Faculdades Integradas de Aracruz – FAACZ. dayaneks21@gmail.com

² Graduada em Pedagogia - Faculdades Integradas de Aracruz – FAACZ. jienny_scofield@hotmail.com

³ Professora do Curso de Pedagogia - Faculdades Integradas de Aracruz – FAACZ. arecla@gmail.com

This article deals with the teaching of reading in the initial years of Elementary School. Our objective is to verify the work with the reading in the initial years of Elementary School, through teaching practices carried out in the elementary schools of the public network of the city of Aracruz - ES. In order to reach the proposed objective, we take as theoretical reference the works on reading developed by Villardi (1997), Solé (1998), Colomer and Camps (2002), Koch and Elias (2006) and Cintra and Passareli (2012). The methodology adopted was a bibliographical study and a field research, with application of a questionnaire referring to the teaching of reading to teachers who work with classes from 1st to 3rd year of Elementary School, in order to verify the teacher's involvement in relation to this process. The data revealed that for work with reading, the teacher needs to be aware of the concept of reading and greater concern in teaching it, so that it collaborates to make readers critical, competent and active.

Keywords: Early Years of Elementary Education. Reading. Teaching Practices.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata sobre as estratégias de leitura e o ensino da compreensão leitora nos anos iniciais do ensino fundamental, por meio das práticas docentes veiculadas nas escolas da rede pública do município de Aracruz – ES, enfatizando a importância e o estímulo da leitura nessa fase.

Neste trabalho, definiremos o conceito de leitura como uma atividade interativa complexa de produção de sentidos, que se realiza com base nos elementos linguísticos, presentes na superfície textual, mas que requer a mobilização de vasto conjunto de saberes (Koch e Elias, 2006). Ela é um suporte na vida do leitor, auxiliando a compreender melhor o mundo que o rodeia e a fazer suas próprias interpretações baseado em suas vivências.

No âmbito escolar, o professor pode inserir em seu planejamento algumas estratégias para a construção da compreensão leitora de seus alunos. Proporcionar o acesso a diferentes gêneros textuais é uma estratégia inteligente, pois eles são carregados de conteúdos do próprio cotidiano dos alunos além de ser uma ótima ferramenta para a comunicação verbal e escrita. E isso é apenas uma opção a ser levada para a sala de aula, levando em conta que é papel do professor buscar novas ideias para o ambiente escolar, pois quanto mais diversificado for o trabalho com a leitura mais os alunos poderão ter o interesse em ler.

Entretanto, ainda vemos muitas crianças distantes desse mundo da leitura. O estímulo/despertar está sendo pouco trabalhado ou está acontecendo tardiamente. Sabemos que o interesse em ler deve ser trabalhado desde muito cedo, tanto em casa como na escola, e, quando isso não acontece, a criança não cria o hábito de ler e se torna, muitas vezes, um adulto que lê muito pouco.

Por esse motivo, justificamos a escolha do tema, pelo fato de entendermos que as crianças, desde pequenas, precisam ser estimuladas para o ato de ler, visto que essa competência pode trazer muitos benefícios para a vida escolar e social, oferecendo acesso ao saber e ao conhecimento que se vai adquirindo ao longo da vida. Afinal, a leitura é o elemento indispensável para o alcance dessas competências. Sendo assim, lançamos o nosso questionamento: Como o professor pode proceder em sala de aula para que seus alunos, por meio de estratégias, melhorem a compreensão leitora?

Diante desta problemática, tomamos como objetivo central, verificar como o trabalho com a leitura está sendo realizado pelos professores dos anos iniciais. E, elegemos como objetivo específico: apresentar algumas práticas docentes que podem levar os leitores a terem um diálogo significativo com os textos, ou seja, produzindo conhecimento e sentindo prazer em ler, e, ao mesmo tempo criando estratégias de leitura para evitar possíveis desentendimentos com o conteúdo lido.

Para atingir os nossos objetivos e buscar respostas para nosso questionamento, realizamos uma pesquisa bibliográfica para dar embasamento teórico a nossa pesquisa, utilizando os seguintes autores: Villardi (1997), Solé (1998), Colomer e Camps (2002), Koch e Elias (2006) e Cintra e Passareli (2012). Em seguida, para a

coleta de dados, realizamos uma pesquisa de campo com professores que atuam em turmas do 1º ao 3º ano de escolas públicas do município de Aracruz, no estado do Espírito Santo. Aplicamos um questionário com perguntas fechadas, a fim de verificarmos quais práticas de leitura permeiam o fazer do professor.

Por fim, verificamos que o professor que trabalhar com a leitura a partir de diferentes estratégias, com atividades de leitura em que seja valorizado o uso de diferentes gêneros textuais, proporcionará uma leitura mais significativa e atraente, aumentando a capacidade do aluno na compreensão de textos mais complexos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O QUE É LEITURA?

Atualmente, o conceito de leitura foi ampliado. O saber ler não se limita apenas ao conhecimento e à decodificação de letras impressas, mas exige a compreensão, a análise e a capacidade de lidar com o material escrito, identificando e utilizando a informação. É esta se torna a função primordial da leitura: compreender a linguagem escrita. A capacidade de ler põe, assim, à disposição do leitor, a possibilidade de compreender melhor o mundo que o rodeia, transformando-o e ao mesmo tempo sendo transformado por ele.

Colomer e Camps (2002, p.31) ressaltam que,

Em suma, ler, é mais do que um simples ato mecânico de decifração de signos gráficos, é antes de tudo um ato de raciocínio, já que se trata de saber orientar uma série de raciocínios no sentido da construção de uma interpretação da mensagem escrita a partir da informação proporcionada pelo texto e pelos conhecimentos do leitor e, ao mesmo tempo, iniciar outra série de raciocínios para controlar o processo dessa interpretação de tal forma que se possam detectar as possíveis incompreensões produzidas durante a leitura.

Percebemos, assim, que a leitura é um processo que permite uma interação entre o leitor e o autor. De acordo com esse contato, o leitor consegue dialogar com o texto e com suas vivências, proporcionando assim uma melhor compreensão da linguagem escrita, construindo sua própria interpretação a partir da informação proporcionada. Isso porque sabemos que um texto pode ser interpretado de diversas maneiras de acordo com as culturas de cada leitor.

Solé (1998, p.22) ressalta também que a leitura é um processo de interação entre o leitor e o texto para satisfazer os objetivos e finalidades previstos, ou seja, o leitor atribui sentido e significado ao texto fazendo com que preencha um momento de lazer, se informe sobre um fato, amplie seus conhecimentos prévios, entre outros.

No entanto, se a leitura não for significativa, torna-se algo cansativo e sem sentido para o leitor. Portanto, a criança precisa familiarizar-se com os diversos gêneros textuais, identificando poemas, teatros, músicas, tirinhas, charges, dentre outros, visto que eles são fundamentais para incentivar à formação crítica, além de auxiliar a debater ideias e explicitar hipóteses.

Diante de textos de gêneros diferentes, o educador tem que despertar o interesse da criança para a leitura e ao mesmo tempo o gosto, para que ela perceba que a leitura é importante. Afinal, lemos com objetivos diferentes: para aprender, para obter informações, para seguir instruções, para ganhar tempo, para revisar, para nos distrairmos, para refletir, para conservar a memória do passado, para esclarecer nosso presente, para aproveitar as experiências anteriores, para não repetir os nossos erros, para buscar um sentido para a vida, para compreender os fundamentos da nossa civilização, para alimentar nossa curiosidade, para vivenciar emoções alheias ao nosso cotidiano, para nos cultivarmos, para exercer nosso espírito crítico, para usufruir um prazer estético com a linguagem.

Para Solé (1998, p. 27) “Assumir o controle da própria leitura, regulá-la, implica ter um objetivo para ela, assim como gerar hipóteses sobre os conteúdos que se lê”, isto é importante, pois, para que o aluno chegue à compreensão do texto, ele precisa interessar-se pelo que está escrito e ter uma finalidade para o ato de ler, inserir-se na ideia do autor, construindo seus próprios conhecimentos, guiados pela sua vivência no mundo.

2.2 OBJETIVOS PARA O ENSINO DA LEITURA

Apesar de a escola não ser o único caminho para desenvolver a competência leitora, existem elementos que contribuem dentro do meio social de cada indivíduo para a aprendizagem da leitura. A família é um desses elementos e tem função importante no desenvolvimento da leitura de seus filhos, propiciando meios para que ela venha a fazer parte do convívio do aluno, de forma que auxilie diretamente na ação da escola na formação de leitores.

Para Cintra e Passaralli (2012, p.34),

A experiência tem mostrado que, de várias maneiras, a leitura pode contribuir para melhorar a vida das pessoas. Num espectro plural, dizemos que ela é um meio indiscutível para se ter acesso ao saber, contribuindo para dar sentido à vida escolar, social e profissional. Mas também é um meio de transportar o leitor para outros mundos, de aguçar sua imaginação.

A leitura é importante, pois na maioria das vezes consegue influenciar a vida das pessoas, seja por meio do prazer ou da instrução, trazendo liberdade e motivação para o ser humano, dando asas à imaginação.

O leitor constrói sentido para o que lê dependendo da situação vivenciada e da finalidade, pois ao se deparar com uma carta, por exemplo, o leitor terá de ativar alguns conhecimentos gerais, específicos e linguísticos para obter com êxito o conhecimento escrito e conhecimento de mundo para melhor compreensão.

Cintra e Passaralli (2012, p.34) ressaltam que,

Quando dizemos que o leitor constrói sentido para o que lê, estamos certos de que, ao se apropriar do texto, assume seu significado, interpretando-o à sua maneira, a partir de sua teoria de mundo, sendo mesmo possível a introdução de seus desejos, de sua forma de ver a vida, como resultado da complexa alquimia da recepção.

Para isso, alguns objetivos gerais de leitura nos ajudam em nossa prática, tais como: ler para obter uma informação precisa, ler para seguir instruções, ler para obter informação de caráter geral, ler para aprender, ler para revisar um escrito próprio, ler por prazer, ler para comunicar um texto a um auditório, ler para praticar em voz alta e ler para verificar o que se compreendeu (SOLÉ, 1998, p. 93-98).

Nessa perspectiva, os objetivos são um dos requisitos que contribuem para compreensão, pois servem para orientar a leitura e determinam as estratégias do leitor, além do conhecimento prévio por ele ativado.

É importante que os objetivos de leitura sejam esclarecidos em sala de aula, para que o aluno saiba a finalidade do que está lendo. Dessa forma, poderão ficar menos resistentes, porque saberão que em cada atividade há um objetivo, um propósito final.

2.3 ESTRATÉGIAS DE LEITURA

Quando nos referimos a estratégias de leitura, pensamos logo em memória caminhos a serem percorridos, ou seja, um passo a passo para proceder a uma melhor compreensão leitora e aprendizagem significativa. Diante disso, qual seria o significado da palavra “estratégia”?

De acordo com Solé (1998, p. 69),

[...] as estratégias são suspeitas inteligentes, embora arriscadas, sobre o caminho mais adequado que devemos seguir [...] sua aplicação correta exigirá sua contextualização para o problema concreto [...]

No entanto, quando o leitor traça uma estratégia para o que está lendo e não consegue efetuar-la, é necessário que busque outras alternativas de acordo com o seu objetivo.

De acordo com Solé (1998, p. 70),

Ao ensinar estratégias de compreensão leitora, entre os alunos deve predominar a construção e o uso de procedimentos de tipo geral, que possam ser transferidos sem maiores dificuldades para situações de leitura múltiplas e variadas.

Solé (1998) aponta três estratégias de leitura: 1) a seleção, em que o leitor opera cognitivamente a fim de saber o que é essencial em um texto; 2) a previsão, que consiste na eliminação de alternativas que são improváveis para a continuidade do texto, e, 3) a inferência, que está relacionada ao esforço do leitor para elaborar um sentido ao texto, partindo muitas vezes de ideias que se encontram implícitas nele.

Sendo assim, podemos dizer que para um leitor ser considerado ativo deve realizar uma leitura de forma estratégica, percebendo se está compreendendo ou não um texto, fazendo uso de seus próprios procedimentos, analisando sua compreensão de leitura e tornando-a produtiva. As estratégias acabam sendo operações mentais destinadas a processar a informação visual ou auditiva de sorte a levar o leitor a construir os sentidos.

Segundo Cintra e Passaralli (2012, p.52),

O próprio uso do conhecimento prévio do leitor é uma operação estratégica que depende das atividades que ele realiza. Quanto maior for sua proficiência leitora, menor a probabilidade de seleção de atividades inadequadas.

Portanto, devemos lembrar que o professor deve estimular seus alunos à leitura desde os anos iniciais, pois esse incentivo conseqüentemente irá refletir no futuro das crianças trazendo assim o gosto pela leitura e contribuições a sua vida escolar e social. Normalmente, existe uma enorme diferença entre uma criança que desde a infância se envolve no mundo da leitura e um adolescente ou adulto que o faz tardiamente ou que nunca é exposto a essa habilidade.

Podemos dizer que as estratégias são realizadas quando um leitor tem consciência de seus objetivos de leitura. Assim, evidenciamos as reflexões de Colomer e Camps (2002) a esse respeito, quando comentam sobre a importância de se realizar uma leitura com objetivos bem definidos. Essa reflexão proposta pelas autoras está direcionada ao professor que deve elaborar e orientar atividades que envolvam um

ensino proficiente da leitura, proporcionando que seus alunos tenham consciência dos objetivos de leitura de acordo com seus próprios interesses.

Isso mostra que o ambiente escolar pode e deve ser preparado para proporcionar aos alunos diversas interações com a leitura. Cabe ao educador mediar à interação da melhor forma possível, usando sua criatividade em levar seus alunos a terem uma experiência diferenciada com o mundo da leitura. A interação dos alunos com as palavras deve se dar de forma agradável e dinâmica, o professor deve sempre usar a ludicidade durante os momentos de leitura, pois é uma forma de atrair os educandos para o universo das histórias, dos contos e da magia dos livros.

Cintra e Passaralli (2012, p.53) apontam que,

As estratégias dizem respeito, pois ao conhecimento geral do leitor e constituem uma habilidade aprendida e reaprendida continuamente. Novos gêneros de textos ou novas formas de comunicação podem requerer novas estratégias.

A leitura desenvolve a criticidade, a imaginação, o pensamento e a autonomia. Ela é fundamental para que o educando adquira conhecimentos de leitura, escrita e interpretação. Isso porque não pode ser vista por parte do professor apenas como forma de avaliar. Deve ser feita também com atividades sem compromisso de avaliar o educando. O educador deve estar sempre inovando em suas aulas com ideias atrativas e principalmente que envolvam todos os alunos e que tenham relação com a vida cotidiana fora do ambiente escolar.

No entanto, nem sempre a escola consegue motivar para este domínio, pois existe ainda uma grande diferença entre aquilo que se lê na escola (textos e obras específicos pré-definidos) e aquilo que se lê na vida cotidiana. Apesar disso, existem também muitas escolas que têm preocupação com a formação de leitores e o desenvolvimento do gosto pela leitura, buscando melhorar o desempenho leitor do aluno, proporcionando-lhe um ensino de leitura prazerosa e com qualidade.

Conforme aponta Villardi (1997), uma das alternativas da escola seria deixar de investir no hábito, passando a investir no gosto, no prazer, numa predisposição que se realimentasse, por ela mesma, em cada leitura.

Ensinar a gostar de ler é exatamente isso: é ensinar a se emocionar com os sentidos e com a razão (porque, para gostar apenas com os sentidos, não há necessidade da interferência da escola); para isso, é preciso ensinar a enxergar o que não está evidente, a achar as pistas e a retirar do texto os sentidos que se escondem por detrás daquilo que se diz (VILLARDI, 1997, p. 37).

Quanto mais cedo o contato com o mundo da leitura, maior a oportunidade de aprender coisas novas e maior será o desenvolvimento do educando na escola e como cidadão.

2.4 PRÁTICAS DE LEITURA LEVADAS PARA A SALA DE AULA

Para que se desperte o interesse nas crianças pela leitura, primeiro é preciso que elas vejam o interesse do próprio adulto, fazendo da leitura algo sempre presente no dia a dia da sala de aula e de modo prazeroso. Assim, as crianças aos poucos irão percebendo o quanto pode ser gostoso e produtivo o ato de ler.

Partimos do princípio de que a leitura é um processo gradativo, e que, portanto, não se adquire de forma fácil ou de um dia para outro. É necessário dar tempo ao tempo, possibilitar aos alunos as descobertas que vão se fazendo na medida em que a leitura se aprofunde, numa aproximação vagarosa que constitui a construção do texto pelo leitor.

Para que se consiga isto, um bom exemplo é o trabalho com a leitura sob a forma de projeto, em que por intermédio das várias atividades, os diversos objetivos de leitura possam ser alcançados, de forma gradual. Para que o professor consiga atingir um resultado satisfatório, é necessário que ele trace objetivos e trabalhe de forma articulada dentro de cada projeto de leitura.

De acordo com Villardi (1997), a forma como as atividades irão se articular em cada projeto desenvolvido deve permitir que se atinja o objetivo proposto. Para tanto, os projetos devem estar devidamente estruturados em três etapas: "atividades preliminares", "atividades com o texto" e "atividades complementares", cada uma

delas com objetivos específicos definidos, de modo a levar o aluno a uma leitura global e múltipla, descobrindo o prazer de ler.

A prática pedagógica que envolve a leitura, como pode se observar na maioria das vezes, afasta o aluno dos livros, o que não significa que o aluno se afaste deles por si só, nem que tenha uma "prevenção" natural contra eles: é aquilo que se cobra do aluno a respeito da leitura que o afasta dos livros. Portanto, para que se reverta esse quadro, é imprescindível que se possa criar uma atitude positiva do aluno frente ao trabalho que a ele será apresentado. Sendo assim, as atividades que antecedem o trabalho com o texto propriamente dito devem ser as mais lúdicas possíveis. Atividades que envolvam toda a turma, jogos, música, brincadeiras, atividades livres, passeios e visitas costumam causar um bom impacto.

Estes momentos precisam revelar ao aluno um compromisso com aquela verdade que a escola, aparentemente, teima em esquecer; a verdade de que a leitura pode se transformar numa deliciosa brincadeira.

As atividades com os textos podem e devem ser organizadas num roteiro de leitura, que em nada se aproxima dos questionários de interpretação ou das tradicionais e antigas fichas de leitura, capaz de levar o aluno a compreender o texto em toda a sua extensão, a refletir sobre cada elemento que compõe sua estrutura, a perceber a importância das particularidades, até finalmente fazê-lo se posicionar criticamente frente ao que foi lido.

Em vez de querer que os alunos cheguem a respostas corretas os livros didáticos que lhes são oferecidos devem permitir que eles cheguem a respostas possíveis, sempre, é claro, compatível com o que o texto diz. O aluno precisa ser capaz de construir sua própria leitura, não apenas reproduzindo o que o texto já diz, ou até mesmo corroborar com a leitura já feita pelo professor. A leitura do aluno é a manifestação da leitura de mundo dele e difere de um leitor para outro, de acordo com o meio social em que esse sujeito está inserido.

O professor pode também trabalhar de forma que o aluno faça uso da capacidade leitora para fazer sua própria leitura de mundo, de acordo com a vivência cotidiana, cultura, meio social, sendo capaz de fazer interpretações de diferentes formas com o texto trabalhado pelo professor.

Assim os alunos estarão participando ativamente dos momentos de leitura, o que contribuirá para o aprendizado e o interesse pela leitura. Por este motivo, é que as atividades propostas no âmbito de projetos de leitura devem ter uma perspectiva voltada para a valorização do lúdico, diferenciando-se de tudo aquilo que, de modo geral, se faz na escola.

Quando se envolve caráter lúdico, o material a ser elaborado para os roteiros de leitura não deve ser parecido com questionários, sugere-se que venha acompanhado do lúdico, de atividades recreativas como palavras cruzadas, caça-palavras, recorte e colagem, e, é claro, que de acordo com a faixa etária. O que deve ser priorizado realmente é que o aluno realize as atividades com prazer.

Mas, como o professor pode despertar no aluno a curiosidade de ler? Ele pode realizar discussões sobre o tema que o livro traz, procurar em jornais ou revistas algo que tenha relação com o livro, estimulando no aluno aquela vontade de ler, a curiosidade de saber o desenrolar da história.

Um exemplo para os professores, na hora de preparar algumas perguntas relacionadas a determinados textos, histórias, é procurar trabalhar o real sentido que as palavras estão trazendo, os sentimentos produzidos nas crianças, os valores ensinados, e, não apenas usar para fazer outros tipos de atividades como procurar verbos, adjetivos, pronomes dentro da história.

3 A PESQUISA

Acreditando na importância desta pesquisa, realizamos em um primeiro momento a fundamentação de dados teóricos sobre o trabalho com a leitura nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o que permitiu aprofundar os conhecimentos do tema que geraram esta pesquisa.

No segundo momento, procedemos à realização de uma pesquisa de campo exploratória, a fim de verificar como o trabalho com a leitura é realizado por professores nos anos iniciais do ensino fundamental de escolas da rede pública do município de Aracruz/ES.

Sendo assim, foram distribuídos 20 questionários, compostos por cinco questões objetivas, sobre a concepção de leitura, condições e objetivos do ensino de leitura, gêneros textuais e estratégias usadas em sala de aula.

O instrumento foi aplicado entre os dias 15 e 20 do mês de junho de 2016 a 20 professores⁴ que atuam no 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental de diferentes escolas da rede pública do município de Aracruz – ES.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS

A seguir serão apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir dos questionários respondidos por 20 professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental que lecionam em escolas da rede pública de Aracruz. Ressalta-se que todos os professores, escolhidos aleatoriamente, responderam ao questionário.

Os dados foram tabulados e analisados de forma descritiva e reflexiva e, para a visualização dos resultados, foram elaborados gráficos com os resultados expressos em porcentagem.

A figura 1 refere-se à primeira pergunta, que questionava a opinião dos professores sobre o que é a leitura. Continha quatro opções de resposta sobre esse conceito. Dentre as opções possíveis, “um meio para realização de aprendizagem” e “um processo de interação entre o leitor e o texto” foram assinaladas, cada uma, por 10 professores (50%). A seguir, a opção “um objeto de conhecimento” foi assinalada por oito professores (40%). Por fim, “uma construção que envolve o texto e o conhecimento prévio do leitor” foi a opção de menor escolha pelos professores, cinco (25%). Apesar de a literatura apontar todas as opções como definições de leitura, notamos que há, entre os docentes, divergências a respeito dessa definição.

⁴ Não serão divulgados os nomes dos professores e as respectivas escolas, no intuito de preservar a identidade dos respondentes.

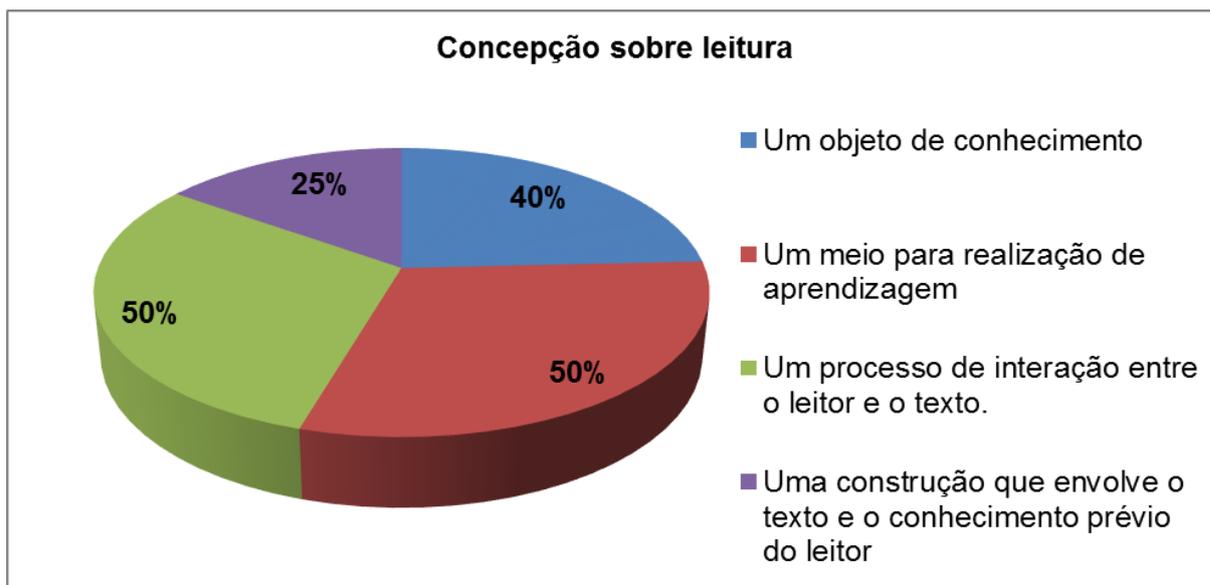


Figura 1 - Opinião dos professores sobre o que é a leitura

O segundo questionamento aplicado foi sobre o uso das estratégias para a construção de compreensão leitora pelo aluno. Os resultados estão apresentados na figura 2.

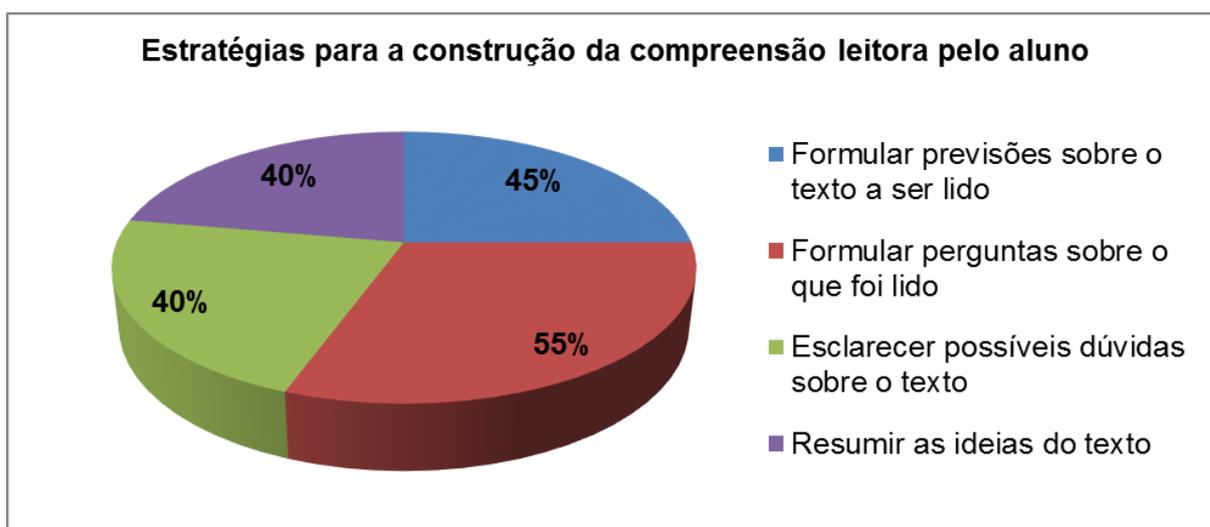


Figura 2 - Uso das estratégias para a construção de compreensão leitora pelo aluno

A opção mais assinalada pelos professores, um total de 11 (55%), foi “formular perguntas sobre o que foi lido”. Esse tipo de atividade é muito comum nas salas de aula, principalmente, na disciplina de Língua Portuguesa. Essa estratégia auxilia ao

professor avaliar o grau de compreensão do texto por parte dos alunos. Vale ressaltar que as perguntas sobre o texto farão de fato um efeito positivo didaticamente e socialmente se for de cunho reflexivo, ou seja, se as perguntas forem formativas ou discursivas, pois levarão o indivíduo a refletir sobre a situação exposta no texto, levando o aluno a uma reflexão crítica e, ao mesmo tempo, gerando efeitos produzidos através da mensagem transmitida no texto. Em outras palavras, fazendo sentido para o aluno de acordo com a contextualização.

Pode-se observar que nove professores (45%), assinalaram a opção “formular previsões sobre o texto a ser lido”. Essa antecipação é muito importante para o aluno, pois facilita na compreensão do texto, evita sobrecarga e é uma estratégia benéfica usada pelo professor nas atividades de compreensão de textos.

Dos professores entrevistados, oito professores (40%) consideram que “esclarecer possíveis dúvidas sobre o texto” contribui para a construção da compreensão leitora pelo aluno. Esse método é muito comum nas aulas, pois é através do esclarecimento de dúvidas que o professor consegue mensurar o grau de entendimento dos alunos em relação ao texto proposto. De igual modo, oito professores (40%) usam a estratégia “resumir as ideias do texto” como método de construção da compreensão leitora pelo aluno. Esta prática pedagógica é uma forma de organizar as ideias do aluno em relação ao texto, e também uma forma de tirar dúvidas dos alunos.

O terceiro questionamento se referia aos objetivos de leitura considerados relevantes no processo ensino-aprendizagem. Os resultados apresentados na figura 3 indicam que um número maior de professores assinalou a opção “ler para obter informação de caráter geral”, totalizando 17 professores (85%). Por outro lado, um número menor assinalou a opção “ler para verificar o que se aprendeu”, totalizando seis professores (30%). Apesar de todas as opções disponíveis serem importantes no ensino da leitura, verificou-se que apenas alguns destes são levados em consideração, o que pode refletir no ensino na sala de aula, visto que muitas vezes, o aluno tem contato com apenas alguns tipos de texto e, em grande parte, o objetivo daquela leitura é sempre o mesmo.

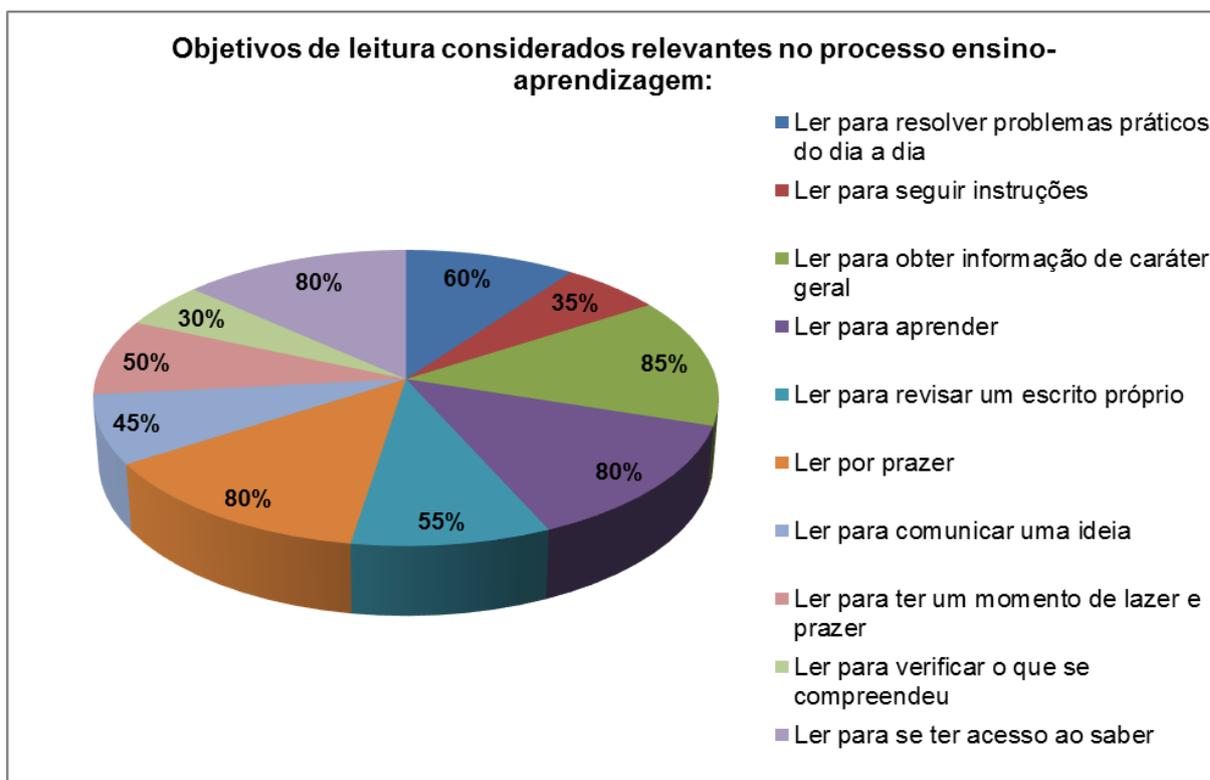


Figura 3 - Objetivos de leitura considerados relevantes no processo ensino-aprendizagem

Quando questionados na quarta questão sobre o uso de diferentes gêneros textuais utilizados para estimular a leitura em sala de aula, os professores tinham como opção de escolha o uso de poemas, contos, fábulas, gibis, receitas, filmes, biografias, jornais, cartas, narrativas, crônicas, e-mail, romances, entre outros.

Como apresentado na figura 4, poemas, contos e fábulas foram assinalados por todos os professores, 20 (100%), portanto, são os gêneros textuais mais utilizados. Gibis e receitas foram assinalados por 18 professores (90%); filmes e biografias por 14 professores (70%); jornais foram assinalados por 13 professores (65%); cartas por 12 professores (60%); narrativas por 11 professores (55%); crônicas por nove professores (45%); e e-mail e romances por apenas um professor (5%) cada. Ressalta-se que cinco professores (25%) assinalaram a opção outros gêneros textuais. Segundo estes professores são utilizados, além das opções disponíveis, músicas, parlendas, trava-línguas, enciclopédias, adivinhas, cartazes, bilhetes e anedotas.

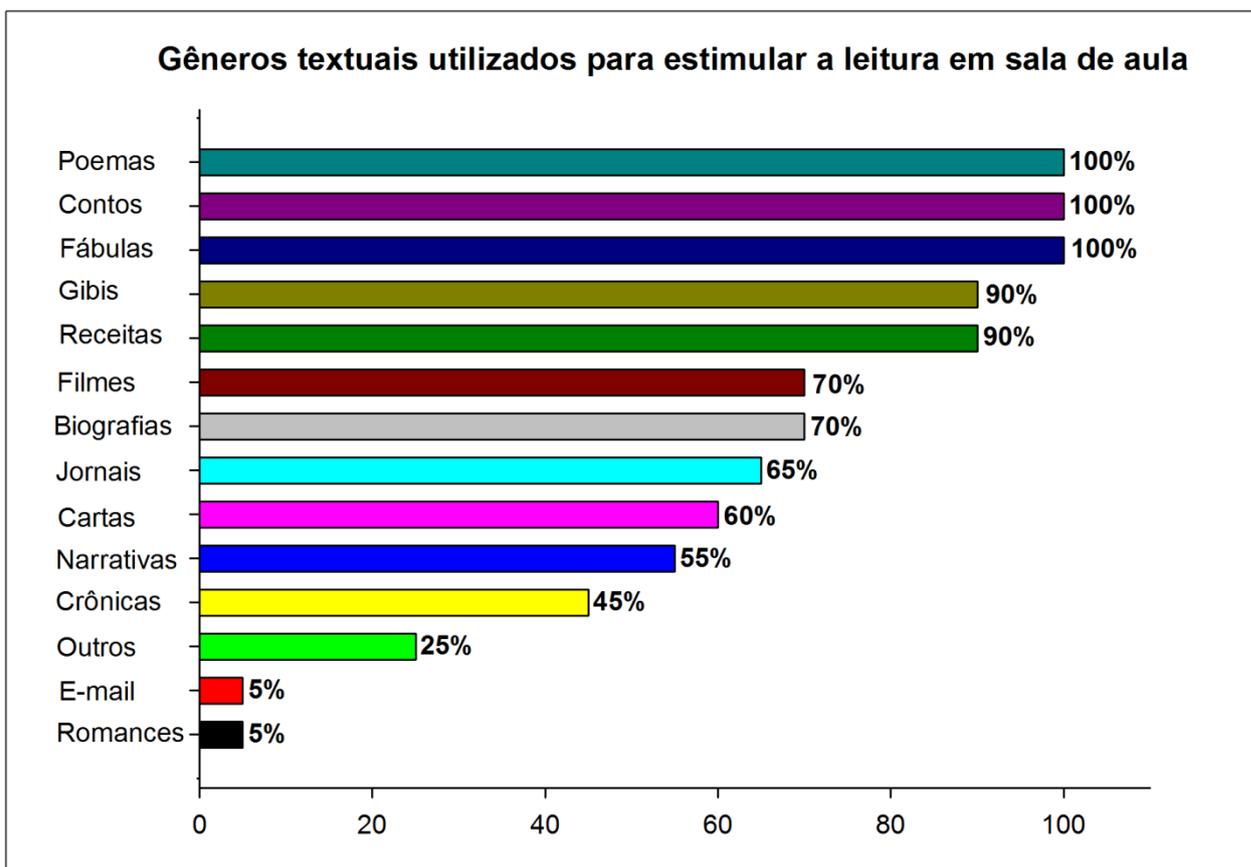


Figura 4 - Gêneros textuais utilizados para estimular a leitura em sala de aula

Com base nos resultados, pode-se inferir que os professores utilizam uma gama de gêneros textuais. No entanto, existe preferência por alguns gêneros em detrimento aos demais, em razão de estes professores trabalharem com turmas iniciais do ensino fundamental, o que não deve acarretar aulas menos dinâmicas de leitura.

Ressalta-se que, para que a leitura seja significativa, os alunos devem ter contato com os diferentes tipos de textos que circulam em nossa sociedade, o que pode ser obtido através da disponibilização de mais gêneros textuais. Essa estratégia pode facilitar a compreensão de informações implícitas não apenas em textos impressos, mas também naqueles que são transmitidos pelos diferentes meios de comunicação.

O quinto questionamento se referia aos meios para avaliação da leitura dos alunos. De acordo com os resultados apresentados na figura 5, 19 professores (95%), quase a totalidade, assinalaram a opção “avaliação contínua, que permite o

acompanhamento do desempenho dos alunos”. Ou seja, quase a totalidade dos professores compreendem que a avaliação é um processo, e que ao longo do ano ele consegue com mais clareza perceber a evolução de cada aluno e identificar melhor quais as dificuldades que a sua turma enfrenta sobre a leitura. Por outro lado, apenas três professores (15%) compreendem que um dos meios para a avaliação da leitura dos alunos seja por meio de “perguntas que levem a meras devoluções ou transcrições do que foi lido”, ou seja, são indagações que levam os alunos a raciocinarem e refletirem sobre o que foi lido.

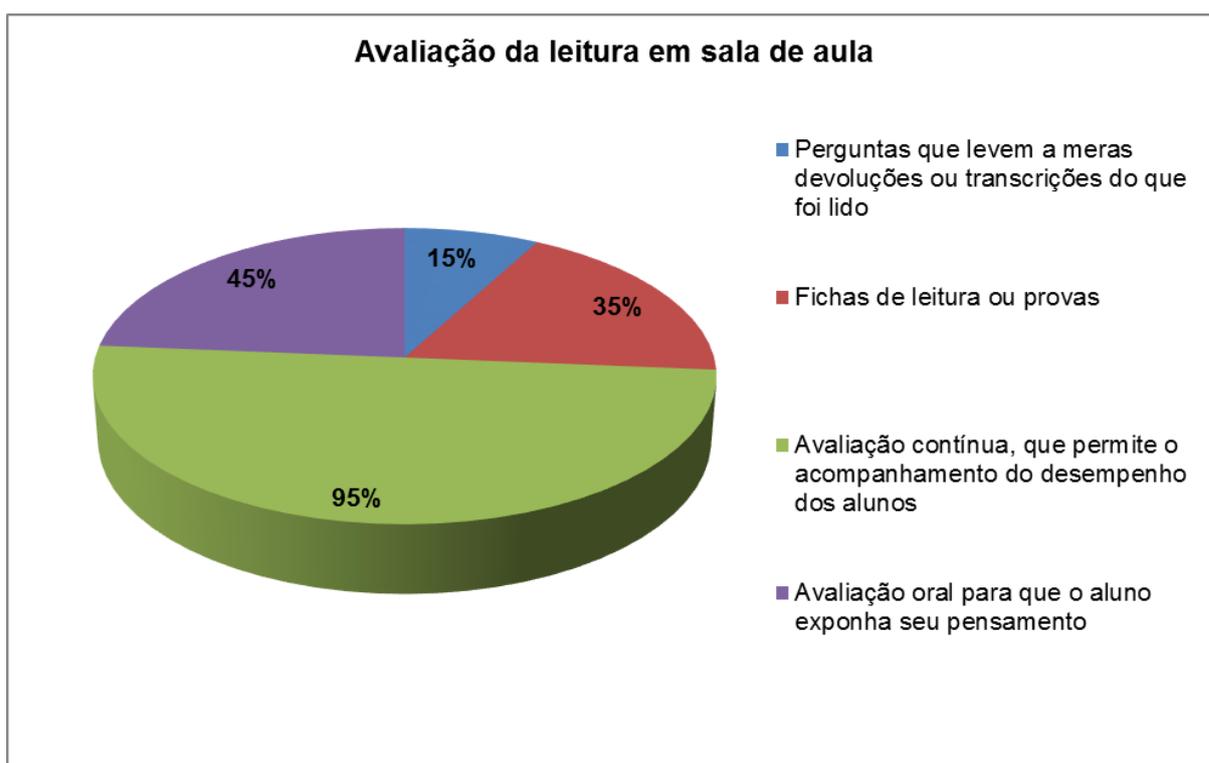


Figura 5 - Avaliação da leitura em sala de aula

Com respostas intermediárias, nove professores (45%) assinalaram que uma das melhores opções para avaliar o aluno é por meio da “avaliação oral para que o aluno exponha seu pensamento”, sendo assim o aluno consegue expressar tudo o que foi compreendido e o que não foi compreendido, resultando em uma discussão e um diálogo prazeroso com o professor e a turma. Por fim, sete professores (35%) entendem que as “fichas de leituras ou provas” são essenciais para a avaliação dos alunos, nas quais conseguem perceber por meio da escrita o que realmente compreendeu.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa abordou sobre as estratégias de leitura e o uso da compreensão leitora nos anos iniciais do Ensino Fundamental, por meio das práticas docentes veiculadas em escolas da rede pública do município de Aracruz - ES.

Constatamos que os professores adotam estratégias variadas para o ensino da leitura, mas que ainda é preciso que eles tenham mais conhecimento sobre o conceito de leitura e maiores preocupações ao ensinar a leitura, para que esta atividade continue fazendo parte do convívio das crianças, tornando-as assim leitores críticos, competentes e atuantes.

Se professor criar um contato maior da criança com os diferentes gêneros textuais, com atividades de leitura diferenciadas, objetivos e estratégias bem definidas, o aluno poderá ter mais motivação e prazer no ato de ler em diferentes ambientes, sejam escolares ou sociais.

Por fim, baseando-nos nas informações disponíveis na literatura e nos resultados obtidos nesta pesquisa por meio dos questionários, percebemos que a teoria está entrelaçada com a prática.

REFERÊNCIAS

COLOMER, Teresa; CAMPS, Anna. **Ensinar a ler, ensinar a compreender**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

KOCH, Ingedore Villaça. ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PASSARELLI, Lílian Ghiuro; CINTRA, Anna Maria Marques. **Leitura e produção de texto**. 1 ed. São Paulo: Edgard Blücher Ltda., 2012. 171 p.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. 6 ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

VILLARDI, Raquel. **Ensinando a gostar de ler e formando leitores para a vida inteira**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

OS DESAFIOS DA TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Alane dos Santos Correia*
Diana Cezar Stábnow Stov*
Maria de Jesus Massarioli Coutinho*
Moara Bossatto Foresti*
Fabianne Firmino de Oliveira da Silva*

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir acerca do processo de transição da criança na Educação Infantil para o Ensino Fundamental, e contribuir com sugestões para a continuidade de atividades lúdicas no Ensino Fundamental, identificando algumas características recorrentes dessas modalidades de educação, cujas similaridades e diferenças foram identificadas através de observações executadas nos estágios supervisionados que realizamos no decorrer do curso de Pedagogia. Para tanto, elegeu-se como objeto de estudo 01 (uma) escola de Educação Infantil e 01 (uma) de Ensino Fundamental, ambas do Município de Aracruz/ES. Utilizou-se para coleta de dados a aplicação de entrevistas, com o intuito de verificar como acontece na prática a transição da criança da Educação Infantil para o Ensino Fundamental e também de pesquisas bibliográfica para fundamentação teórica.

*Graduada do curso de Pedagogia das Faculdades Integradas de Aracruz – FAACZ. E-mail: alane.ped@gmail.com

*Graduada do curso de Pedagogia das Faculdades Integradas de Aracruz – FAACZ. E-mail: diana.stabnow@gmail.com

* Graduada do curso de Pedagogia das Faculdades Integradas de Aracruz – FAACZ. E-mail: mmassarioli@gmail.com

*Graduada do curso de Pedagogia das Faculdades Integradas de Aracruz – FAACZ. E-mail: moara.bossatto@gmail.com

*Professora especialista em Libras das Faculdades Integradas de Aracruz – FAACZ. E-mail: fabianne@fsjb.edu.br

Foram sujeitos desta pesquisa 01 (um) profissional da Educação Infantil, 01 (um) profissional que atua no Ensino Fundamental e 01 (um) técnico da Secretaria de Educação do Município de Aracruz-ES. A análise dos dados aponta que no processo da transição, quando a criança chega ao Ensino Fundamental, há na escola todo um preparatório para o acolhimento do aluno, e dessa forma, durante o primeiro mês de aula, o professor planeja suas aulas para que sempre haja nelas o momento do brincar. Contudo, no decorrer do ano, percebe-se que a ludicidade vai diminuindo nos espaços e tempos do ambiente escolar do Ensino Fundamental, que prioriza um ensino sistemático e sem muito encantamento que acaba por não respeitar o mundo lúdico da infância.

Palavras - chave: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Criança, Infância, Transição.

ABSTRACT

The purpose of this article is to reflect on the process of transition of the child in Early Childhood Education and to contribute with suggestions for the continuity of play activities in Elementary School, identifying some recurrent characteristics of these education modalities, whose similarities and differences were Identified through observations performed in the supervised stages that we carry out during the course of Pedagogy. For that purpose, 01 (one) school of Infant Education and 01 (one) of Elementary School, both of the Municipality of Aracruz / ES, were chosen as object of study. It was used for data collection the application of interviews, in order to verify how in practice the transition of the child from Early Childhood to Elementary School and also of bibliographical research for theoretical foundation. This study included 01 (one) professional of Child Education, 01 (one) professional who works in Elementary School and 01 (one) technician of the Education Department of the Municipality of Aracruz-ES. The analysis of the data points out that in the transition process, when the child arrives at Elementary School, there is a whole school in the school to welcome the student, and that way, during the first month of school, the teacher plans his classes so that always There is in them the moment of playing. However, during the year, it is noticed that playfulness is diminishing in the spaces and times of the school environment of Elementary School, which prioritizes a systematic teaching and without much enchantment that ends up not respecting the playful world of

childhood.

Keywords: Early Childhood Education, Elementary School, Child, Childhood, Transit

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido acerca dos pressupostos da Educação Infantil e as expectativas em relação ao nível de aprendizagem da criança ao ingressar no Ensino Fundamental. Segundo Corsino (2006, p.57), “a inclusão das crianças no Ensino Fundamental provoca uma série de indagações sobre o que e como se deve ensinar nas diferentes áreas do currículo”.

Para que possamos abordar esse assunto, faz-se necessário discutir os reais princípios e fundamentos da Educação Infantil considerando o direito de aprendizagem, sem, contudo, esquecer que o público alvo inserido nesse espaço do Ensino Fundamental é um aluno de apenas seis anos de idade, um cidadão de direito que, mesmo com uma idade tão tenra e estando dentro de uma instituição com objetivos claros e estabelecidos, continua a ser criança, como nos mostra o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 2º, ao definir que “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquele entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990, p.11).

Nos primeiros anos de vida, a criança se relaciona com o mundo basicamente pelos seus sentidos, seus movimentos e suas manifestações afetivas. Ainda bebê, as relações de comunicação com o outro são estabelecidas através de olhares, toques, sorrisos e também do choro, uma forma de linguagem utilizada para expressar sentimentos e necessidades num momento em que a criança ainda não dispõe de uma linguagem oral suficientemente desenvolvida. À medida que as crianças crescem e desenvolvem outras formas de linguagem, a brincadeira costuma tornar-se a forma privilegiada de relacionar-se com o mundo. Gusso e Schuartz (2005, p.237), afirmam que “a brincadeira é considerada uma atividade universal que assume características peculiares no contexto social, histórico e cultural”.

Gusso e Schuartz (2005, p.236-244), afirmam ainda que “o ser humano nasce e cresce com a necessidade de brincar, pois o brincar é uma das atividades mais importantes na vida dos indivíduos”. Dessa maneira, o brincar é essencial na

infância, pois é por meio da brincadeira que a criança pode expressar seus sentimentos, interagir com outros sujeitos e conseqüentemente adquirir novos conhecimentos para viver em sociedade. Partindo desse princípio, é notória a responsabilidade do educador em proporcionar uma aprendizagem lúdica para que a criança não perca o encantamento do desafio de aprender e conseqüentemente se aproprie de conhecimentos significativos com maior propriedade e naturalidade. Muitas vezes, as crianças perdem o seu direito de brincar dentro do ambiente escolar, hábito importante para o desenvolvimento da linguagem e, conseqüentemente, da comunicação.

Nessa direção, a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental deveria contemplar um planejamento comum entre as instituições educacionais, integrando a ideia de trabalhar o lúdico da Educação Infantil ao segmento do Ensino Fundamental, a fim de que, por meio dessa integração, se instaure um processo de comunicação que favoreça essa transição de forma mais harmônica, sem pressionar os sujeitos envolvidos nessa problemática: as crianças.

Propusemo-nos então, a nos envolver na relevância desse estudo, pois a partir dele será possível adotar uma metodologia que possibilitará os alunos se sentirem motivados na passagem de uma etapa de educação para outra, afinal, a integração entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental é mencionado no Artigo 11 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, onde se verifica que:

Art.11. Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental (BRASIL, 2009, p.30).

O artigo acima citado ressalta que todas as ações pedagógicas desenvolvidas dentro da escola devem respeitar as características próprias para a Educação Infantil e considerar as vivências adquiridas nessa etapa, de modo que possa haver uma continuidade do trabalho no Ensino Fundamental, respeitando sempre os interesses e necessidade de cada criança, numa perspectiva de não se antecipar os

conteúdos que serão desenvolvidos na etapa seguinte da vida escolar.

Assim sendo, surgiu a necessidade de pesquisar sobre este tema e nos remetemos à seguinte problemática: como o município de Aracruz tem desenvolvido práticas educativas acerca da transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, possibilitando processos que não venham a ser dolorosos para a criança?

Nesse âmbito, este trabalho tem como objetivo geral refletir acerca do processo de transição da criança na Educação Infantil para o Ensino Fundamental, com vistas a identificar algumas contribuições lúdicas, para que não haja rupturas de uma etapa para outra.

Foram definidos como objetivos específicos de nosso trabalho:

- Identificar diferenças e similaridades entre as práticas educativas desenvolvidas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.
- Ampliar o diálogo e a compreensão sobre os entraves, rupturas e continuidades vividas pelas crianças nos espaços da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.
- Propor atividades pedagógicas que conduzam os professores a um trabalho lúdico no Ensino Fundamental.

1 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia utilizada para elaboração deste artigo foi desenvolvida através de pesquisas bibliográficas, observações de experiências em estágio supervisionado e pesquisa de campo realizadas na Secretaria de Educação e Segmentos da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Para a realização das entrevistas, elaboramos três roteiros diferentes para cada segmento de ensino, sendo: 01 (um) roteiro com perguntas específicas da área de atuação do Técnico da Secretaria de Educação do Município de Aracruz, 01 (um) roteiro com perguntas relacionadas ao seguimento da Educação Infantil e outro roteiro com perguntas relacionadas ao seguimento de Ensino Fundamental para os Gestores das respectivas instituições, em que a Secretaria de Educação denominamos como Técnico A; o segmento de Educação Infantil denominamos como Gestora A e Gestora B, para o segmento de

Ensino Fundamental.

O interesse pela temática deste trabalho surgiu no ano de 2015, a partir das inquietações despertadas em nós durante nossa vivência no campo de estágio supervisionado, em que estávamos no 4º (quarto) período do Curso de Pedagogia, no qual pudemos perceber a desmotivação de grande parte das crianças quando chegam ao primeiro ano do Ensino Fundamental. Observamos que as crianças perdem o seu direito de brincar, e isso pode desfavorecer o desenvolvimento da aprendizagem. É nesse sentido que Vygotsky (2007, p.162) afirma que “ao brincar, a criança está acima da própria idade, acima de seu comportamento diário, maior do que é na realidade”. Assim, percebe-se que a brincadeira desperta a imaginação da criança, fazendo com que se adquira autonomia e potencialização na socialização de grupos.

Ao abordar como assunto a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, é necessário entender o que as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica definem como direitos que contribuem para o desenvolvimento da criança no exercício da cidadania. Dessa forma, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica em seu Art. 5º:

Art.5º. A educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para o exercício da cidadania em plenitude, da qual depende a possibilidade de conquistar todos os demais direitos, definidos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na legislação ordinária e nas demais disposições que consagram as prerrogativas do cidadão (2013, p.64).

A criança como sujeito de direito precisa de ações favorecedoras para o seu desenvolvimento. Assim toda criança deve ser respeitada pelas diferentes formas do ser que cada uma possui, decorrentes de suas experiências próprias de mundo, ritmos, contextos sociais e culturais diferenciados.

O ideal é que as crianças estabeleçam uma relação de envolvimento com as atividades que lhes são propostas, isto é, os espaços e tempos devem ser

organizados e respeitados para que as crianças possam expor seus pensamentos e sucessivamente suas produções, propiciando, assim, uma aprendizagem significativa. Que espaço e tempo estamos criando em nossas escolas para que as crianças explorem seus pensamentos? Cabe à escola proporcionar um ambiente onde a infância possa ser vivida pela criança em toda sua plenitude. Isto é, um espaço e tempo em que possam vivenciar novas aprendizagens por meio da ludicidade, tendo oportunidade de expressar suas emoções e significar o mundo. De acordo com Nascimento (2006), não podemos correr o risco de desconsiderar que a infância está presente nos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental e não só na Educação Infantil, sendo esses questionamentos fundamentais para que se reflita no trabalho pedagógico.

1.1 ALGUMAS DIFERENÇAS E SIMILARIDADES ENTRE AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DESENVOLVIDAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL

O objetivo da Educação Infantil é cuidar e educar. Nesse sentido, as instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas) integram as funções de educar e cuidar, comprometidas com o desenvolvimento integral da criança nos aspectos físico, intelectual, afetivo e social, compreendendo a criança como um ser total, completo, que aprende a ser e conviver consigo mesmo, com o seu semelhante e com o ambiente que a cerca. De acordo com as ideias do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998, p. 23,24), o educar significa:

Propiciar situações de cuidado, brincadeira e aprendizagens orientadas, de forma que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança e o acesso pela criança aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Desse modo, a passagem da criança de uma Escola de Educação Infantil para o Ensino Fundamental deve ser acolhedora e a ludicidade precisa continuar fazendo parte desse processo, pois a criança não deixa de ser criança pelo simples fato de

ingressar no Ensino Fundamental, nem tampouco pela mudança de faixa etária, visto que, até pouco tempo, nessa idade ela frequentava a Educação Infantil, vivenciando a aprendizagem através de brincadeiras. Gusso e Schuartz (2005, p. 239) afirmam que, “no decorrer do desenvolvimento integral, a criança cresce e compreende a realidade por meio de brincadeiras e do faz de conta, que em alguns momentos são representações da vida adulta”. Por meio dessa afirmação, compreendemos a importância das atividades lúdicas estarem presentes na vida escolar da criança.

Portanto, as instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental devem ter um olhar atento, incentivando práticas de interação lúdica entre as crianças, entre os profissionais e as propostas pedagógicas das instituições, promovendo visitas nas quais as crianças da Educação Infantil possam se familiarizar com as ações praticadas no primeiro ano do Ensino Fundamental possibilitando “ocasiões que antecipam transições iminentes na vida das crianças e têm como objetivo prepará-las para a mudança” (CORSARO, 2005, apud MOTTA, 2013, p.161).

Nessa direção, percebe-se que as crianças não compreendem porque antes podiam se levantar, conversar e interagir com as outras e até mesmo brincar dentro da sala de aula, e num espaço curto de tempo nas escolas em que tivemos contato ainda são obrigadas a ficarem em silêncio, sentadas em fila, sem poder interagir livremente com os colegas. Podemos observar esses fatos na citação abaixo, onde as autoras apontam que:

[...] as filas aconteceram em todos os momentos que as crianças se deslocaram pela escola, sugerindo que nesse espaço as crianças teriam menor autonomia para circular entre esses espaços e que, portanto, a professora exerceria um controle maior sobre os alunos nesses momentos; as carteiras eram individuais, em filas, voltadas para a professora e o quadro negro, e não favorecendo o contato entre os alunos, já que esses deveriam se concentrar nas atividades realizadas individualmente; as brincadeiras entre as crianças foram permitidas principalmente no momento do recreio, o que trouxe uma das atividades mais valorizadas na educação infantil para um segundo plano; o espaço em que as crianças ficaram mais

tempo foi a sala de aula, [...]os artefatos culturais disponíveis na sala de aula tornaram-se reduzidos quando comparados aos disponibilizados na educação infantil. Tais aspectos, considerados em conjunto, representam uma ruptura em relação às práticas escolares vivenciadas pelas crianças na educação infantil (NEVES, GOUVÊA, CASTANHEIRA, 2011, p.132).

Mesmo que no primeiro dia ou semana de aula as brincadeiras estejam presentes na rotina, aos poucos elas vão desaparecendo, dando lugar a regras. Agora não pode mais conversar ou circular pela sala com a mesma frequência de antes; para falar, o aluno precisa levantar a mão e esperar a autorização do professor; as brincadeiras só são permitidas no dia do brinquedo e no parquinho, uma vez por semana. As atividades que antes eram rotineiras e lúdicas deram lugar a atividades obrigatórias para o cumprimento do Currículo Escolar.

Contudo, percebe-se que algumas atividades presentes na Educação Infantil são semelhantes e praticadas também no Ensino Fundamental. As rodas de conversa e a leitura de histórias fazem parte do 1º ano do Ensino Fundamental, mas de forma diferente. As crianças não se sentam em círculos junto ao professor, elas ouvem e participam desses momentos sentadas em mesas individuais uma atrás da outra impedindo, assim, a interação, não somente na escuta, mas também na troca de olhares e expressões faciais. Os momentos no parquinho não fazem parte da rotina, acontecendo somente no dia do brinquedo. Dá-se início então, à descontinuidade das atividades cotidianas e prazerosas.

1.2 A IMPORTÂNCIA DE AMPLIAR O DIÁLOGO E A COMPREENSÃO SOBRE OS ENTRAVES, RUPTURAS E CONTINUIDADES VIVIDAS PELAS CRIANÇAS NOS ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL

Na perspectiva de proporcionar uma transição harmoniosa, é importante fazer uma reflexão dessa passagem da criança, afinal a infância acontece fora e dentro das escolas. Cabe então indagar para saber quem são as crianças e que educação pretendemos oferecer. Nossas crianças são sujeitos de direitos, pertencentes a uma

sociedade rodeados de informações e que trazem consigo conhecimentos de mundo que integram as suas aprendizagens, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal e social. Nessa direção, cabe à escola valorizar os conhecimentos que os alunos já possuem, promovendo o avanço e ampliando as possibilidades de aprendizagem significativa. Para isso é necessário que a escola esteja em constante diálogo, trabalhando de forma integrada entre as instituições, valorizando os espaços e tempos das crianças, pois quando há um trabalho de acordo com os interesses e necessidades da criança, a educação passa a ser significativa para ela.

Segundo Nascimento (2006, p.30),

Faz-se necessário definir caminhos pedagógicos nos tempos e espaços da escola e da sala de aula que favoreçam o encontro da cultura infantil, valorizando as trocas entre todos os que ali estão, em que crianças possam recriar as relações da sociedade na qual estão inseridas, possam expressar suas emoções e formas de ver e de significar o mundo, espaços e tempos que favoreçam a construção da autonomia.

Na Educação Infantil, a ludicidade é muito presente, o brincar é uma atividade humana e significativa. As crianças se constroem e se constituem membros sociais. E no Ensino Fundamental o trabalho pedagógico deve incorporar essa ludicidade no processo de ensino aprendizagem. Porém os educadores precisam conhecer seus alunos, saber ouvi-los. De acordo com Borba (2006, p.35),

Ao observarmos as crianças e os adolescentes de nossas escolas brincando, podemos conhecê-los melhor, ultrapassando os muros da escola, pois parte de seus mundos e experiências revelam-se nas ações e significados que constroem nas suas brincadeiras.

Será que sabemos quais os interesses e necessidades dos nossos alunos? O diálogo é fundamental para estabelecer diversas relações e trocas de experiências e conhecendo os educandos, o professor poderá, respeitando os interesses e necessidades das crianças, planejar atividades que permitam aprendizagem,

descobertas e soluções de problemas, de forma significativa para elas.

Diante do exposto, faz-se necessário eleger os temas ligados ao contexto da criança para planejar as aulas. É preciso olhar para o aluno, para ver como ele aprende e assim propor condições que levem a pensar e descobrir soluções para as situações problemas e não simplesmente seguir um modelo estabelecido. Nascimento (2006, p.35), ressalta que “precisamos estar preparados para criar espaços de trocas e aprendizagens significativas, onde as crianças possam, nesse primeiro ano, viver a experiência de um ensino rico em afetividade e descobertas”. Nessa direção, refletir sobre a criança, podemos tornar a escola um espaço mais dinâmico e aberto ao diálogo harmonioso. Cabe destacar que assumir uma olhar responsivo sobre a criança é primordial para perceber e conhecer o aluno.

Devemos ouvir nossas crianças, não só por meio da fala, mas também através dos seus gestos. Por isso o trabalho pedagógico deve permear na ludicidade, o encantamento deve estar em todo momento e para isso a criança precisa explorar o brincar nos espaço e tempos escolares. Nascimento (2006, p.30), afirma que “a brincadeira se torna essencial, pois nela estão presentes as múltiplas formas de ver e interpretar o mundo”. Nesse sentido percebemos que o momento da brincadeira pode proporcionar ao professor a percepção do aprendizado ou dificuldade da criança. E assim, poderá planejar suas aulas de acordo com os interesses e no contexto do aluno.

1.3 A INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA COM ATIVIDADES LÚDICAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Ressaltamos que diferentes modos de ensinar e aprender propiciam aprendizagem significativa para os sujeitos e a ludicidade pode propiciar interesses e interações entre as crianças. Para isso, o professor deve planejar suas aulas de forma interdisciplinar, atraente e que favoreça a aprendizagem. Como exemplo, as atividades de rodas de conversas, leituras de histórias, trava-línguas, jogos de rima, jogos da memória, palavras cruzadas, baralhos, dominó, jogos de trilhas, entre outras atividades, constituem formas interessantes de aprender brincando. Segundo Borba (2006, p.43), “se incorporarmos de forma mais afetiva a ludicidade nas nossas práticas, estaremos potencializando as possibilidades de aprender e o investimento e o prazer das crianças e os adolescentes no processo de conhecer”.

Considerando que o processo de transição deve possibilitar uma passagem harmoniosa para a criança, evidenciamos que melhorias podem e necessitam ser feitas. As secretarias de Educação e os setores responsáveis pelos segmentos escolares precisam pensar em conjunto, pois as diretrizes do infantil e do fundamental reafirmam que as escolas devem partir para ações mais práticas, aumentando a relação e a convivência entre as crianças das duas etapas de ensino. É importante conhecer o que é próprio de cada etapa e principalmente o que é realizado no cotidiano, a fim de propor estratégias que coloquem a criança em primeiro plano. Pensar em ações que envolvam ambas as etapas, para que as crianças possam, desde a Educação Infantil, conhecer os espaços e os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, e para que as crianças que estão no 1º ano possam revisitar os espaços que já passaram e, de certa forma, conviver com os professores anteriores.

Dessa forma, no Ensino Fundamental, acolher, significa também cuidar e educar, como forma de garantir a aprendizagem dos conteúdos curriculares, para que a criança desenvolva interesses que lhe permitam usufruir dos bens culturais disponíveis na sua sociedade. Assim, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica em seu Art. 24:

Art. 24. Os objetivos da formação básica das crianças, definidos para a Educação Infantil, prolongam-se durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no primeiro, e completam-se nos anos finais, ampliando e intensificando, gradativamente, o processo educativo (BRASIL, 2013, p.70).

Portanto, cabe ao professor articular esses objetivos, desenvolvendo ações para que o aluno desperte a capacidade de aprender sem perder o encanto da ludicidade, sentindo-se estimulado no interesse de aquisição de novos conteúdos.

Vygotsky (apud AUGUSTO, 2014, p.27) ressalta que “o desenvolvimento do olhar humano é mediado pela linguagem”. Por isso é importante que os professores desenvolvam atividades voltadas para a ludicidade e criatividade.

Augusto (2014, p.29) aclara essa necessidade de mudanças ao afirmar que “os professores que conseguem ver depois de olhar, com certeza possuem mais recursos para cuidar das condições de produção das crianças”. Assim, cabe também ao professor o uso de práticas para o desenvolvimento da oralidade, conversando com as crianças, propondo brincadeiras com palavras e narrativas, ler e contar histórias, de acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998, p.121),

Quanto mais as crianças puderem falar em situações diferentes, como contar o que lhes aconteceu em casa, contar histórias, dar um recado, explicar um jogo ou pedir uma informação, mais poderão desenvolver suas capacidades comunicativas de maneira significativa.

Práticas como essas possibilitam continuidades do trabalho pedagógico desenvolvido na Educação Infantil, permitindo e solidificando a aprendizagem de forma mais significativa, por meio de várias linguagens.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de aprofundar sobre o tema deste trabalho, procedemos com a realização de uma pesquisa de campo exploratória, a fim de verificar como acontece na prática a transição da criança da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, e também quais ações são desenvolvidas pela Secretaria de Educação do Município de Aracruz-ES, com a finalidade de favorecer esse processo.

Assim, foram distribuídos questionários compostos de 08 (oito) questões discursivas para uma escola de Educação Infantil e uma escola de Ensino Fundamental da rede pública do município de Aracruz. Esses questionários foram respondidos pelas gestoras e pedagogas das instituições escolhidas. Também foram entregues dois questionários com três questões discursivas na Secretaria Municipal de Educação para que fossem respondidos por um dos responsáveis pela Educação Infantil e pelo Ensino Fundamental no município de Aracruz-ES.

De acordo com a análise das respostas dos questionários entregues na instituição de Educação Infantil, percebe-se que são desenvolvidas algumas ações cuja finalidade é favorecer o processo de transição das crianças ali inseridas para o próximo segmento da Educação Básica. Na pesquisa realizada, a Gestora A relatou que são promovidas visitas das crianças que frequentam o último ano da Educação Infantil aos espaços e ambientes da escola de Ensino Fundamental para que possam familiarizar-se e assim se sentirem mais seguras para no ano seguinte ingressarem na próxima etapa de escolarização.

Porém, em seu relato, ela deixou claro a necessidade de intensificar mais a utilização dos espaços, bem como compartilhar alguns momentos juntos às turmas do 1º ano do Ensino Fundamental como, por exemplo, momento social, apresentações culturais, correspondências, atividades recreativas, eventos da escola, etc.

Quando questionada sobre atividades proposta para esse fim, a mesma relatou que existe a intenção, mas que precisam melhorar esse movimento, pois o número de alunos que utilizam os ambientes da escola do Ensino Fundamental é grande, e isso faz com que o tempo e espaços fiquem restritos para a realização de parcerias entre as escolas para troca de experiências sociais e pessoais.

Nascimento (2011) insiste nessa responsabilidade ao afirmar que

As crianças possuem modos próprios de compreender e interagir com o mundo. A nós, professores, cabe favorecer a criação de um ambiente escolar onde a infância possa ser vivida em toda a sua plenitude, um espaço e um tempo de encontro entre seus próprios espaços e tempos de ser criança dentro e fora da escola (NASCIMENTO apud SOUZA,2011, p.24).

Em relação à Proposta Pedagógica da instituição, foi perguntado que ações estão explícitas no documento que favorecem de forma harmônica a transição da criança para o primeiro ano do Ensino Fundamental. A resposta obtida mostra que, no plano de ações e metas, estão previstos envolver as crianças, pais e comunidade em

atividades como projetos e eventos escolares; promover a integração das crianças; assegurar o diálogo e a parceria entre as instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Essas ações estão explícitas no documento Subsídios para Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas da Educação Básica que nos aponta que:

Na elaboração de suas Propostas Pedagógicas, as instituições de Educação Infantil deverão prever estratégias para lidar com as diversas transições vivenciadas pelas crianças. Essas transições envolvem, desde a passagem entre o espaço privado – da casa – ao público – da instituição, quando do ingresso da criança na creche, na pré-escola ou na escola, até aquelas que acontecem no âmbito do próprio segmento: entre as diferentes faixas etárias; entre instituições, no caso da passagem da creche à pré-escola; entre turnos e/ou entre docentes, no caso das crianças que frequentam a instituição em turno integral; e, num mesmo turno, entre os diferentes momentos que compõem as rotinas diárias (BRASIL, 2009, p.40).

Sabemos que a abordagem da leitura e da escrita na Educação Infantil é fator de grande importância para o desenvolvimento da criança. Dessa forma, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) sugere que:

A participação nas situações em que os adultos leem textos de diferentes gêneros, como contos, poemas, notícias de jornal, informativos, parlendas, trava-línguas etc.; participação em situações que as crianças leiam, ainda que não o façam de maneira convencional; reconhecimento do próprio nome dentro do conjunto de nomes do grupo nas situações em que isso se fizer necessário; observação e manuseio de materiais impressos, como livros, revistas, histórias em quadrinhos etc., previamente apresentados ao grupo e a valorização da leitura como fonte de prazer e entretenimento (BRASIL, apud SOUZA, 2011, p.27).

Assim, na instituição de Educação Infantil pesquisada, o “Gestor A” disse que aborda a leitura de forma a acontecer diariamente em sala de aula com diversidade de gênero e suporte, instigando o interesse e curiosidade das crianças.

Em relação à escrita, ainda de acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998, p.145), sabemos que:

A participação das crianças em situações cotidianas nas quais se faz necessário o uso da escrita; a escrita do próprio nome em situações em que isso é necessário; produção de textos individuais e/ou coletivos ditados oralmente ao professor para diversos fins; prática de escrita de próprio punho, utilizando o conhecimento de que dispõe, no momento, sobre o sistema de escrita em língua materna e o respeito pela produção própria e alheia.

Nessa mesma instituição, a escrita é apresentada às crianças com função social, tendo momentos do professor como escriba e a própria criança podendo experimentar a escrita de forma lúdica com uso de alfabeto móvel e até mesmo utilizando papel e canetinhas, caneta, lápis e outros suportes, (blocos, caderno meia pauta, quadro, chão, etc.), trabalhando de acordo com a Proposta Pedagógica do município de Aracruz-ES.

Sabemos que o momento de leitura é muito importante para a criança na Educação Infantil, proporcionando uma leitura prazerosa e criando vínculos com o aluno para que se tenha o hábito de ler. Porém, não devemos esquecer que são crianças com apenas 5 (cinco) anos de idade, e precisam ter a socialização do brincar e não apenas ser preparados para no próximo ano estarem no Ensino Fundamental. Barros (2009, p.17) aduz que:

A maior preocupação atual das educadoras da Educação Infantil é prepará-los para a primeira série do Ensino Fundamental, de forma que já estejam alfabetizados. Em decorrência, as crianças do pré-III possuem o espaço

extremamente reduzido para o brincar, em razão do objetivo proposto.

A fala da “Gestora B” deixou expressa a preocupação do professor em iniciar o ano letivo com práticas acolhedoras e um planejamento diferenciado no qual inclui brincadeiras, ressaltado que estes procedimentos são ações que os professores da instituição normalmente desenvolvem no processo de transição das crianças que chegam ao Ensino Fundamental. Infelizmente, não consistem em seu Projeto Pedagógico ações que favoreçam essa transição, porém, mesmo assim, reconhecendo a importância dessas ações, a instituição possui intenções positivas em relação a mesma, desenvolvendo ações dentro e fora das salas de aula, como os momentos na brinquedoteca, utilizando a ludicidade.

O diálogo existente entre os dois segmentos de educação ocorre apenas entre os diretores e pedagogos dos mesmos, deixando explícito a falta de comunicação entre os professores e alunos dessas etapas.

A “Gestora B” nos respondeu que o comportamento das crianças que estão chegando ao Ensino Fundamental é de receio e insegurança nas primeiras semanas de aula, contudo, esse comportamento muda com o passar dos dias.

A prática da leitura e da escrita nesse segmento de educação é abordada da seguinte forma: *“Cada professor trabalha em sala com leitura compartilhada e leem não convencionalmente. Há rodas de leitura e o Projeto que a escola desenvolve ajuda a ter modelos leitores. Nas salas, semanalmente, vão: Pais, funcionários, professores e outros alunos de outras séries ler na sala deles, até se sentirem seguros. Em certa época do ano, em comum acordo com os mesmos, eles também entram no rodízio e vão ler em outras turmas”.* (Gestora B)

O “Técnico A” foi indagado a respeito das ações propostas pela Secretaria Municipal de Educação que promovem uma colaboração com as instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental no processo de transição da criança entre as duas etapas de escolarização, e nos respondeu da seguinte maneira:

“Durante o processo de implantação do Ensino Fundamental de nove anos, houve

muitas discussões acerca da temática, mas não há uma política implantada que garanta ações sistematizadas anualmente pela Secretaria de Educação. No entanto, já foram oportunizados alguns momentos de discussão com os professores do grupo V, do 1º ano, diretores e pedagogos, como mesa redonda, palestra... Os diretores e pedagogos, principalmente do Centro Municipal de Educação Básica (CMEB), que ofertam a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, são orientados a promoverem momentos em que as crianças de 5 anos interajam e participem com as crianças do Fundamental: momento social, intercâmbio”.

Deste modo, perguntamos ao “Técnico A” se a Secretaria Municipal de Educação promove capacitações com a participação de gestores, pedagogos e professores com a finalidade de orientá-los no processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, sem que haja rupturas que prejudiquem o desenvolvimento integral da criança, e, se há essas capacitações, como são realizadas. Recebemos a seguinte resposta:

“A temática já foi abordada em inúmeros momentos no decorrer das formações continuadas oferecidas aos professores do Ciclo da Infância. A discussão mais recente aconteceu na formação do PNAIC, em torno do tema Infância, onde foi colocada a necessidade de se garantir uma rotina pedagógica que atenda as crianças, considerando suas necessidades próprias da faixa etária - sendo o lúdico garantido no processo ensino aprendizagem. ”

Para fins de resposta ao nosso objetivo, observamos que as instituições de Educação Infantil e de Ensino Fundamental estabelecem a relação no que diz respeito às práticas educativas, sendo os momentos de brincadeiras mais presentes na Educação Infantil, porém, esses momentos persistem por um tempo ainda no Ensino Fundamental, já os de leitura e escrita estão presentes em ambos os segmentos com suas especificidades próprias. Com a pesquisa, um outro fator em comum constatado entre as duas partes é a necessidade de adequação ao espaço e as possíveis visitas exploratórias, em que as crianças poderão conhecer para se familiarizar com o ambiente no qual estarão inseridos no primeiro ano do Ensino Fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou demonstrar a importância de considerar a criança e sua infância nas etapas da escolarização, enfatizando a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, refletindo acerca das possíveis práticas que envolvam a ludicidade e o diálogo sobre esta transição, valorizando os conhecimentos que os alunos já possuem, promovendo o avanço e ampliando as possibilidades de aprendizagem significativa. Além disso, ressaltou a importância do brincar para que esse processo não ocorra de forma traumática para a criança, afinal esse é um direito que a assiste. Do mesmo modo, verificou que uma relação íntima das escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental é necessária para que não haja rupturas em uma etapa para outra. Foi possível notar que as escolas da rede municipal de Aracruz estão buscando adequar-se aos novos métodos e práticas de trabalho com as crianças inseridas neste processo de transição. De acordo com o Técnico A, “durante o processo de implantação do Ensino Fundamental com duração de nove anos, houve muitas discussões acerca dessa temática, mas não há uma política implantada que garanta ações sistematizadas pela Secretaria Municipal de Educação”. Portanto, concluímos ser necessário que a Secretaria de Educação, juntamente com as escolas, priorizem e discutam mais as ações voltadas para a passagem da criança da Educação Infantil, para o Ensino Fundamental, de modo que o aluno não perca o encantamento em aprender, pois é nessa fase que o sujeito se apropria dos conhecimentos que serão necessários para toda a sua vida escolar e construção de sua subjetividade.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Silvana de Oliveira. **Ver depois de olhar**: A formação do olhar dos professores para os desenhos de crianças. 1ªed. São Paulo: Cortez, 2014.

BARROS, Flávia Cristina Oliveira Murbach de. **Cadê o brincar?**: da educação infantil para o ensino fundamental / Flávia Cristina Oliveira Murbach de Barros. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

BORBA, Ângela Meyer. **O brincar como um modo de ser e estar no mundo**. In:

BRASIL. Ministério da Educação. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento (Org.) Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Ministério da Justiça, 1990.

BRASIL, Lei Diretrizes. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Subsídios Para Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas da Educação Básica**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**/Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CORSINO, Patrícia. **As crianças de seis anos e as áreas do conhecimento**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento (Org.) Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

GUSSO, S. de FK; SCHUARTZ, M. A. **A idade e o lúdico**: a importância do brincar. 2005.

Disponível em:<<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2005/anaisEvento/>

Documentos/com/TCCI)%&.pdf>.

Acesso em 05 de junho de 2017, v. 24, 2016.

MOTTA, Flávia Miller Naethe. **De crianças a alunos: a transição da educação infantil para o ensino fundamental** \ Flávia Miller Naethe Motta. – São Paulo: Cortez, 2013.

NASCIMENTO, Anelise Monteiro do. **A infância na escola e na vida: uma relação fundamental.** In: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento (Org.) Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

NEVES, Vanessa Ferraz Almeida; DE GOUVÊA, Maria Cristina Soares; CASTANHEIRA, Maria Lúcia. **A passagem da educação infantil para o ensino fundamental: tensões contemporâneas.** Educação e Pesquisa, v. 37, n. 1, p. 121-140, 2011.

SOUZA, Bárbara Sabrina Araújo De. **As práticas de Leitura e Escrita: a transição da Educação Infantil para o primeiro ano do Ensino Fundamental**, 2011. Disponível em:< <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17807>>. Acesso em 05 de junho de 2017.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente.** 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.